

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 702, DE 2013
(Do Poder Executivo)
MSC 140/2013
AV 275/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 218, de 06 de junho de 2011, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 140

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapu do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda – ME., no município de Salvaterra - PA;



- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaba Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;





33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;

34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 – Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;

35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;

36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;

37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;

38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;

39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e

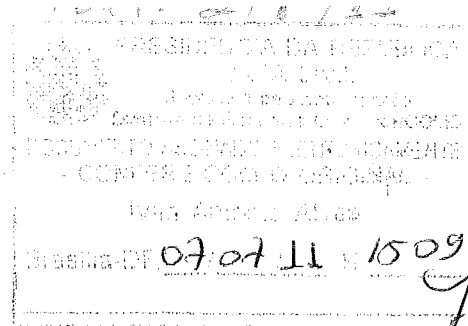
40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read "P. Russel".

53000.031098/2010-93

11/07/2011



EM nº. 332/2011 - MC

Brasília, 22 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 034/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda. (Processo nº 53000.031098/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	09/06/11
Página:	138 Seção: 1
ANOTADO POR: Moisés	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 218 , DE 6 DE JUNHO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.031098/2010, Concorrência nº 034/2010-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA

E.M. 332/mc



Cópia 01

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 031098/2010-93

SERVIDOR LOG/LOG/LOG/LOG/LOG

15/06/2010-01:55

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO : 53000.031098/2010-93
PROPONENTE : EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA
CONCORRÊNCIA : 034/2010 - CEL/MC **SERVIÇO:** FM
LOCALIDADE : ALTO DO RODRIGUES - RN - *"Vencedora"*

SEQ.:	SIGLA	DATA	SEQ.:	SIGLA	DATA
01		/ /	37		/ /
02		/ /	38		/ /
03		/ /	39		/ /
04		/ /	40		/ /
05		/ /	41		/ /
06		/ /	42		/ /
07		/ /	43		/ /
08		/ /	44		/ /
09		/ /	45		/ /
10		/ /	46		/ /
11		/ /	47		/ /
12		/ /	48		/ /
13		/ /	49		/ /
14		/ /	50		/ /
15		/ /	51		/ /
16		/ /	52		/ /
17		/ /	53		/ /
18		/ /	54		/ /
19		/ /	55		/ /
20		/ /	56		/ /
21		/ /	57		/ /
22		/ /	58		/ /
23		/ /	59		/ /
24		/ /	60		/ /
25		/ /	61		/ /
26		/ /	62		/ /
27		/ /	63		/ /
28		/ /	64		/ /
29		/ /	65		/ /
30		/ /	66		/ /
31		/ /	67		/ /
32		/ /	68		/ /
33		/ /	69		/ /
34		/ /	70		/ /
35		/ /	71		/ /
36		/ /	72		/ /

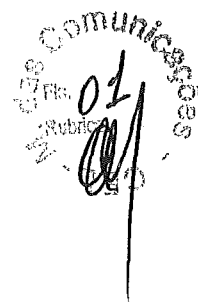
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
8 JUN 2011
[Assinatura]

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO




TERMO DE INSTAURAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº	: 034/2010 – CEL/MC	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA - DF 53000 031098/2010-93
SERVIÇO	: FM (CANAL 207)	SEPRODIOLOGICOLOG/CCRL/SPO 13/06/2010-09:57
LOCALIDADE	: ALTO DO RODRIGUES - RN	
PROPONENTE	: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	
CNPJ Nº	: 11.422.257/0001-58	

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epígrafe, continha 83 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasília (DF), 18 de junho de 2010.


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice Presidente da Comissão Especial de Licitação


MOISÉS SAMPAIO GOMES
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
CNPJ nº 11.422.257/0001-58



Pelo presente Instrumento Particular de mandato **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.422.257/0001-58, com sede na Rua Clarimundo de Melo nº. 277, parte, Bairro Encantado, Rio de Janeiro, Capital, CEP 20.740-321, neste ato representado por seu sócio administrador **Hildebrando Brito da Silva**, brasileiro, casado, portador da identidade nº. 770245 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.985.497-68, residente e domiciliado na Rua Castilho nº. 218, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 23073-350, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **Alexandre Henrique Costa Dias**, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 116.918 e no CPF sob o nº. 016.652.427-10, **Marco Antônio Cecílio Filho**, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 81.858 e no CPF/MF sob o nº. 018.574.387-01, **Fabiana Mendes de Castro**, inscrita na OAB/RJ sob o nº. 132.803 e no CPF/MF sob o nº. 095.791.717-18, **Frederico Augusto de Almeida Ferreira**, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 100.825 e no CPF/MF sob o nº. 003.671.886-60, **Luiz Cláudio de Alcântara** portador da identidade nº. 79884 - MTPS e inscrito no CPF/MF sob o nº. 056.142.557-45 e **Moises Sampaio Gomes**, portador da identidade nº. 2.802.175 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 503.510.873-20; todos com escritório na Estrada dos Bandeirantes nº. 1.000, Taquara, Rio de Janeiro, RJ, a quem outorga indistintamente e sem ordem de preferência, poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº 034/2010-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença, atas, declarações e outros documentos, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, assinarem propostas técnica e de preço, bem como praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Rio de Janeiro, RJ, 20 de fevereiro de 2010

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
Hildebrando Brito da Silva



das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
[Signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINNEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NE: 100525093604
Reconheço por semelhança a firma de: WILDERRANNO BRITO DA SILVA, a qu
al confere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2010.
Firma.....:R\$ 1,14 Em testemunho da verdade.
Proc.dados.....:R\$ 3,83
Total.....:R\$ 4,97 JOAO VITOR FERREIRA DE ARAUJO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

[Assinatura]

CONTRATO SOCIAL

EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO
CONQUISTA LTDA.

Comunicações
3
[Assinatura]

EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO CONQUISTA LTDA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

[Assinatura]

Por este instrumento particular, **HILDEBRANDO BRITO DA SILVA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, Ministro de Confissão Religiosa, portador da identidade nº. 770245, expedida pela SSP/DF em 15 de janeiro de 1.982, inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.985.497-68, residente e domiciliado na Rua Castilho nº. 218, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 23073-350 e **FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO (FUGRACO)**, fundação de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.531.438/0001-70, com sede na Rua Paraná, nº. 74 – parte, Encantado, Rio de Janeiro Capital, CEP 20740-321, neste ato representada na forma de seu estatuto por seu Diretor Executivo Jose Roberto Lessa de Mello, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, administrador, inscrito no CRA/RJ sob o nº. 11-59787-9 e no CPF/MF sob o nº. 581.027.447-15, residente e domiciliado na Rua Getúlio, nº. 210, apartamento 104, Méier, Rio de Janeiro Capital, CEP 20.775.001; resolvem de pleno e comum acordo constituir a **EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, conforme as cláusulas e condições que se seguem.

[Assinatura]

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS SÓCIOS

HILDEBRANDO BRITO DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, Ministro de Confissão Religiosa, portador da identidade nº. 770245, expedida pela SSP/DF em 15 de janeiro de 1.982, inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.985.497-68, residente e domiciliado na Rua Castilho nº. 218, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 23073-350.

[Assinatura]

FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO (FUGRACO), fundação de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.531.438/0001-70, com sede na Rua Paraná, nº. 74 – parte, Encantado, Rio de Janeiro Capital, CEP 20740-321, neste ato representada na forma de seu estatuto, por seu Diretor Executivo Jose Roberto Lessa de Mello, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, administrador, inscrito no CRA/RJ sob o nº. 11-59787-9 e no CPF/MF sob o nº. 581.027.447-15, residente e domiciliado na Rua Getúlio, nº. 210, apartamento 104, Méier, Rio de Janeiro Capital, CEP 20.775.001.

[Assinatura] *[Assinatura]*

Alexandre Henrique S. Dias
Advogado
OAB/RJ 118.918

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

[Handwritten signature]

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
CONQUISTA LTDA.

Comunicações
04
[Handwritten initials]

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E ENDEREÇO.

A sociedade possui a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, podendo adotar a expressão de fantasia, mediante alteração do contrato social.

A sociedade se constitui como pessoa jurídica de direito privado, direcionada à atividade empresarial, e adota a forma de sociedade limitada, prevista no artigo 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Neste ato a sociedade requer o arquivamento do contrato social na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e em seguida solicitará a regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, assim como nos demais órgãos que se façam necessários.

A sede da empresa se localiza na Rua Clarimundo de Melo nº. 277, parte, Bairro Encantado, Rio de Janeiro, Capital, CEP 20.740-321.

18

Parágrafo único: Fica autorizada a abertura de novas filiais ou escritórios de representação comercial em todo o território nacional por meio do instrumento de deliberação de administrador, desde que em observância às Instruções Normativas do DNRC e levado a registro na Junta Comercial.

[Handwritten signature]

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

A sociedade tem por objeto social a exploração e prestação de serviços de radiodifusão de sons e ou imagens, conexos e afins, mediante concessão pública e de acordo com as normas e regulamentos da Anatel, do Ministério das Comunicações, ou outros órgãos afins.

Parágrafo Único A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

[Handwritten signature]

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

[Handwritten signature]
Advogado
OAB/RJ 116.918

2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
CONQUISTA LTDA.

Ministério das Comunicações
05
[Signature]

A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento de seu contrato social na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme o artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

§1º A sociedade poderá ser administrada por pessoa não sócia conforme determina o art. 1.060 do Código Civil Brasileiro, com aprovação das titulares do capital social e designado em ato separado.

§2º Os administradores respondem por todos os atos praticados nos termos dos artigos 1.010 a 1.021 do Código Civil Brasileiro.

B

CLÁUSULA SEXTA - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada e encontra-se totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

[Signature]

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COTAS

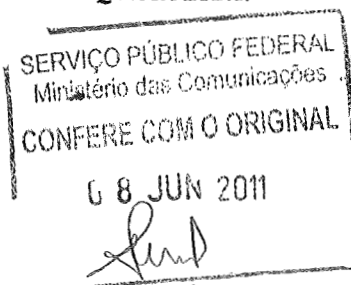
O Capital Social acha-se distribuído entre os sócios cotistas da sociedade, conforme o quadro abaixo:

Nome dos Sócios	Nº. de Quotas	Valor Nominal
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	2.500	R\$ 2.500,00
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	47.500	R\$47.500,00
	50.000	R\$50.000,00

Bascame

Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.912

3



CLÁUSULA OITAVA – DA ADMINISTRAÇÃO

A Sociedade será administrada, isoladamente, pelo sócio **Hildebrando Brito Da Silva** na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de administração e representação da sociedade, ativa e/ou passivamente, em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos, atos deliberativos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensado a prestação de caução.

§ 1º - O administrador da sociedade será brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de ter sido aprovado pelo Poder Concedente.

§ 2º - Para a prática de atos de disposição de bens imóveis, bem como, para a constituição de ônus reais sobre eles, haverá a necessidade da anuência dos sócios que representem a maioria do Capital Social, sendo permitida a manifestação de sócios por procuração.

§ 3º - É vedado, sob pena de nulidade, o emprego da denominação social em avais, fianças ou endossos de favor, ou de qualquer ato por sua natureza gratuito e estranho ao objeto social.

CLÁUSULA NONA - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E RESULTADOS:

No dia 31 de dezembro de cada ano encerrar-se-á o exercício empresarial, apurando-se o balanço da sociedade com os lucros ou prejuízos a serem divididos ou suportados entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias; facultando-se, ainda, a aplicação em aumento de capital social.

CLÁUSULA DEZ — DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DO ADMINISTRADOR

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social/empresarial, os sócios se reunirão para apreciar e deliberar sobre as contas do administrador.

CLÁUSULA ONZE — DO PRO LABORE

Os sócios que participarem da administração da sociedade poderão receber remuneração mensal a título de pró-labore, mediante acordo prévio de cotistas.

Briscone

18 JUN 2011

Ministério das Comunicações
107
[Signature]

CLÁUSULA DOZE – DO FALECIMENTO E DA RETIRADA DE SÓCIOS

A morte ou afastamento de um dos sócios, não implicará na dissolução da sociedade. Ocorrendo o caso de morte de um dos sócios, o sócio remanescente chamará os herdeiros, se assim desejarem, para compor a sociedade com as quotas do sócio falecido, sendo facultado aos herdeiros, o direito de vender as quotas a terceiros sendo que o adquirente das quotas, deverá pagar no ato da compra o valor das quotas em moeda corrente nacional ou bens móveis ou imóveis depois de realizado o balanço patrimonial.

CLAUSULA TREZE – DO DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer regularmente a administração da sociedade ou a atividade de empresa.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RADIODIFUSÃO

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

§1º A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§2º Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

§3º Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§4º A Sociedade se compromete por seu administrador e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, exceto aquelas que não impliquem na modificação dos objetivos sociais, redução do capital social, mudança do quadro diretivo, cessão de quotas que resultem em alteração do controle societário, hipótese

Asscom

10/06/2011 C. 006

das Comunicações
08
1995

em que o Poder Concedente será informado das alterações estatutárias no prazo máximo de 60 dias; conforme o art. 38, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 4.117 de 1.962.



CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

Os contratantes elegem o foro da Comarca da sede da empresa, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas ou omissas da presente consolidação.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA SUBSIDIARIEDADE LEGAL

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe o Código Civil Brasileiro, a Lei. nº. 6.404 de 1.975, Lei nº. 4.117 de 1.962 e o Decreto nº. 52.795 de 1.963.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, obrigando a si e as seus sucessores, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei e sob chancela de membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Rio de Janeiro 08 de outubro de 2.009

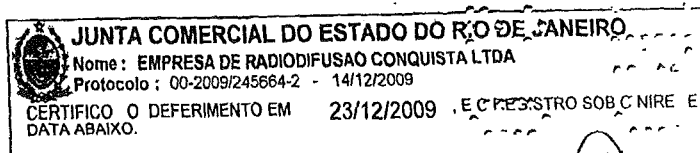
Hildebrando Brito da Silva
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA

Jose Roberto Lessa de Mello
FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO (FUGRACO)
Jose Roberto Lessa de Mello

Testemunhas:

1- *Edilma Martins de Melo* Nome EDILMA MARTINS DE MELO Nome BARBARA SOARES DA SILVA GOMES
RG nº. 05401675-3 JFP RG nº. 09313927-2 JFP/RJ
CPF/MF nº. 64441601700 CPF/MF nº. 035.350.587-03

Alexandre Henrique Costa Dias
Alexandre Henrique Costa Dias
OAB/RJ 116.918





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011

CONJUNTO 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital de Concorrência nº 034/2010 - CEL/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
PERMISSÃO DE FM

Localidade de Prestação do Serviço: Alto do Rodrigues – UF- RN

Ministério das Comunicações
18 JUN 2011

das Comunicações
10
[Signature]

CONTRATO SOCIAL

EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
[Signature]

Por este instrumento particular, **HILDEBRANDO BRITO DA SILVA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, Ministro de Confissão Religiosa, portador da identidade nº. 770245, expedida pela SSP/DF em 15 de janeiro de 1.982, inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.985.497-68, residente e domiciliado na Rua Castilho nº. 218, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 23073-350 e **FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO (FUGRACO)**, fundação de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.531.438/0001-70, com sede na Rua Paraná, nº. 74 – parte, Encantado, Rio de Janeiro Capital, CEP 20740-321, neste ato representada na forma de seu estatuto por seu Diretor Executivo Jose Roberto Lessa de Mello, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, administrador, inscrito no CRA/RJ sob o nº. 11-59787-9 e no CPF/MF sob o nº. 581.027.447-15, residente e domiciliado na Rua Getúlio, nº. 210, apartamento 104, Méier, Rio de Janeiro Capital, CEP 20.775.001; resolvem de pleno e comum acordo constituir a **EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, conforme as cláusulas e condições que se seguem.

8.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS SÓCIOS

HILDEBRANDO BRITO DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, Ministro de Confissão Religiosa, portador da identidade nº. 770245, expedida pela SSP/DF em 15 de janeiro de 1.982, inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.985.497-68, residente e domiciliado na Rua Castilho nº. 218, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 23073-350.

FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO (FUGRACO), fundação de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.531.438/0001-70, com sede na Rua Paraná, nº. 74 – parte, Encantado, Rio de Janeiro Capital, CEP 20740-321, neste ato representada na forma de seu estatuto, por seu Diretor Executivo Jose Roberto Lessa de Mello, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial, administrador, inscrito no CRA/RJ sob o nº. 11-59787-9 e no CPF/MF sob o nº. 581.027.447-15, residente e domiciliado na Rua Getúlio, nº. 210, apartamento 104, Méier, Rio de Janeiro Capital, CEP 20.775.001.

Alexandre Henrique S. Das
Advogado
OAB/RJ 118.918

das Comunicações
10-2
10-2

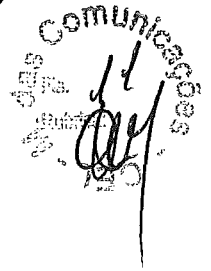
SERVICO PUBLICO FEDERAL
Ministerio das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Grip

240 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 - Fone: 3553-6021 NO: 100512183226
Autentico a presente cópia retrocedida a conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, em 12 de Maio de 2010.
Frente
Valores: R\$ 3.93, R\$ 1.11, R\$ 5.00
Autenticado por: Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto

Marcio Vinicius Machado Leal
24
OFICIO DE NOTAS
Tel. (21) 2524
Cel. (21) 786

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
BON
1ATO
FHS86811





CLÁUSULA SEGUNDA - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E ENDEREÇO.

A sociedade possui a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, podendo adotar a expressão de fantasia, mediante alteração do contrato social.

A sociedade se constitui como pessoa jurídica de direito privado, direcionada à atividade empresarial, e adota a forma de sociedade limitada, prevista no artigo 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Neste ato a sociedade requer o arquivamento do contrato social na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e em seguida solicitará a regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, assim como nos demais órgãos que se façam necessários.

A sede da empresa se localiza na Rua Clarimundo de Melo nº. 277, parte, Bairro Encantado, Rio de Janeiro, Capital, CEP 20.740-321.

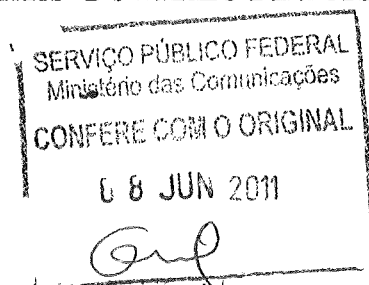
Parágrafo único: Fica autorizada a abertura de novas filiais ou escritórios de representação comercial em todo o território nacional por meio do instrumento de deliberação de administrador, desde que em observância às Instruções Normativas do DNRC e levado a registro na Junta Comercial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

A sociedade tem por objeto social a exploração e prestação de serviços de radiodifusão de sons e ou imagens, conexos e afins, mediante concessão pública e de acordo com as normas e regulamentos da Anatel, do Ministério das Comunicações, ou outros órgãos afins.

Parágrafo Único A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO



Ata de Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918

SERVIÇO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gril

Ministério das Comunicações
11/04
04

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 Frente Fone: 3553-6021 Nº: 100512183824
AUTENTICADO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apre-
sentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores: R\$ 3.97 1.40 5.07
MARCIO VINICIUS MACHADO LEAL

Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto:
242
OFÍCIO DE NOTAS
Tel. (21) 2524-5112 /
Cel. (21) 7866-6454
- RJ

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
ECF
1ATO
FHS86810

das Comunicações
19
[Signature]

A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento de seu contrato social na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem duração por prazo indeterminado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011
[Signature]

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme o artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

§1º A sociedade poderá ser administrada por pessoa não sócia conforme determina o art. 1.060 do Código Civil Brasileiro, com aprovação das titulares do capital social e designado em ato separado.

§2º Os administradores respondem por todos os atos praticados nos termos dos artigos 1.010 a 1.021 do Código Civil Brasileiro.

18.

CLÁUSULA SEXTA - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada e encontra-se totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

[Signature]

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COTAS

O Capital Social acha-se distribuído entre os sócios cotistas da sociedade, conforme o quadro abaixo:

[Signature]

Nome dos Sócios	Nº. de Quotas	Valor Nominal
Hildebrando Brito da Silva	2.500	R\$ 2.500,00
Fundação Graca de Comunicação (FUGRACO)	47.500	R\$47.500,00
Total	50.000	R\$50.000,00

CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011

[Signature]

Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.813

3
[Signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
G-p

Ministério das Comunicações
12-1
CEL. N. 123

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512183824
AUTENTICAÇÃO Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados: R\$ 5.00
Total.....R\$ 8.93
MARIO VINICIUS MACHADO LEAL
Substituto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Comunicações
13
13
13

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO

A Sociedade será administrada, isoladamente, pelo sócio **Hildebrando Brito Da Silva** na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de administração e representação da sociedade, ativa e/ou passivamente, em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos, atos deliberativos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensado a prestação de caução.

§ 1º - O administrador da sociedade será brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de ter sido aprovado pelo Poder Concedente.

§ 2º - Para a prática de atos de disposição de bens imóveis, bem como, para a constituição de ônus reais sobre eles, haverá a necessidade da anuência dos sócios que representem a maioria do Capital Social, sendo permitida a manifestação de sócios por procuração.

§ 3º - É vedado, sob pena de nulidade, o emprego da denominação social em avais, fianças ou endossos de favor, ou de qualquer ato por sua natureza gratuito e estranho ao objeto social.

CLÁUSULA NONA - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E RESULTADOS:

No dia 31 de dezembro de cada ano encerrar-se-á o exercício empresarial, apurando-se o balanço da sociedade com os lucros ou prejuízos a serem divididos ou suportados entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias; facultando-se, ainda, a aplicação em aumento de capital social.

CLÁUSULA DEZ — DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DO ADMINISTRADOR

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social/empresarial, os sócios se reunirão para apreciar e deliberar sobre as contas do administrador.

CLÁUSULA ONZE — DO PRO LABORE

Os sócios que participarem da administração da sociedade poderão receber remuneração mensal a título de pró-labore, mediante acordo prévio de cotistas.

Bascor

Alexandre Henrique C. Dias
4
116.918

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
[Signature]

Ministério das Comunicações
[Signature]
CE

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100912183826
Autentico a presente cópia representativa conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
ValoresR\$ 3.93
.....R\$ 1.16
.....R\$ 5.00

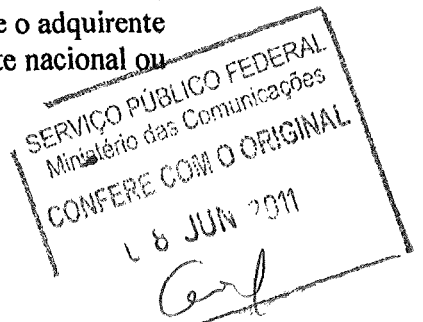
Ministério das Comunicações
Substituto
Tel. (21) 2524-5112 / 786
Cel. (21) 7866-6454 / 786
-RJ-

SELLO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
TIG
FHS86812


14
das Comunicações

CLÁUSULA DOZE -- DO FALECIMENTO E DA RETIRADA DE SÓCIOS

A morte ou afastamento de um dos sócios, não implicará na dissolução da sociedade. Ocorrendo o caso de morte de um dos sócios, o sócio remanescente chamará os herdeiros, se assim desejarem, para compor a sociedade com as quotas do sócio falecido, sendo facultado aos herdeiros, o direito de vender as quotas a terceiros sendo que o adquirente das quotas, deverá pagar no ato da compra o valor das quotas em moeda corrente nacional ou bens móveis ou imóveis depois de realizado o balanço patrimonial.



CLAUSULA TREZE - DO DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer regularmente a administração da sociedade ou a atividade de empresa.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RADIODIFUSÃO

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

§1º A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§2º Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

§3º Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§4º A Sociedade se compromete por seu administrador e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, exceto aquelas que não impliquem na modificação dos objetivos sociais, redução do capital social, mudança do quadro diretivo, cessão de quotas que resultem em alteração do controle societário, hipótese

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 JUN 2011
Cil

14-V
09

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja B - Fone: 3553-6021 NO: 100512183826
Autentico a presente cópia retrográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, São do Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores: R\$ 3.93
R\$ 1.11
R\$ 5.04
MARCIO VINICIUS MACHADO LEAL



15
Comunicações

em que o Poder Concedente será informado das alterações estatutárias no prazo máximo de 60 dias; conforme o art. 38, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 4.117 de 1.962.

CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

Os contratantes elegem o foro da Comarca da sede da empresa, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas ou omissas da presente consolidação.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA SUBSIDIARIEDADE LEGAL

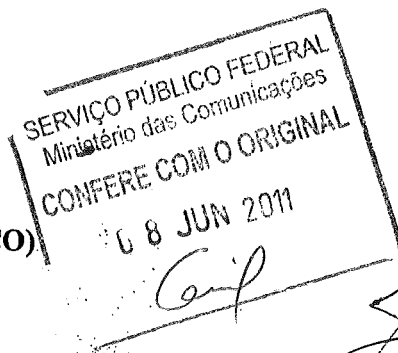
Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe o Código Civil Brasileiro, a Lei. nº. 6.404 de 1.975, Lei nº. 4.117 de 1.962 e o Decreto nº. 52.795 de 1.963.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, obrigando a si e as seus sucessores, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei e sob chancela de membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Rio de Janeiro 08 de outubro de 2.009

Hildebrando Brito da Silva
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA

Jose Roberto Lessa de Mello
FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO (FUGRACO)
Jose Roberto Lessa de Mello



Testemunhas:

1- *Edileia Martins de Melo* *Barbara Soares da Silva Gomes*
Nome **EDILEIA MARTINS DE MELO** Nome **BARBARA SOARES DA SILVA GOMES**
RG nº. **05401675-3 JFP** RG nº. **09313927-2 JFP/RJ**
CPF/MF nº. **644416017100** CPF/MF nº. **035.350.587-08**

Alexandre Henrique Costa Dias
Alexandre Henrique Costa Dias
OAB/RJ 116.918

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA	
Protocolo: 00-2009/245664-2 - 14/12/2009	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM	23/12/2009
DATA ABAIXO.	E C P E S T R O S O B C N I R E E
33.2.0855144-9	
DATA 23/12/2009	
Valéria G. M. Serra	
SECRETARIA GERAL	

Comunicações
15/11/09
15/11/09

00-2009/ 2 4 5 6 6 4 - 2 14 dez 2009 12:00
JUCERJA Guia: 100/1469299-2

Atos: 102

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

Vias Adicionais Junta » Calculado: 236,00 Pago: 258,00
01 - 22,00 DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: -

00-2009/ 2 4 5 6 6 4 - 2 22 dez 2009 16:22
JUCERJA Guia: 100/1469295-8

Atos: 102

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

Vias Adicionais Junta » Calculado: 236,00 Pago: 258,00
01 - 22,00 DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: -

24º OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 - Fone: 3553-6021 ND: 100512183826
Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.11
Total.....R\$ 5.04
MARIO VINICIUS MACHADO LEAL



24º OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 - Fone: 3553-6021 ND: 091019102850
Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 2009.
Valores
Firma.....R\$ 1.04
Proc.dados.....R\$ 3.66
Total.....R\$ 9.10
MARIO VINICIUS MACHADO LEAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
4 8 JUN 2011
Gil

ESTATUTO
DA
FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Comp

CAPÍTULO I - Denominação, Regime Jurídico, Sede e Duração

Art. 1º A FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia técnica, patrimonial, administrativa e financeira, com fins não lucrativos, reger-se-á pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º A Fundação terá sede na rua Paraná 74, parte, Encantado, Rio de Janeiro, RJ.

Parágrafo único: A Fundação poderá criar escritórios de representação, filiais, manter outros estabelecimentos, unidades de negócios e de trabalho ou órgão em qualquer parte do território nacional, comunicando-se o representante do Ministério Público de sua sede e do local em que atuará. **Art. 3º** O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 4º A FUNDAÇÃO tem por objetivo atuar no campo da formação cívica, moral, educacional, cultural, religiosa e de comunicação social, visando a prestação de serviços à comunidade mediante:

- a) manutenção de atividades que promovam a valorização cívica, moral, cultural e religiosa do povo, sob a doutrina cristã evangélica pentecostal, através de todos os meios e formas de comunicação social de massa previstos pela legislação;
- b) exploração e prestação de serviços de radiodifusão de sons e ou imagens, conexos e afins, mediante concessão, permissão ou qualquer modalidade de outorga pública e de acordo com as normas pertinentes à matéria e regulamentos da Anatel, do Ministério das Comunicações, ou outros órgãos do Poder Concedente; sempre respeitados os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1.967.
- c) execução de serviços de comunicação social através de todos os meios de veiculação previstos em lei como Internet e outros que já existam ou que venham a existir;
- d) produção e distribuição aos vários meios de comunicação próprios e de terceiros dos programas de rádio e televisão produzidos pela Fundação e dos recursos por ela desenvolvidos;
- e) realização e produção de cursos, encontros, congressos, feiras, simpósios, seminários, conferências, debates, entrevistas, reportagens e documentários;

Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918

Comunicações
16-1
153

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERIR COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Guil

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 Frente Fone: 3553-6021 Nº: 100512191233
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....:R\$ 3.93
Proc.dados.....:R\$ 1.16
Total.....:R\$ 5.09

Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto
242

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
DFG
1ATO
FHS86942

17
104
199
Comunicações

f) produção, gravação, edição, operação, fabricação, distribuição, veiculação e promoção de toda e qualquer manifestação artística e cultural que atenda aos seus objetivos sociais;

g) exploração de editoras, livrarias, cinemas e atividades culturais e religiosas;

h) promoção e divulgação de potencialidades artísticas, eventos e programas de interesse da comunidade;

i) veiculação, promoção e prestação de serviços jornalísticos, por rádio, televisão, Internet e outras formas de comunicação de massa, privilegiando a produção de matérias de utilidade pública;

j) produção, gerenciamento e agenciamento de propaganda e publicidade própria e de terceiros, comercializando-as direta ou indiretamente;

l) auxílio a associações civis, fundações, organizações religiosas ou qualquer outra modalidade de pessoa jurídica sem fins lucrativos que tenham os mesmos objetivos sociais da Fundação ou que se propõem a promover e atuar na elevação moral e recuperação de crianças, jovens e adultos e sua integração ou reintegração na sociedade.

Parágrafo único: A Fundação poderá manter serviços de natureza assistencial para o povo, sem distinção de espécie alguma, desde que esteja habilitada para tal.

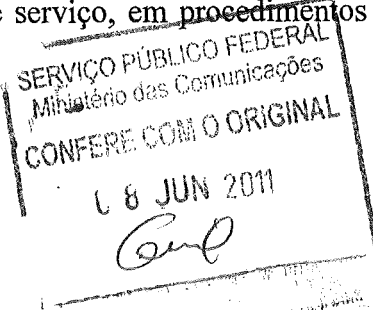
Art 5º: A FUNDAÇÃO, na consecução de seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, de forma conveniente, com terceiros, órgãos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art 6º Para concretizar os seus objetivos sociais, a FUNDAÇÃO poderá exercer as seguintes atividades:

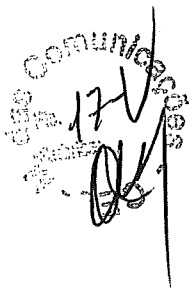
a) instalar, manter e operar editoras e parques gráficos para impressão de livros, jornais, periódicos e outros veículos de comunicação, próprios ou de terceiros;

b) explorar agências noticiosas, centros de produção de programas fonovideográficos em geral e estúdios de produção para artes cênicas, coreográficas, teatrais e correlatas;

c) executar serviços de Radiodifusão, compreendendo a Transmissão de Sons (Radiodifusão Sonora) e Transmissão de Sons e Imagens (Televisão), bem como, os demais serviços de Telecomunicações em quaisquer de suas modalidades: - Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA); Televisão à Cabo; Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM); Serviço Limitado Privado (SLP); Serviço de Televisão por Assinatura Via Satélite (DTH); Serviço de Distribuição de Sinais de Multiponto e Multicanal (MMDS), e os que venham a ser criados, através de concessões, permissões ou autorizações obtidas do poder público concedente, mediante habilitação em editais de concorrência ou por transferências que lhe sejam feitas por empresas concessionárias ou permissionárias deste serviço, em procedimentos administrativos, mediante prévia aprovação do Governo



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918



STATION PUBLICO FEDERAL
Estação das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Guil

249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100512191233
Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09



Federal, nos termos da legislação em vigor, inclusive a que se refere aos serviços de radiodifusão em áreas de fronteiras;

d) utilizar-se de recursos econômicos disponíveis para consecução de seus objetivos sociais;

e) participar de entidades ou empresas que possam gerar recursos econômico-financeiros para dar suporte aos seus objetivos sociais;

f) promover e apoiar, gratuitamente ou mediante remuneração, cursos, congressos, simpósios, seminários, exposições, concursos, estudos e pesquisas;

g) executar obras de interesse comunitário, especialmente nas áreas de educação e cultura;

h) desenvolver todas e quaisquer ações que contribuam para a consecução das suas finalidades sociais.

Art 7º A Fundação, na busca de seus objetivos sociais, obedecerá e respeitará as diretrizes estabelecidas pelo poder público concedente, pelo setor de telecomunicações e radiodifusões, bem como a legislação específica de direitos autorais.

CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO

Art. 8º: O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial integralizada pelos instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados mediante:

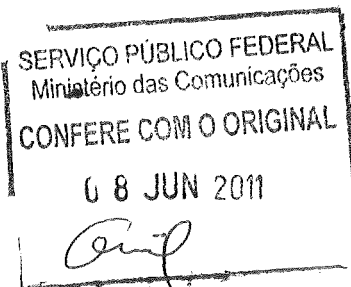
a) dotações complementares dos instituidores ou mantenedores, de modo a viabilizar os objetivos e a autonomia da Fundação;

b) doações, legados, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza feitos por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, com o fim específico de incorporação ao patrimônio;

c) por bens e direitos obtidos por aquisição regular.

Parágrafo único: Os bens integrantes do patrimônio da Fundação serão segurados, em companhia idônea, contra os riscos a que se expõem.

Art. 9º Os atos que envolvam o patrimônio e os recursos financeiros, que exorbitem da administração ordinária, dependem da prévia autorização do Ministério Público; assim como a alienação de bens do ativo permanente, a instituição de gravame ou ônus real, a prestação de garantia a obrigações de terceiros, a aceitação de doações modais ou condicionais e a celebração de operações financeiras.



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918

18-2
Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 JUN 2011
Guel

24º OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dadosi.....R\$ 1.24
Total.....R\$ 5.04

Substituto
Marcio Vitorino Machado Leal
OFI

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
LWO
FHS86944

Parágrafo único: O mesmo tratamento aplica-se aos negócios jurídicos celebrados pela Fundação com pessoas jurídicas das quais os integrantes da administração fundacional ou seus parentes e cônjuges sejam sócios.

Art. 10 Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente para a consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO IV – DAS RECEITAS

Art. 11 A receita da Fundação será constituída:

- a) por rendas, juros e frutos civis decorrentes de aplicações financeiras ou da administração de seu patrimônio;
- b) receitas provenientes da exploração direta ou indireta de sua atividade fim;
- c) doações, legados, contribuições, subvenções e auxílios, não destinados especificamente à incorporação em seu patrimônio, que a Fundação venha a receber de pessoas naturais ou jurídicas, de Direito Público ou Privado, nacionais ou estrangeiras;
- d) doações da mantenedora;
- e) pelos usufrutos que lhe forem constituídos;
- f) por outras rendas eventuais.

Art. 12: Os recursos financeiros da Fundação, excetuados os que tenham especial destinação, serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de atividades que lhe são próprias e, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio.

Parágrafo único: A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deve obedecer a planos que tenham em vista:

- a) a garantia dos investimentos;
- b) a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados.

CAPÍTULO V – DOS PARTICIPANTES

Art. 13 Os participantes dividem-se nas seguintes categorias:

- a) Instituidores, que são as pessoas naturais que assinaram a escritura pública de instituição e dotação e o estatuto originário da Fundação;
- b) Mantenedores, que são as pessoas jurídicas ou naturais que contribuem periódica e regularmente para a manutenção dos serviços da fundação;

COMUNICAÇÕES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Conf

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3353-4021 MO: 100512191233
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
psentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.14
Total.....R\$ 5.07

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
PCF
1ATO
FHS86933

Mario Vinicius Machado Leal
Substituto do
OFÍCIO DE NOTAS
RJ

c) Beneméritos, que são as pessoas jurídicas ou naturais que, a critério do Conselho Curador, prestam valiosos serviços à Fundação ou que dela tenham participado de forma relevante.

Parágrafo único: É mantenedora da **Fundação** a Igreja Internacional da Graça de Deus, organização religiosa inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.902.803/0001-00 com sede e foro no Rio de Janeiro – Capital, podendo ser admitidos co-mantenedores, mediante deliberação do Conselho Curador.

Art. 14 Os participantes instituidores e beneméritos, poderão vincular-se aos órgãos da Fundação, caso venham a ser indicados e nomeados pelo mantenedor da Fundação, nos termos art.15, I e 27, a) deste estatuto. Nesta hipótese serão respeitados os preceitos do parágrafo único inciso II, III e IV, do art. 15.

Art. 15 São direitos e deveres dos participantes mantenedores:

I – indicar e nomear os integrantes do Conselho Curador que, por sua vez, indicará e nomeará os integrantes do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;

II – manter em dia os compromissos assumidos junto à Fundação;

III – receber, anualmente, relatório sintético sobre as atividades da Fundação; IV – opinar, mediante provocação do Conselho Curador, sobre questões relevantes, pertinentes às atividades da Fundação.

Parágrafo único: em relação aos participantes mantenedores, observar-se-á o seguinte:

I – A indicação e nomeação dos membros do Conselho Curador será formalizada através de declaração de vontade do mantenedor através de escritura pública;

II – fica vedada aos participantes a percepção de remuneração ou de quantia a qualquer título, ou a participação sob qualquer forma nos lucros ou resultados econômicos da Fundação;

III – Os participantes mantenedores não responderão pelas obrigações assumidas pela Fundação. Responderão, entretanto, subsidiariamente, quando se tratar de atos praticados por administradores que designarem e solidariamente quando atuar na forma do inciso IV, do parágrafo único do art. 15.

IV – Os participantes mantenedores responderão pelos atos ilícitos de cuja prática participarem, nesta qualidade, com dolo ou culpa.

V – Assiste ao mantenedor o direito de renúncia, a qualquer tempo, a ser exercido por instrumento particular, o qual deverá ser levado ao conhecimento do Ministério Público, no prazo de 30 dias.

Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
[Handwritten signature]

24º OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100512191233
Autenticado a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apre-
sentado, de que dou fé. Riz de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.: R\$ 3.93
Proc. dados.: R\$ 1.16
Total.: R\$ 5.09



CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 São órgãos da administração da Fundação:

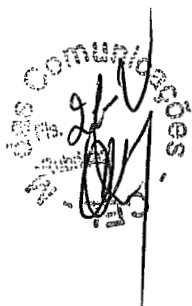
- a) o Conselho Curador;
- b) o Conselho Diretor;
- c) o Conselho Fiscal.

Art. 17 Em relação aos integrantes dos órgãos da administração da Fundação observar-se-ão as regras que se seguem:

- a) não poderão perceber remuneração pelos serviços prestados no exercício de seus cargos, vedado-lhes, ainda, qualquer participação nos lucros ou resultados econômicos da Fundação;
- b) não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Fundação quando se tratar de ato regular de gestão; respondendo, entretanto, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria entidade, praticados com dolo ou culpa;
- c) é vedada a participação simultânea em dois ou mais órgãos da administração. Caso essa participação venha ser admitida excepcionalmente, o direito de voto só poderá ser exercido em apenas um dos órgãos;
- d) perderá o mandato, o integrante de órgão da administração que faltar, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas, ou a mais de três alternadas, sendo o seu cargo considerado vago;
- e) é indelegável o exercício da função de titular de órgão da administração da Fundação;
- f) a posse no cargo de órgão administrativo far-se-á mediante assinatura no Livro Posse da Fundação.
- g) os administradores da fundação serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Art. 18 A convocação dos integrantes dos órgãos da administração para reuniões ou sessões, como regra geral, deverá ser feita mediante aviso epistolar, com antecedência mínima de 5 dias, salvo disposição específica neste Estatuto, e serão sempre presididas pela autoridade máxima de cada órgão.

Art. 19 Ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou regulamentos, os quoruns de instalação e deliberação de todos os órgãos será o de maioria simples.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011
Guil

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja D - Fone: 3553-6021 NO: 100512191233
Autentico a presente cópia reproduzida conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proct.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09



Comunicações
99
150

Art. 20 Será sempre igualitário o voto dos integrantes dos órgãos de administração.

Art. 21 Nenhuma deliberação coletiva de órgão da administração terá eficácia antes de assinada a ata da reunião em que foi tomada a decisão, por todos os integrantes que dela participarem.

Parágrafo único: A eficácia plena da deliberação, perante terceiros, ficará condicionada ao registro da ata aprovada, no órgão Público competente para tal.

Art. 22 Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da fundação, com o direito de discutir as matérias em pauta e formular sugestões.

Parágrafo único: A fundação dará ciência ao órgão competente do Ministério Público do dia, hora e local designado para suas sessões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a quarenta e oito (48) horas antes da reunião.

Art. 21 Os integrantes da administração se obrigam a atender fielmente as determinações legais contidas no Código Brasileiro de Telecomunicações, na Lei nº. 4.117 de 1.962 e nos regulamentos e instruções normativas expedidas pelo Poder Concedente; aqui compreendidas, também, as normas afetas à Segurança Nacional.

Art. 22 Os integrantes da administração que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, na forma do art. 38, alínea a, da Lei nº. 4.117 de 1.962.

Parágrafo único: Fica vedada aos membros da fundação, na gestão administrativa, a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

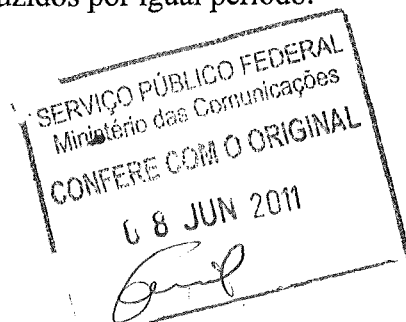
CAPÍTULO VII - DO CONSELHO CURADOR

Art. 23 O órgão de orientação superior da Fundação é o Conselho Curador, composto por 3 (três) membros: o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário.

Art. 24 Compete exclusivamente à instituidora mantenedora - Igreja Internacional da Graça de Deus - indicar e nomear os membros integrantes do Conselho Curador.

Parágrafo único: A indicação e nomeação dos membros do Conselho Curador será formalizada mediante simples declaração da Igreja mantenedora, sempre por instrumento particular a ser encaminhado ao Ministério Público e registrado no Livro de Atas da Fundação.

Art. 25 Os integrantes do Conselho Curador terão mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top right and several others below it.

Comunicado
 99/13
 13/06/2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 6 8 JUN 2011
 [Signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100512191233
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé. Frente
 Valores Autenticados: R\$ 3.93
 Autenticados: R\$ 1.16
 Total: R\$ 5.09
 Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 AUTENTICAÇÃO
 MOA
 1ATO
 FHS86936

Marcio Vinicius Machado Leal
 Substituto
 [Signature]

REFUNDO

§1º Em caso de vacância de cargo no Conselho Curador, antes do termo extintivo do mandato, o integrante substituto será indicado e nomeado diretamente por ato do mantenedor, para o exercício das funções pelo prazo remanescente.

§2º Ocorrendo vacância de cargo em órgão da administração diverso do Conselho Curador, antes do termo extintivo do mandato, o integrante substituto será por este nomeado e indicado para o exercício das funções pelo prazo remanescente.

Art. 26 O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Curador ou pelo Presidente do Conselho Diretor, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas.

§1º As reuniões ordinárias serão realizadas em dia e hora designados pelo Presidente do Conselho, mediante aviso epistolar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, sendo facultada a discussão de assuntos gerais.

§2º As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer de seus membros, por intermédio do Presidente, mediante aviso epistolar, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência, sendo obrigatória a indicação da pauta de matérias para discussão, vedado o tratamento de assuntos não especificados na pauta.

Art. 27 Compete ao Conselho Curador:

a) escolher, nomear e dar posse aos demais integrantes da administração da Fundação (Conselho Diretor e Conselho Fiscal), assim como destituí-los, por decisão motivada da maioria;

b) deliberar anualmente sobre as demonstrações financeiras, prestação de contas do Conselho Diretor, ouvindo sempre o Conselho Fiscal;

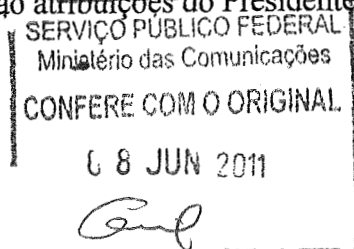
c) decidir sobre a alteração da sede, abertura de filiais ou estabelecimentos e ainda sobre a filiação da Fundação a outras entidades, sempre observada a manifestação do Ministério Público;

d) deliberar sobre propostas do Conselho Diretor relativas à alienação e aquisições de bens, operações financeiras, oneração e afetação de bens e direitos, dentre outros atos e negócios que exorbitem a administração ordinária da Fundação, e encaminhar o requerimento de autorização prévia ao Ministério Público;

e) deliberar sobre o ingresso de mantenedores;

f) decidir sobre as matérias ou casos omissos, sempre norteado pelo interesse da Fundação e pela consecução de suas finalidades precípua.

Art. 28 São atribuições do Presidente do Conselho Curador:



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918

Comunicações
93-1
CE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CENTRO DE ATENDIMENTO AO ORIGINAL
16 JUN 2011
Caril

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512191233
AUTENTICAÇÃO Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.: R\$ 3.93
Proc. dados.: R\$ 1.16
Total.: R\$ 5.09

Marcio Minicucci Substituto
WALDIR MACIEL LEAL

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
AUTENTICAÇÃO
ERK
11ATO
FHS86969

24
2011

- a) convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho Curador;
- b) distribuir as atribuições entre os demais integrantes do Conselho Curador.

Art. 29 No caso de ausência provisória do Presidente competirá ao Vice Presidente e ao Secretário, em conjunto, deliberar sobre as questões urgentes.

CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO DIRETOR

Art. 30 O Conselho Diretor é o órgão executivo da Fundação, composto por 3 (três) membros: o Diretor Executivo, o Vice Diretor Executivo e o Secretário Executivo, todos escolhidos e nomeados pelo Conselho Curador, com mandato de 5 (cinco) anos contados a partir da posse, admitindo-se a recondução por igual período.

Art. 31 Compete ao Conselho Diretor:

- a) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador;
- b) elaborar os programas e projetos relativos às atividades da Fundação, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades e da situação econômica financeira da Fundação;
- c) celebrar contratos, acordos, parcerias e convênios de interesse da Fundação;
- d) contratar serviços, admitir e dispensar empregados e realizar outros atos imprescindíveis à manutenção das atividades da fundação;
- e) elaborar os relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da Fundação, a serem encaminhados ao Ministério Público;
- f) elaborar e aprovar o Regimento Interno da Fundação e outros atos normativos internos.

Art. 32 Fica a cargo do Conselho Diretor, também, o planejamento e execução das atividades artísticas, educativas e culturais da Fundação, tais como:

- a) estabelecer diretrizes gerais para a programação a ser veiculada pela (s) Emissora (s), obedecendo à legislação federal específica;
- b) examinar, avaliar, aprovar ou recusar a programação elaborada pelo departamento de radiodifusão;
- c) analisar, aprovar ou recusar a programação de terceiros ou de outros centros de produção, para veiculação nas suas emissoras;
- d) coordenar e supervisionar as atividades do departamento de radiodifusão;
- e) coordenar e supervisionar as atividades do departamento editorial;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011

des. Comunicações
 24

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 18 JUN 2011
 Gail

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
 Valores.....R\$ 3.93
 Autentic.....R\$ 1.16
 Total.....R\$ 5.09

Marcio Pinheiro Machado Leal
 Substituto

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA / RJ
 AUTENTICAÇÃO
 NJV
 11ATO
 FHS86970

f) produzir material impresso para utilização em conjunto com programas educativo-culturais de rádio e de televisão;

g) promover a divulgação de trabalhos relacionados com o ensino, pesquisa e serviços à comunidade, pelas formas mais adequadas;

h) colaborar com planos do Governo Federal e Estadual, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social, ético, moral e religioso da Nação.

Art. 33 São atribuições do Diretor Executivo:

a) convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho Diretor;

b) zelar pelo cumprimento das atribuições do Conselho Diretor;

c) representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e em geral nas relações perante terceiros;

d) constituir advogado, outorgar procuração e nomear preposto;

e) celebrar contratos em geral, por instrumento público ou particular, assinar recibos e dar quitação;

f) ceder ou receber direitos e obrigações e emitir títulos de crédito, ressalvadas as limitações deste Estatuto;

g) administrar e dirigir os bens, serviços e negócios jurídicos da fundação;

h) distribuir as atribuições entre os demais integrantes do Conselho Diretor e seus respectivos departamentos;

i) admitir, promover, punir, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as regras legais e regulamentares;

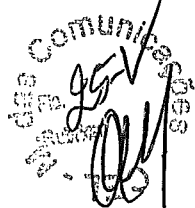
j) abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, aplicações financeiras, investimentos e demais modalidades de contratos e serviços bancários, inclusive emitir cheques; sempre em conjunto com o Vice Diretor Executivo ou com o Secretário Executivo;

l) receber de forma válida citações, notificações e interpelações;

m) criar, modificar ou extinguir subdiretorias para administração de assuntos específicos;

n) conceber e promover política interna de recursos humanos e alocação de patrimônio;

o) contratar, dispensar ou demitir funcionários;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gil

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512191233
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.: R\$ 3.93
Proc.dados.: R\$ 1.16
Total.: R\$ 5.09



Comunicações
26
10/1

p) encaminhar ao Conselho Curador as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, bem como toda a documentação pertinente à prestação de contas da Fundação.

Parágrafo único: A validade de procurações outorgadas pelo Diretor Executivo se condiciona à expressa inserção de prazo determinado e/ou tarefas específicas a serem realizadas, devendo constar, ainda, que atingida a data limite de validade ou exaurida a tarefa fica revogado o mandato automaticamente e independente de qualquer outra formalidade.

Art. 34 No caso de ausência provisória do Diretor Executivo da Fundação assumirá o cargo, automaticamente, o Vice-Diretor Executivo, que exercerá a função com iguais poderes e responsabilidades, sempre em conjunto com o Secretário Executivo.

Art. 35 São atribuições do Secretário Executivo:

- a) secretariar as reuniões do Conselho Diretor;
- b) determinar a elaboração e remessa ao Ministério Público da prestação de contas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
8 JUN 2011

CAPÍTULO IX - DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração contábil e financeira da fundação, e será composto por 2 (dois) integrantes titulares: o Presidente, o Vice-Presidente, além de 2 (dois) suplentes, indicados e nomeados pelo Conselho Curador, para mandato com período de 5 anos, admitida a recondução.

Art. 37 Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar os atos dos administradores da Fundação e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) analisar a prestação de contas anual, elaborando o competente parecer, do qual deverão constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis ao Conselho Curador;
- c) opinar sobre orçamento anual da fundação, assim como sobre a viabilidade econômico-financeira de programas ou projetos;
- d) denunciar ao Conselho Curador e ao Ministério Público, os erros, fraudes, ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Fundação;
- e) examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da Fundação e sobre os demais dados concernentes à prestação de contas;
- f) solicitar auditoria externa para a Fundação, objetivando a apuração de fatos específicos ou esclarecimentos, e informações para melhor desempenho das suas atribuições;

961
[Handwritten signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011
[Handwritten signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011
[Handwritten signature]

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512191233
 AUTENTICAÇÃO Frente
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé.
 Valores
 Autentic.....R\$ 3.93
 Proc.dados.....R\$ 1.16
 Total.....R\$ 5.09
 Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.

Marcio Vinicius Machado Leal
 Substituto
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA RJ
 AUTENTICAÇÃO
 HLH
 11ATO
 FHS86972
[Barcode]

g) manifestar-se sobre a alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargo.

Parágrafo único: No exercício de suas atribuições, os integrantes do Conselho Fiscal terão pleno acesso aos lançamentos contábeis, atas de reuniões e demais documentos da Fundação.

Art. 38 O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente, pelo Conselho Curador ou por iniciativa de seus próprios integrantes, respeitando-se as regras gerais pertinentes às reuniões de órgãos da administração traçadas neste Estatuto.

CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 39 O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o do ano civil.

Art. 40 Até o dia 30 de outubro de cada ano, o Diretor Executivo da fundação apresentará ao Conselho Curador a proposta orçamentária para o ano seguinte.

Art. 41 A prestação de contas será submetida ao Conselho Curador até o dia 30 de março de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

§1º A prestação anual de contas da fundação será realizada com observância dos princípios fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade e conter os seguintes elementos:

I – relatório circunstanciado de atividades;

II – Balanço Patrimonial;

III – Demonstração do Resultado do Exercício;

IV – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;

§2º Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a prestação de contas será encaminhada ao órgão competente do Ministério Público.

Art. 42: A Diretoria Executiva dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da fundação, inclusive as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição de qualquer cidadão para exame;

Art. 43 A prestação de contas de recursos eventualmente captados junto ao Poder Público mediante termo de Pareceria será realizada aos órgãos competentes, de acordo com o previsto no art. 70 da Constituição Federal.

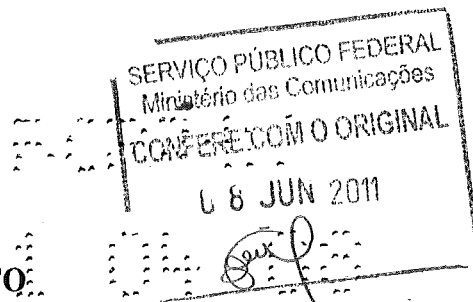
Art. 44 O Ministério Público, através do Curador de Fundações, na hipótese de fundados indícios de irregularidades na Fundação, poderá contratar, às expensas desta, o serviço de auditoria independente para apuração dos fatos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
ail

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3353-6021 Nº: 100512191233
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
essentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09





CAPÍTULO XI – DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 45 Para alteração do presente Estatuto, exige-se:

- a) a deliberação por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador e do Conselho Diretor, em sessão especialmente convocada para este fim;
- b) que a reforma não contrarie os fins da Fundação;
- c) a aprovação prévia pelo Ministério Público;
- d) a aprovação prévia ou a comunicação *a posteriori* junto ao Ministério das Comunicações ou órgão público que venha a lhe fazer as vezes, conforme o art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº. 4.117 de 1.962.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RADIODIFUSÃO

Art. 46: A Fundação observará com o rigor que se impõem as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

§1º A Fundação se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§2º Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

§3º Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Fundação se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§4º A Fundação não efetuará nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, exceto aquelas que não impliquem na modificação dos objetivos ou finalidades, hipótese em que o Poder Concedente será informado das alterações estatutárias no prazo máximo de 60 dias; conforme o art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº. 4.117 de 1.962.

CAPÍTULO XIII - DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Caril

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente Fone: 3553-6021 Nº: 100512191233
Autentico a presente cópia representativa conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Marcos Vinícius Machado Leal
Substituto

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
AUTENTICAÇÃO
GOU
FHS86962

Art. 47A Fundação extinguir-se-á por deliberação fundamentada de seus Conselhos Curador e Diretor, aprovada por dois terços de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo presidente do primeiro, quando se verificar alternativamente:

- a) a impossibilidade de sua manutenção;
- b) a ilicitude ou inutilidade dos seus fins.

Art. 48 No caso de extinção da Fundação, o Conselho Curador, sob acompanhamento do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento de dívidas e todos os atos de disposições que estime necessários.

Parágrafo único: Terminado o processo, o patrimônio residual da Fundação será revertido, integralmente, para outra entidade de fins congêneres, com atuação no Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO XIV-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 O regime de pessoal da Fundação, quanto aos seus funcionários, será o da Consolidação das Leis do Trabalho; podendo também adotar as regras pertinentes à prestação de serviços eventuais ou, ainda, aquelas previstas na Lei nº. 9.608 de 1998, quando os trabalhos tiverem natureza exclusivamente voluntária e não remunerada.

Art. 50 Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores e afins serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, com residência exclusiva no Brasil; sendo permitida, porém, a admissão de especialistas estrangeiros em caráter provisório.

Art. 51 Os casos omissos deste Estatuto serão decididos pelo Conselho Curador, podendo o Conselho Diretor, em caso de motivada urgência, decidir sobre a matéria.

Art. 52 Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, como o único competente para dirimir as dúvidas, pendências, omissões e divergências decorrentes deste estatuto; excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2008.

IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS

Lauro Doriel de Oliveira

Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
1.8 JUN 2009

23.º OFÍCIO DE NOTARIAS
VIDE VERSO

99-V

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512191233
Autentico a presente cópia república conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09

Substituto
Marcio Vinicius Machado Leal

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA
AUTENTICAÇÃO
ZVA
MATO
FHS86963

30
Comunicações

Carlos Luis dos Santos Sá

Carlos Luis dos Santos Sá

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Célio Aparecido Antunes

Célio Aparecido Antunes

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Grif

Paulo Henrique Silva da Rosa

Paulo Henrique Silva da Rosa

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Jose Roberto Lessa de Mello

Jose Roberto Lessa de Mello

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Jose Francisco Guisarra da Silveira

Jose Francisco Guisarra da Silveira

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Edson Dias Mattos

Edson Dias Mattos

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Maria Laura Chagas de Lima dos Santos

Maria Laura Chagas de Lima dos Santos

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Amauri Barbosa de Carvalho

Amauri Barbosa de Carvalho

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Cléa Batista Guimarães

Cléa Batista Guimarães

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Celso da Silva Luz

Celso da Silva Luz

23.º OFÍCIO DE NOTAS
VIDE VERSO

Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 116.918



23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notario: GUIDO MACIEL

Av.Nilo Pecanha,26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de :

(5p06uu00)-LAURO DORIEL DE OLIVEIRA.....
(5p06uu30)-CARLOS LUIS DOS SANTOS SA.....
(5p06uu20)-PAULO HENRIQUE SILVA DA ROSA.....
(5p06uu00)-JOSE ROBERTO LESSA DE MELLO.....

Rio de Janeiro,31 de Março de 2008 às 11:14:11

Em Testemunho da Verdade

DENILSON MAGALHAES CABRAL DE NEGREIRO-ESCREVENTE AUTORIZADO

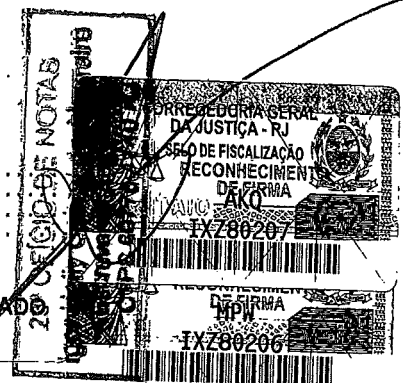
Usuário do sistema: FLAVIO AUGUSTO GRUTT RIBEIRO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011



23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notario: GUIDO MACIEL

Av.Nilo Pecanha,26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de :

(5p06uu00)-CELIO APARECIDO ANTUNES.....
(5p06uu00)-JOSE FRANCISCO GUISSARRA DA SILVEIRA.....
(5p06uu00)-EDSON DIAS MATTOS.....
(5p06uu00)-MARIA LAURA CHAGAS DE LIMA DOS SANTOS.....

Rio de Janeiro,31 de Março de 2008 às 11:19:49

Em Testemunho da Verdade

DENILSON MAGALHAES SOUZA-ESCREVENTE AUTORIZADO

Usuário do sistema: FLAVIO AUGUSTO GRUTT RIBEIRO



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja 103

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.
228740 - FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO

200804081513371

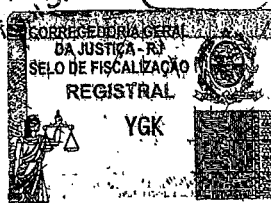
11/04/2008

RLJ35240

Email: 106.60 Adic: 21,32 Mútua: 8,01

0 Oficial

RLJ35240



23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notario: GUIDO MACIEL

Av.Nilo Pecanha,26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de :

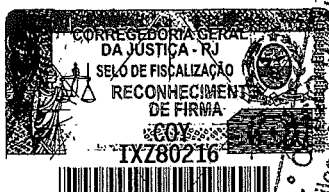
(5p06uu00)-AMAURO BARBOSA DE CARVALHO.....
(5p06uu00)-CLEA BATISTA GUIMARAES.....
(5p06uu00)-CELSON DA SILVA LUZ.....

Rio de Janeiro,31 de Março de 2008 às 11:22:25

Em Testemunho da Verdade

DENILSON MAGALHAES SOUZA-ESCREVENTE AUTORIZADO

Usuário do sistema: FLAVIO AUGUSTO GRUTT RIBEIRO



23. Ofício de Notas JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Substituto Alameda Barroso, 139 - Loja C - Fone:3553-6021 Nº:100512191233
AUTENTICAÇÃO Frente
O presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, de que dou fé.
Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
MARCIO VINICIUS MACHADO LEAL

ORIGINAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

23º OFÍCIO DE NOTAS

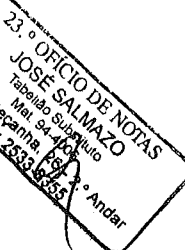
GUIDO MACIEL - TABELIÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ



ATO Nº 12 ESCRITURA de re-ratificação e aditamento do Estatuto da
LIVRO Nº 8825 Fundação Graça de Comunicação, na forma abaixo:
FOLHAS Nº 22 es10nn

SAIBAM quanto esta virem que aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito (2008), nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Estrada dos Bandeirantes nº 1000, Taquara, onde chamado vim, e perante mim, Gustavo Novaes Domingos, Escrevente, CTPS nº 66033/105-RJ, lotado na sede do 23º Ofício de Notas, na Avenida Nilo Peçanha n.º 26 - 2º andar, compareceram, **IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Rua Clarimundo de Melo, no 267 - parte, Encantado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.902.803/0001-00, com a Segunda Reforma Consolidada do Estatuto datada de 26 de dezembro de 2006, devidamente registrada sob o nº 60044, livro A 21, protocolo 205.964, Livro A 18, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca do Rio de Janeiro, neste ato representado por **Romildo Ribeiro Soares**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 91.295, inscrito no CPF sob o nº. 127.070.667/53, na qualidade de Secretário Geral da Igreja Internacional da Graça de Deus, organização religiosa acima qualificada, e de acordo com o ATO DELIBERATIVO Nº 09/2007 e ATO DELIBERATIVO Nº 02/2008 - Atos Deliberativos Conjuntos do Secretario Geral e do Diretor Executivo da Igreja Internacional da Graça de Deus, a mim apresentados, também presentes os demais instituidores na forma dos atos mencionados: **Carlos Luis dos Santos Sá**, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, inscrito no CPF sob o nº 988.482.327-87, portador da cédula de identidade nº 08.228.643-6 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Olinda Ellis 536 CA 53, Campo Grande, Rio de Janeiro, Cep 23045-160; **Célio Aparecido Antunes**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito, inscrito no CPF sob o nº 077.489.048-71, portador da cédula de identidade nº 1.866.941-3 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Gomes Serpa, 205, Piedade, Rio de Janeiro e Cep:20740-200; **Paulo Henrique Silva da Rosa**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito, inscrito no CPF sob o nº 000.544.977-44, portador da cédula de identidade nº 07.924.671-6 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva 82 Bl A Ap 504, Centro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Cep: 26210-150; **Jose Roberto Lessa de Mello**, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF sob nº 581.027.447-15, portador da cédula de identidade nº 04.691.672-2 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Getúlio, 210, apt 104, Todos Santos, Rio de Janeiro e Cep:20775-001; **Jose Francisco Guisarra da Silveira**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito, inscrito no CPF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

Gup

Q

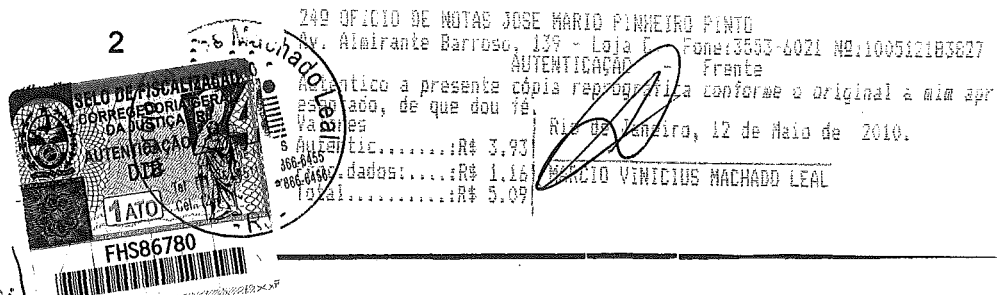
Signature

Signature

Signature

Signature

Signature



sob o nº 032.259.367-07, portador da cédula de identidade nº 291626932 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Miguel de Frias, 245, bl 04 apt 602, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro e Cep: 24.220-001; **Edson Dias Mattos**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito, inscrito no CPF sob o nº 684.017.607-04, portador da cédula de identidade nº 07.910.328-9 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Quatorze, Jardim Balneário s/n, lote 16, Qd 04, Centro, Marica, Rio de Janeiro e Cep: 24900-000; **Maria Laura Chagas de Lima dos Santos**, brasileira, divorciada, Ministra de Confissão Religiosa, inscrita no CPF sob o nº 006.977.607-58, portadora da cédula de identidade nº 06.892.632-8 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Umeboche 297, Novo Jardim Paraíso, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Cep: 26352-310; **Amauri Barbosa de Carvalho**, brasileiro, casado, Ministro de Confissão Religiosa, inscrito no CPF sob o nº 089.400.877-39, portador da cédula de identidade sob o nº 11.613.904-9 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Getulio 378, apt 304, Cachambi, Rio de Janeiro e Cep: 20775-001; **Cléa Batista Guimarães**, brasileira, casada, Ministra de Confissão Religiosa, inscrita no CPF/MF sob o nº 490.142.187-53, portadora da cédula de identidade nº 850132630 IFP, residente e domiciliada na Rua Mucuripe 19, Califórnia, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Cep: 26220-640; **Celso da Silva Luz**, brasileiro, casado, Ministro de Confissão Religiosa, inscrito no CPF sob o nº 533.189.787-87, portador da cédula de identidade nº 04.776014-5 expedida pelo IFP, residente e domiciliado na Rua Aldo de Sá Brito 49, casa 01, Paciência, Rio de Janeiro e Cep: 23570-470; todos os presentes identificados e reconhecidos como sendo os próprios conforme se verifica em suas cédulas de identidades que me foram apresentadas, do que dou fé, bem como de que a presente será anotada no distribuidor competente no prazo e forma da Lei. E, na minha presença pelos representantes da Fundação me foi dito: I) Que por escritura de 18/10/2007, lavrada nestas Notas, no livro 8767, fls. 023, ato 016, foi constituída a Fundação Graça de Comunicação; II) Que para fazer face à Portaria PF-SC n.º 013/2008, constante do Processo n.º MPRJ/2007.00136168, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, a Fundação vem alterar o Estatuto, que passa a ter a seguinte redação: "todas as exigências legais, desejam instituir uma Fundação sob a denominação de **FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO** - com sede na Rua Paraná 74, parte, Encantado, Rio de Janeiro, RJ, tendo como objetivo principal atuar no campo da formação cívica, moral, educacional, cultural, religiosa e de comunicação social, visando a prestação de serviços à comunidade, desenvolvendo, dentre outras atividades que promovam a valorização cívica, moral, cultural e religiosa do povo, sob a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

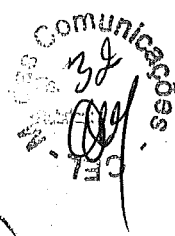
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Ceip



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RJ DE JANEIRO
 23º OFÍCIO DE NOTAS
 GUIDO MACIEL - TABELIÃO
 ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
 MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ



doutrina cristã evangélica pentecostal, através de todos os meios e formas de comunicação social de massa previstos pela legislação, que, para o fim de instituir tal fundação de acordo com o que estabelece o artigo 62 do Código Civil Brasileiro, fazem à mesma fundação a dotação de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), a ser depositada em conta corrente da Fundação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do respectivo registro da instituição no RCPJ - Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro. Pelos declarantes me foi dito que a Fundação Graça de Comunicação - se regerá pelo seguinte Estatuto, elaborado pelos declarantes - **ESTATUTO DA FUNDAÇÃO GRAÇA DE**

COMUNICAÇÃO CAPÍTULO I - Denominação, Regime Jurídico, Sede e

Duração Art. 1º A FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia técnica, patrimonial, administrativa e financeira, com fins não lucrativos, reger-se-á pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º** A Fundação terá sede na rua Paraná 74, parte, Encantado, Rio de Janeiro, RJ.

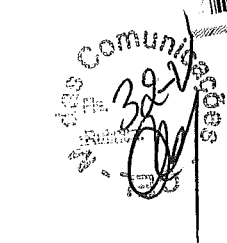
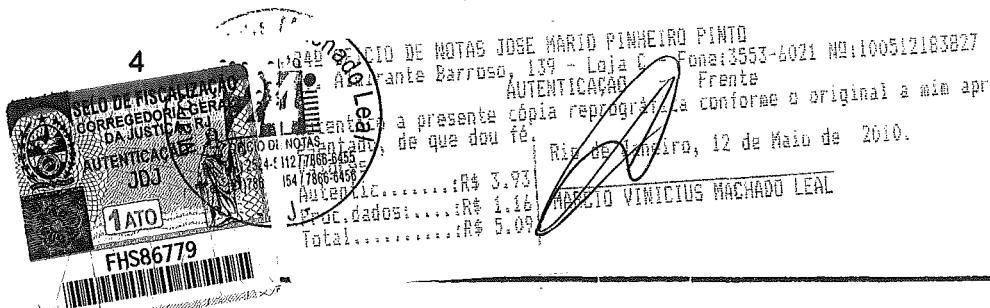
Parágrafo único: A Fundação poderá criar escritórios de representação, filiais, manter outros estabelecimentos, unidades de negócios e de trabalho ou órgão em qualquer parte do território nacional, comunicando-se o representante do Ministério Público de sua sede e do local em que atuará. **Art. 3º** O prazo de duração da Fundação é indeterminado. **CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS Art. 4º** A FUNDAÇÃO tem por objetivo atuar no campo da formação cívica, moral, educacional, cultural, religiosa e de comunicação social, visando a prestação de serviços à comunidade mediante: a) manutenção de atividades que promovam a valorização cívica, moral, cultural e religiosa do povo, sob a doutrina cristã evangélica pentecostal, através de todos os meios e formas de comunicação social de massa previstos pela legislação; b) exploração e prestação de serviços de radiodifusão de sons e ou imagens, conexos e afins, mediante concessão, permissão ou qualquer modalidade de outorga pública e de acordo com as normas pertinentes à matéria e regulamentos da Anatel, do Ministério das Comunicações, ou outros órgãos do Poder Concedente; sempre respeitados os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1.967. c) execução de serviços de comunicação social através de todos os meios de veiculação previstos em lei como Internet e outros que já existam ou que venham a existir; d) produção e distribuição aos vários meios de comunicação próprios e de terceiros dos programas de rádio e televisão produzidos pela Fundação e dos recursos por ela desenvolvidos; e) realização e produção de cursos, encontros, congressos, feiras, simpósios, seminários, conferências, debates, entrevistas, reportagens e documentários; f) produção, gravação,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

Conf

[Handwritten signatures and marks]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

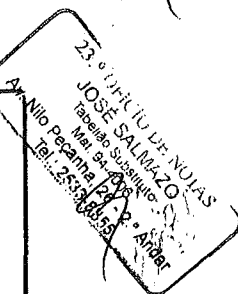
08 JUN 2010

Guil

edição, operação, fabricação, distribuição, veiculação e promoção de toda e qualquer manifestação artística e cultural que atenda aos seus objetivos sociais; g) exploração de editoras, livrarias, cinemas e atividades culturais e religiosas; h) promoção e divulgação de potencialidades artísticas, eventos e programas de interesse da comunidade; i) veiculação, promoção e prestação de serviços jornalísticos, por rádio, televisão, Internet e outras formas de comunicação de massa, privilegiando a produção de matérias de utilidade pública; j) produção, gerenciamento e agenciamento de propaganda e publicidade própria e de terceiros, comercializando-as direta ou indiretamente; l) auxílio a associações civis, fundações, organizações religiosas ou qualquer outra modalidade de pessoa jurídica sem fins lucrativos que tenham os mesmos objetivos sociais da Fundação ou que se propõem a promover e atuar na elevação moral e recuperação de crianças, jovens e adultos e sua integração ou reintegração na sociedade. **Parágrafo único:** A Fundação poderá manter serviços de natureza assistencial para o povo, sem distinção de espécie alguma, desde que esteja habilitada para tal. **Art 5º:** A FUNDAÇÃO, na consecução de seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, de forma conveniente, com terceiros, órgãos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. **Art 6º** Para concretizar os seus objetivos sociais, a FUNDAÇÃO poderá exercer as seguintes atividades: a) instalar, manter e operar editoras e parques gráficos para impressão de livros, jornais, periódicos e outros veículos de comunicação, próprios ou de terceiros; b) explorar agências noticiosas, centros de produção de programas fonovideográficos em geral e estúdios de produção para artes cênicas, coreográficas, teatrais e correlatas; c) executar serviços de Radiodifusão, compreendendo a Transmissão de Sons (Radiodifusão Sonora) e Transmissão de Sons e Imagens (Televisão), bem como, os demais serviços de Telecomunicações em quaisquer de suas modalidades: - Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA); Televisão à Cabo; Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM); Serviço Limitado Privado (SLP); Serviço de Televisão por Assinatura Via Satélite (DTH); Serviço de Distribuição de Sinais de Multiponto e Multicanal (MMDS), e os que venham a ser criados, através de concessões, permissões ou autorizações obtidas do poder público concedente, mediante habilitação em editais de concorrência ou por transferências que lhe sejam feitas por empresas concessionárias ou permissionárias deste serviço, em procedimentos administrativos, mediante prévia aprovação do Governo Federal, nos termos da legislação em vigor, inclusive a que se refere aos serviços de radiodifusão em áreas de fronteiras; d) utilizar-se de recursos econômicos disponíveis para consecução de seus objetivos sociais; e) participar de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 23º OFÍCIO DE NOTAS
 GUIDO MACIEL - TABELIÃO
 ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
 MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 28 - 3ª ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ



entidades ou empresas que possam gerar recursos econômico-financeiros para dar suporte aos seus objetivos sociais; f) promover e apoiar, gratuitamente ou mediante remuneração, cursos, congressos, simpósios, seminários, exposições, concursos, estudos e pesquisas; g) executar obras de interesse comunitário, especialmente nas áreas de educação e cultura; h) desenvolver todas e quaisquer ações que contribuam para a consecução das suas finalidades sociais. **Art 7º** A Fundação, na busca de seus objetivos sociais, obedecerá e respeitará as diretrizes estabelecidas pelo poder público concedente, pelo setor de telecomunicações e radiodifusões, bem como a legislação específica de direitos autorais. **CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO Art. 8º:** O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial integralizada pelos instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados mediante: a) dotações complementares dos instituidores ou mantenedores, de modo a viabilizar os objetivos e a autonomia da Fundação; b) doações, legados, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza feitos por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, com o fim específico de incorporação ao patrimônio; c) por bens e direitos obtidos por aquisição regular. **Parágrafo único:** Os bens integrantes do patrimônio da Fundação serão segurados, em companhia idônea, contra os riscos a que se expõem. **Art. 9º** Os atos que envolvam o patrimônio e os recursos financeiros, que exorbitem da administração ordinária, dependem da prévia autorização do Ministério Público; assim como a alienação de bens do ativo permanente, a instituição de gravame ou ônus real, a prestação de garantia a obrigações de terceiros, a aceitação de doações modais ou condicionais e a celebração de operações financeiras. **Parágrafo único:** O mesmo tratamento aplica-se aos negócios jurídicos celebrados pela Fundação com pessoas jurídicas das quais os integrantes da administração fundacional ou seus parentes e cônjuges sejam sócios. **Art. 10** Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente para a consecução de seus objetivos. **CAPÍTULO IV – DAS RECEITAS Art. 11** A receita da Fundação será constituída: a) por rendas, juros e frutos civis decorrentes de aplicações financeiras ou da administração de seu patrimônio; b) receitas provenientes da exploração direta ou indireta de sua atividade fim; c) doações, legados, contribuições, subvenções e auxílios, não destinados especificamente à incorporação em seu patrimônio, que a Fundação venha a receber de pessoas naturais ou jurídicas, de Direito Público ou Privado, nacionais ou estrangeiras; d) doações da mantenedora; e) pelos usufrutos que lhe forem constituídos; f) por outras rendas eventuais. **Art. 12:** Os recursos financeiros da Fundação, excetuados os que tenham especial destinação, serão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

Guil

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



FHS86778



OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Almirante Barroso, 139 - Loja C Fone: 3553-6021 NR: 10051218327
AUTENTICAÇÃO Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apre-
sentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09
MARCIO VINICIUS MACHADO LEAL

empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de atividades que lhe são próprias e, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio.

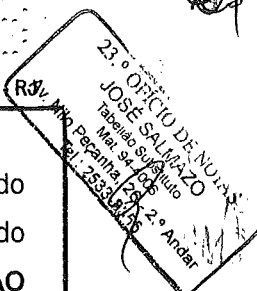
Parágrafo único: A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deve obedecer a planos que tenham em vista: a) a garantia dos investimentos; b) a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados.

CAPÍTULO V – DOS PARTICIPANTES Art. 13 Os participantes dividem-se nas seguintes categorias: a) Instituidores, que são as pessoas naturais que assinaram a escritura pública de instituição e dotação e o estatuto originário da Fundação; b) Mantenedores, que são as pessoas jurídicas ou naturais que contribuem periódica e regularmente para a manutenção dos serviços da fundação; c) Beneméritos, que são as pessoas jurídicas ou naturais que, a critério do Conselho Curador, prestam valiosos serviços à Fundação ou que dela tenham participado de forma relevante. **Parágrafo único:** É mantenedora da

Fundação a Igreja Internacional da Graça de Deus, organização religiosa inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.902.803/0001-00 com sede e foro no Rio de Janeiro – Capital, podendo ser admitidos co-mantenedores, mediante deliberação do Conselho Curador. **Art. 14** Os participantes instituidores e beneméritos, poderão vincular-se aos órgãos da Fundação, caso venham a ser indicados e nomeados pelo mantenedor da Fundação, nos termos art. 15, I e 27, a) deste estatuto. Nesta hipótese serão respeitados os preceitos do parágrafo único inciso II, III e IV, do art. 15. **Art. 15** São direitos e deveres dos participantes mantenedores: I – indicar e nomear os integrantes do Conselho Curador que, por sua vez indicará e nomeará os integrantes do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal; II – manter em dia os compromissos assumidos junto à Fundação; III – receber, anualmente, relatório sintético sobre as atividades da Fundação; IV – opinar, mediante provocação do Conselho Curador, sobre questões relevantes, pertinentes às atividades da Fundação. **Parágrafo único:** em relação aos participantes mantenedores, observar-se-á o seguinte: I – A indicação e nomeação dos membros do Conselho Curador será formalizada através de declaração de vontade do mantenedor através de escritura pública; II – fica vedada aos participantes a percepção de remuneração ou de quantia a qualquer título, ou a participação sob qualquer forma nos lucros ou resultados econômicos da Fundação; III – Os participantes mantenedores não responderão pelas obrigações assumidas pela Fundação. Responderão, entretanto, subsidiariamente, quando se tratar de atos praticados por administradores que designarem e solidariamente quando atuar na forma do inciso IV, do parágrafo único do art. 15. IV – Os participantes mantenedores responderão pelos atos ilícitos de cuja prática participarem, nesta qualidade, com dolo ou culpa. V –



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 23º OFÍCIO DE NOTAS
 GUIDO MACIEL - TABELIÃO
 ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
 MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 46 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ



Assiste ao mantenedor o direito de renúncia, a qualquer tempo, a ser exercido por instrumento particular, o qual deverá ser levado ao conhecimento do Ministério Público, no prazo de 30 dias. **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 16 São órgãos da administração da Fundação: a) o Conselho Curador; b) o Conselho Diretor; c) o Conselho Fiscal. **Art. 17** Em relação aos integrantes dos

órgãos da administração da Fundação observar-se-ão as regras que se seguem:

a) não poderão perceber remuneração pelos serviços prestados no exercício de seus cargos, vedado-lhes, ainda, qualquer participação nos lucros ou resultados econômicos da Fundação; b) não responderão, nem mesmo subsidiariamente

pelas obrigações assumidas pela Fundação quando se tratar de ato regular de gestão; respondendo, entretanto, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros

ou à própria entidade, praticados com dolo ou culpa; c) é vedada a participação simultânea em dois ou mais órgãos da administração. Caso essa participação

venha ser admitida excepcionalmente, o direito de voto só poderá ser exercido em apenas um dos órgãos; d) perderá o mandato, o integrante de órgão da

administração que faltar, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas, ou a mais de três alternadas, sendo o seu cargo considerado vago; e) é indelegável o

exercício da função de titular de órgão da administração da Fundação; f) a posse no cargo de órgão administrativo far-se-á mediante assinatura no Livro Posse da Fundação. g) os administradores da fundação serão brasileiros natos

ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. **Art. 18** A convocação dos integrantes dos órgãos da administração para reuniões ou sessões, como regra

geral, deverá ser feita mediante aviso epistolar, com antecedência mínima de 5 dias, salvo disposição específica neste Estatuto, e serão sempre presididas pela

autoridade máxima de cada órgão. **Art. 19** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou regulamentos, os quoruns de instalação e deliberação de todos os

órgãos será o de maioria simples. **Art. 20** Será sempre igualitário o voto dos integrantes dos órgãos de administração. **Art. 21** Nenhuma deliberação coletiva

de órgão da administração terá eficácia antes de assinada a ata da reunião em que foi tomada a decisão, por todos os integrantes que dela participarem.

Parágrafo único: A eficácia plena da deliberação, perante terceiros, ficará condicionada ao registro da ata aprovada, no órgão Público competente para tal.

Art. 22 Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da fundação, com o direito de discutir as

matérias em pauta e formular sugestões. **Parágrafo único:** A fundação dará ciência ao órgão competente do Ministério Público do dia, hora e local designado

para suas sessões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a quarenta e oito (48) horas antes da reunião. **Art. 21** Os integrantes da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

6 & JUN 2011

Guil

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barruso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 WD: 100512183627
 AUTENTICADO Frente
 Autenticado a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé.
 Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
 Valerios
 Autentic.....R\$ 3.93
 s Prodados:....R\$ 1.16
 66-8458.....R\$ 5.04
 66-8458



FHS86777

administração se obrigam a atender fielmente as determinações legais contidas no Código Brasileiro de Telecomunicações, na Lei nº. 4.117 de 1.962 e nos regulamentos e instruções normativas expedidas pelo Poder Concedente; aqui compreendidas, também, as normas afetas à Segurança Nacional. **Art. 22** Os integrantes da administração que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, na forma do art. 38, alínea a, da Lei nº. 4.117 de 1.962. **Parágrafo único:** Fica vedada aos membros da fundação, na gestão administrativa, a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório. **CAPÍTULO VII - DO CONSELHO CURADOR Art. 23** O órgão de orientação superior da Fundação é o Conselho Curador, composto por 3 (três) membros: o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário. **Art. 24** Compete exclusivamente à instituidora mantenedora - Igreja Internacional da Graça de Deus - indicar e nomear os membros integrantes do Conselho Curador. **Parágrafo único:** A indicação e nomeação dos membros do Conselho Curador será formalizada mediante simples declaração da Igreja mantenedora, sempre por instrumento particular a ser encaminhado ao Ministério Público e registrado no Livro de Atas da Fundação. **Art. 25** Os integrantes do Conselho Curador terão mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos por igual período. **§1º** Em caso de vacância de cargo no Conselho Curador, antes do termo extintivo do mandato, o integrante substituto será indicado e nomeado diretamente por ato do mantenedor, para o exercício das funções pelo prazo remanescente. **§2º** Ocorrendo vacância de cargo em órgão da administração diverso do Conselho Curador, antes do termo extintivo do mandato, o integrante substituto será por este nomeado e indicado para o exercício das funções pelo prazo remanescente. **Art. 26** O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Curador ou pelo Presidente do Conselho Diretor, devendo as deliberações tomadas serem registradas em atas. **§1º** As reuniões ordinárias serão realizadas em dia e hora designados pelo Presidente do Conselho, mediante aviso epistolar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, sendo facultada a discussão de assuntos gerais. **§2º** As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer de seus membros, por intermédio do Presidente, mediante aviso epistolar, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência, sendo obrigatória a indicação da pauta de matérias para discussão, vedado o tratamento de assuntos não especificados na pauta. **Art. 27** Compete ao Conselho Curador: a) escolher, nomear e dar posse aos demais integrantes da

SER
 M.
 CONF.

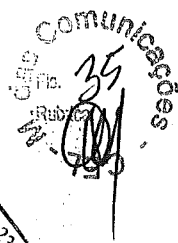
6 8 JUN 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 23º OFÍCIO DE NOTAS
 GUIDO MACIEL - TABELIÃO
 ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
 MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 28 - 3ª ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 46 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ



administração da Fundação (Conselho Diretor e Conselho Fiscal), assim como destituí-los, por decisão motivada da maioria; b) deliberar anualmente sobre as demonstrações financeiras, prestação de contas do Conselho Diretor, ouvindo sempre o Conselho Fiscal; c) decidir sobre a alteração da sede, abertura de filiais ou estabelecimentos e ainda sobre a filiação da Fundação a outras entidades, sempre observada a manifestação do Ministério Público; d) deliberar sobre propostas do Conselho Diretor relativas à alienação e aquisições de bens, operações financeiras, oneração e afetação de bens e direitos, dentre outros atos e negócios que exorbitem a administração ordinária da Fundação, e encaminhar o requerimento de autorização prévia ao Ministério Público; e) deliberar sobre o ingresso de mantenedores; f) decidir sobre as matérias ou casos omissos, sempre norteado pelo interesse da Fundação e pela consecução de suas finalidades precípua. **Art. 28** São atribuições do Presidente do Conselho Curador: a) convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho Curador; b) distribuir as atribuições entre os demais integrantes do Conselho Curador. **Art. 29** No caso de ausência provisória do Presidente competirá ao Vice Presidente e ao Secretário, em conjunto, deliberar sobre as questões urgentes. **CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO DIRETOR Art. 30** O Conselho Diretor é o órgão executivo da Fundação, composto por 3 (três) membros: o Diretor Executivo, o Vice Diretor Executivo e o Secretário Executivo, todos escolhidos e nomeados pelo Conselho Curador, com mandato de 5 (cinco) anos contados a partir da posse, admitindo-se a recondução por igual período. **Art. 31** Compete ao Conselho Diretor: a) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador; b) elaborar os programas e projetos relativos às atividades da Fundação, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades e da situação econômica financeira da Fundação; c) celebrar contratos, acordos, parcerias e convênios de interesse da Fundação; d) contratar serviços, admitir e dispensar empregados e realizar outros atos imprescindíveis à manutenção das atividades da fundação; e) elaborar os relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da Fundação, a serem encaminhados ao Ministério Público; f) elaborar e aprovar o Regimento Interno da Fundação e outros atos normativos internos. **Art. 32** Fica a cargo do Conselho Diretor, também, o planejamento e execução das atividades artísticas, educativas e culturais da Fundação, tais como: a) estabelecer diretrizes gerais para a programação a ser veiculada pela (s) Emissora (s), obedecendo à legislação federal específica; b) examinar, avaliar, aprovar ou recusar a programação elaborada pelo departamento de radiodifusão; c) analisar, aprovar ou recusar a programação de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Conf

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



FHS86772



OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3353-6021 NR: 100512183B27
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
MARIO VINICIUS MACHADO LEAL
Valores
Autentic.: R\$ 3.93
Procurados: R\$ 1.16
Total: R\$ 5.09

terceiros ou de outros centros de produção, para veiculação nas suas emissoras; d) coordenar e supervisionar as atividades do departamento de radiodifusão; e) coordenar e supervisionar as atividades do departamento editorial; f) produzir material impresso para utilização em conjunto com programas educativo-culturais de rádio e de televisão; g) promover a divulgação de trabalhos relacionados com o ensino, pesquisa e serviços à comunidade, pelas formas mais adequadas; h) colaborar com planos do Governo Federal e Estadual, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social, ético, moral e religioso da Nação. **Art. 33** São atribuições do Diretor Executivo:

a) convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho Diretor; b) zelar pelo cumprimento das atribuições do Conselho Diretor; c) representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e em geral nas relações perante terceiros; d) constituir advogado, outorgar procuração e nomear preposto; e) celebrar contratos em geral, por instrumento público ou particular, assinar recibos e dar quitação; f) ceder ou receber direitos e obrigações e emitir títulos de crédito, ressalvadas as limitações deste Estatuto; g) administrar e dirigir os bens, serviços e negócios jurídicos da fundação; h) distribuir as atribuições entre os demais integrantes do Conselho Diretor e seus respectivos departamentos; i) admitir, promover, punir, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as regras legais e regulamentares; j) abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, aplicações financeiras, investimentos e demais modalidades de contratos e serviços bancários, inclusive emitir cheques; sempre em conjunto com o Vice Diretor Executivo ou com o Secretário Executivo; l) receber de forma válida citações, notificações e interpelações; m) criar, modificar ou extinguir subdiretorias para administração de assuntos específicos; n) conceber e promover política interna de recursos humanos e alocação de patrimônio; o) contratar, dispensar ou demitir funcionários; p) encaminhar ao Conselho Curador as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, bem como toda a documentação pertinente à prestação de contas da Fundação. **Parágrafo único:** A validade de procurações outorgadas pelo Diretor Executivo se condiciona à expressa inserção de prazo determinado e/ou tarefas específicas a serem realizadas, devendo constar, ainda, que atingida a data limite de validade ou exaurida a tarefa fica revogado o mandato automaticamente e independente de qualquer outra formalidade. **Art. 34** No caso de ausência provisória do Diretor Executivo da Fundação assumirá o cargo, automaticamente, o Vice-Diretor Executivo, que exercerá a função com iguais poderes e responsabilidades, sempre em conjunto com o Secretário Executivo. **Art. 35** São atribuições do

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Caril



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23ª OFICINA DE NOTAS
GUIDO MACIEL - TABELIÃO
ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 LÓJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ

Comunicações
36
199

Secretário Executivo: a) secretariar as reuniões do Conselho Diretor; b) determinar a elaboração e remessa ao Ministério Público da prestação de contas. **CAPÍTULO IX - DO CONSELHO FISCAL Art. 36** O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração contábil e financeira da fundação, e será composto por 2 (dois) integrantes titulares: o Presidente, e o Vice-Presidente, além de 2 (dois) suplentes, indicados e nomeados pelo Conselho Curador, para mandato com período de 5 anos, admitida a recondução. **Art. 37** Compete ao Conselho Fiscal: a) fiscalizar os atos dos administradores da Fundação e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) analisar a prestação de contas anual, elaborando o competente parecer, do qual deverão constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis ao Conselho Curador; c) opinar sobre orçamento anual da fundação, assim como sobre a viabilidade econômico-financeira de programas ou projetos; d) denunciar ao Conselho Curador e ao Ministério Público, os erros, fraudes, ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Fundação; e) examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da Fundação e sobre os demais dados concernentes à prestação de contas; f) solicitar auditoria externa para a Fundação, objetivando a apuração de fatos específicos ou esclarecimentos, e informações para melhor desempenho das suas atribuições; g) manifestar-se sobre a alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargo. **Parágrafo único:** No exercício de suas atribuições, os integrantes do Conselho Fiscal terão pleno acesso aos lançamentos contábeis, atas de reuniões e demais documentos da Fundação. **Art. 38** O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente, pelo Conselho Curador ou por iniciativa de seus próprios integrantes, respeitando-se as regras gerais pertinentes às reuniões de órgãos da administração traçadas neste Estatuto. **CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO Art. 39**

O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o do ano civil. **Art. 40** Até o dia 30 de outubro de cada ano, o Diretor Executivo da fundação apresentará ao Conselho Curador a proposta orçamentária para o ano seguinte. **Art. 41** A prestação de contas será submetida ao Conselho Curador até o dia 30 de março de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior. **§1º** A prestação anual de contas da fundação será realizada com observância dos princípios fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade e conter os seguintes elementos: I – relatório circunstanciado de atividades; II – Balanço Patrimonial; III – Demonstração do Resultado do Exercício; IV – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; **§2º** Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a prestação de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

8 JUN 2011

Gil

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



FHS86771



contas será encaminhada ao órgão competente do Ministério Público. **Art. 42:** A Diretoria Executiva dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da fundação, inclusive as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição de qualquer cidadão para exame; **Art. 43** A prestação de contas de recursos eventualmente captados junto ao Poder Público mediante termo de Pareceria será realizada aos órgãos competentes, de acordo com o previsto no art. 70 da Constituição Federal. **Art. 44** O Ministério Público, através do Curador de Fundações, na hipótese de fundados indícios de irregularidades na Fundação, poderá contratar, às expensas desta, o serviço de auditoria independente para apuração dos fatos. **CAPÍTULO XI – DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO Art. 45** Para alteração do presente Estatuto, exige-se: a) a deliberação por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador e do Conselho Diretor, em sessão especialmente convocada para este fim; b) que a reforma não contrarie os fins da Fundação; c) a aprovação prévia pelo Ministério Público; d) a aprovação prévia ou a comunicação *a posteriori* junto ao Ministério das Comunicações ou órgão público que venha a lhe fazer as vezes, conforme o art. 38, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 4.117 de 1.962. **CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RADIODIFUSÃO Art. 46:** A Fundação observará com o rigor que se impõem as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral. **§1º** A Fundação se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. **§2º** Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato. **§3º** Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Fundação se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. **§4º** A Fundação não efetuará nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, exceto aquelas que não impliquem na modificação dos objetivos ou finalidades, hipótese em que o Poder Concedente será informado das alterações estatutárias no prazo máximo de 60 dias; conforme o art. 38, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 4.117 de 1.962. **CAPÍTULO XIII - DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO Art.**

Ministério Público Federal
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 23º OFÍCIO DE NOTAS
 GUIDO MACIEL - TABELIÃO
 ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
 MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C e D - RIO DE JANEIRO - RJ

Comunicações
 37
 Rubrica

47A Fundação extinguir-se-á por deliberação fundamentada de seus Conselhos Curador e Diretor, aprovada por dois terços de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo presidente do primeiro, quando se verificar alternativamente: a) a impossibilidade de sua manutenção; b) a ilicitude ou inutilidade dos seus fins. **Art. 48** No caso de extinção da Fundação, o Conselho Curador, sob acompanhamento do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento de dívidas e todos os atos de disposições que estime necessários. **Parágrafo único:** Terminado o processo, o patrimônio residual da Fundação será revertido, integralmente, para outra entidade de fins congêneres, com atuação no Estado do Rio de Janeiro. **CAPÍTULO XIV-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** **Art. 49** O regime de pessoal da Fundação, quanto aos seus funcionários, será o da Consolidação das Leis do Trabalho; podendo também adotar as regras pertinentes à prestação de serviços eventuais ou, ainda, aquelas previstas na Lei nº. 9.608 de 1998, quando os trabalhos tiverem natureza exclusivamente voluntária e não remunerada. **Art. 50** Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores e afins serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, com residência exclusiva no Brasil; sendo permitida, porém, a admissão de especialistas estrangeiros em caráter provisório. **Art. 51** Os casos omissos deste Estatuto serão decididos pelo Conselho Curador, podendo o Conselho Diretor, em caso de motivada urgência, decidir sobre a matéria. **Art. 52** Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, como o único competente para dirimir as dúvidas, pendências, omissões e divergências decorrentes deste estatuto; excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Depois de lida a presente na presença dos declarantes, ficam desde já nomeados para composição inaugural administrativa com mandato de 5 (cinco anos): **CONSELHO CURADOR: Presidente: Carlos Luis dos Santos Sá**, brasileiro, casado, Bacharel em Direito e no CPF/MF sob o nº 988.482.327-87 e RG sob o nº 08.228.643-6 residente e domiciliado na Rua Olinda Ellis 536 CA 53, Campo Grande, Rio de Janeiro, Cep 23045-160; **Vice -Presidente: Célio Aparecido Antunes**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito e no CPF/MF sob o nº 077.489.048-71 e no RG sob o nº 1.8669413, residente e domiciliado na Rua Gomes Serpa, 205, Piedade, Rio de Janeiro e Cep:20740-200; **Secretário: Paulo Henrique Silva da Rosa**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito e no CPF/MF sob o nº 000.544.977-44 e no RG sob nº 079246716, residente e domiciliado Rua Quintino Bocaiúva 82 Bl A Ap 504, Centro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro Cep: 26210-150. **CONSELHO DIRETOR: Diretor Presidente: Jose**

23º OFÍCIO DE NOTAS
 JOSE SALMAZO
 Tabelião Substituto
 Matr. 98.400-1
 3º Andar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

6 JUN 2011

Caril

[Signature]

[Signature]

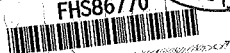
[Signature]

[Signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 ND: 100512183827
AUTENTICAÇÃO
Certifico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.



FHS86770



37
Comunicação
08 JUN 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

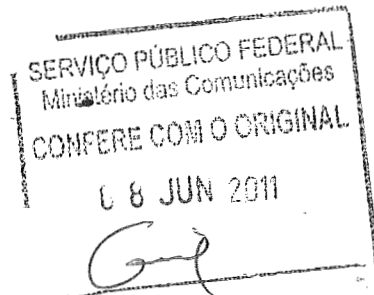
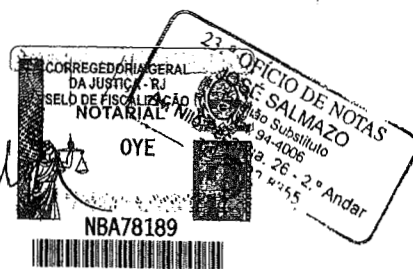
Roberto Lessa de Mello, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 581.027.447-15 e RG sob o nº 04691672-2, residente e domiciliado na Rua Getúlio, 210, apt 104, Todos Santos, Rio de Janeiro e Cep: 20775-001 ; **Vice Presidente Conselho Diretor: Jose Francisco Guisarra da Silveira**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito, e no CPF/MF sob o nº 032.259.367-07 e RG sob o nº 291626932, residente e domiciliado na Rua Miguel de Frias, 245, bl 04 apt 602, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro e Cep: 24.220-001; **Secretário do Conselho Diretor: Edson Dias Mattos**, brasileiro, casado, Acadêmico em Direito, e no CPF/MF sob o nº 684.017.607-04 e RG sob o nº 079103289, residente e domiciliado na Rua Quatorze Jardim Balneário s/n, lote 16, Qd 04, Centro, Marica, Rio de Janeiro e Cep: 24900-000. **CONSELHO FISCAL: Titular do Conselho Fiscal: Maria Laura Chagas de Lima dos Santos**, brasileiro, divorciada, Ministro de Confissão Religiosa, e no CPF/MF sob o nº 006.977.607-58 e RG sob o nº 068926328, residente e domiciliado na Rua Umeboche 297, Novo Jardim Paraíso, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Cep: 26352-310; **Titular do Conselho Fiscal: Amauri Barbosa de Carvalho**, brasileiro, casado, Ministro de Confissão Religiosa, e no CPF/MF sob o nº 089.400.877-39 e RG sob o nº 11.613.904-9, residente e domiciliado na Rua Getulio 378, apt 304, Cachambi, Rio de Janeiro e Cep: 20775-001; **Suplente do Conselho Fiscal: Cléa Batista Guimarães**, brasileira, casada, Ministro de Confissão Religiosa, e no CPF/MF sob o nº 490.142.187-53 e RG sob o nº 850132630, residente e domiciliado na Rua Mucuripe 19, Califórnia, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Cep: 26220-640; **Suplente do Conselho Fiscal: Celso da Silva Luz**, brasileiro, casado, Ministro de Confissão Religiosa, e no CPF/MF sob o nº 533.189.787-87 e RG sob o nº 04.776014-5, residente e domiciliado na Rua Aldo de Sá Brito 49, casa 01, Paciência, Rio de Janeiro e Cep: 23570-470. Depois de lida a presente, na presença dos declarantes, por eles me foi dito que estão de pleno acordo com seus termos e que demonstraram a sua expressa vontade." III) Que assim retificada fica este Estatuto da Fundação, ratificando-o em todos os seus demais termos do qual a presente passa a constituir parte integrante. (sob minuta) Assim, o disseram, do que dou fé, pediram-me que em minhas Notas lhes lavrasse esta escritura, que lhe sendo lida em voz alta e clara, aceitaram e assinam, dispensando a nomeação de testemunhas, prevalecendo do que lhes faculta o artigo 391 do Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, deste Estado. Certifico que pelo presente ato são devidas as custas: R\$ 43,64 (Tab. 07-1-II- Obs. 12ª) + R\$ 5,46 (informáticas do ato e das comunicações – Tab. 01-9) + R\$ 4,19 (Comunicações ao Distribuidor) + R\$ 9,12 (arquivamento) + R\$ 12,48 (20% do FETJ) + R\$ 3,12 (5% do FUNDPERJ)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 23º OFÍCIO DE NOTAS
 GUIDO MACIEL - TABELIÃO
 ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO
 MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3ª ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 46 LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
 SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C & D - RIO DE JANEIRO - RJ

Comunicações
 38
 [Handwritten signature]

+ R\$ 3,12 (5% do FUNDPERJ) + R\$ 8,15 (Mútua dos Magistrados) + R\$ 24,53 a que se refere a distribuição + R\$ 28,18 (certidão). Eu, Gustavo Novaes Domingos, Escrevente, CTPS n.º 66033/105-RJ, a lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ASS.) Comparecentes: Igreja Internacional da Graça de Deus, representado por: Romildo Ribeiro Soares, Carlos Luis dos Santos Sá, Célio Aparecido Antunes, Paulo Henrique Silva da Rosa, Jose Roberto Lessa de Mello, Jose Francisco Guisarra da Silveira, Edson Dias Mattos, Maria Laura Chagas de Lima dos Santos, Amauri Barbosa de Carvalho, Cléia Batista Guimarães, Celso da Silva Luz. Extraída na mesma data. E eu _____, a datilografei, e eu _____ a subscrevo e assino.



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

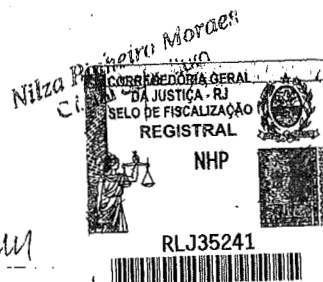
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
 Av. Presidente Wilson, n.º 164 sobreloja 103

CERTIFICO O REGISTRO SOB NÚMERO, NOME, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.
 228740 - FUNDAÇÃO GRAÇA DE COMUNICAÇÃO

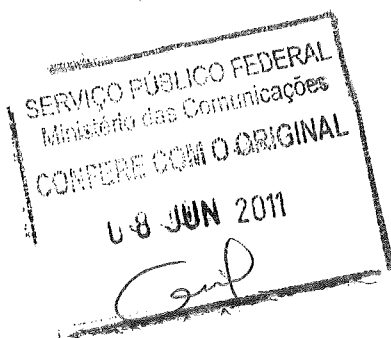
200804081513371
 RLJ35241

11/04/2008
 Emol: 100,20 Adic: 20,04 Mútua: 8,01

O Oficial



[Handwritten signatures and marks]



242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 179 - Lapa C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512183527
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Frente
Valores
Autentic.....R\$ 3.92
Proc. dados.....R\$ 1.10
Total.....R\$ 5.04



68 JUN 2011

Comunicações
39

Talão Nº

Pág. Nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

14ª CIRCUNSCRIÇÃO

7ª ZONA - Freguesia de Madureira

CASAMENTO Nº 2.799

Jose Moreira Vidal

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Circunscri-

ção, Freguesia de Madureira do Estado do Rio de Janeiro.

Comarca da Capital

CERTIFICO que à fls. 98 do livro nº 1.101.000, do registro de casamen-

tos foi inscrito hoje o assento do matrimônio de "Hildebrando Brito da Silva e Lamirce Xavier de Oliveira"

contraído perante o Juiz. digo, Pastor - Romildo Ribeiro Soares. -

e as testemunhas. Almir de Oliveira Bonfim e Eugenia Paes da Silva.

Ele, nascido n/Estado, aos 30 de abril de 1964

profissão. Comerciarior, estado civil solteiro

e residente. nesta Cidade

filho de Severino Fernandes da Silva. -

...

e de

Maria do Nascimento Brito da Silva - falecida

...

Ela, nascida Est. Esp. Santo, aos 11 de junho de 1960

profissão. Aux. de Escritório, estado civil solteira

e residente. nesta Cidade

filha de Clarindo Xavier da Silva. -

...

e de

Eni Maria de Jesus. -

...

a qual passa a assinar-se. "LAMIRCE XAVIER DA SILVA"

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180, nº 1, 2, 3 e 4, do Código Civil.

Observações: Casamento realizado aos 19 de maio de 1984, na Igreja Internacional da Graça de Deus, pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens. -

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 1984

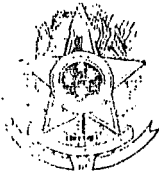


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Caril

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 4 - Frente
Autenticado a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
Autenticado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Marcio Vinicius Machado Leal
Valores
Autenticados: R\$ 3.93
Proc. dados: R\$ 1.16
Total: R\$ 5.09



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE RIO DE JANEIRO
COMARCA DE SAQUAREMA
MUNICÍPIO DE SAQUAREMA
DISTRITO DE VILA DE BACAXÁ

Firma Tab.
MARCO BRAGA
Rodrigo Silva, 28
Estr. Asa Branca

FIRMA
VERELINO RODRIGUES C. CAMPOS
21.º Ofício de Reg. Civ.
Praça do Ouvidor, 21.º
RIO DE JANEIRO

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 1989
Gil

AUREO VIGNOLI DE CARVALHO

Oficial do Registro Civil

CASAMENTO N.º 1.213

CERTIFICO que, às fls. 41. do Livro N.º B-05 de Registro de Casamentos
foi hoje, o assento do casamento de CARLOS LUIS SANTOS SÁ
e EDINA GOMES
contratado perante o Cidadão Ivo Lopes dos Santos
Juiz de Paz deste distrito e as testemunhas Gilson dos
Santos Sá, Leila Ferreira de Sá, Gelson Vasconcellos de Sá.

Ele, nascido em SAQUAREMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, quatorze
(14) de novembro de 1962, profissão Militar,
residente e domiciliado em Sampaio Corrêa, neste Município,
filho de Gelson Vasconcellos de Sá,
em, residente e domiciliado em Sampaio Corrêa,
neste Município, de Dona Maria dos Santos Sá,
nascida em,
residente e domiciliada.

Ela, nascida em SAQUAREMA, EST. DO RIO DE JANEIRO, dez
(10) de março de 1964, profissão do lar,
residente e domiciliada em Sampaio Corrêa, neste Município,
filha de Moacyr Gomes,
em, residente e domiciliado,
de Dona Manoela Verdan Gomes
nascida em,
residente e domiciliada em Sampaio Corrêa, neste Município.

A contraente passa a assinar-se EDINA GOMES SÁ.
Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.ºs. 01 a 04
do Código Civil. — Observações: Em tempo declaro o nome do contraente é
CARLOS LUIS DOS SANTOS SÁ.
O Regime é da Comunhão Parcial de Bens.

Cartório do 2.º Distrito
Aureo Vignoli de Carvalho
Oficial e Tabellão
Maria de Lourdes Carvalho
Escritor
Bacaxá - Saquarema - RJ

Vila de Bacaxá, 29 de julho de 1989

Assinatura do Oficial

Assinatura da Contraente

40-1
Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CÓPIA COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Cil

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Laj. 5 - Fone: 3553-6021 N2:100512072429
Autentico a presente cópia reprodutiva conforme o original a mim ap
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores Autentic.: R\$ 3.94
Proc. dados: R\$ 1.04
Total: R\$ 5.04
MARCIO VINICIUS MACHADO LEAL

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA DE FISCALIZAÇÃO
DA JUSTIÇA
AUTENTICAÇÃO
KYP
1 ATO
FIC95277

Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto
24
21 7866-6455
7866-6456



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA, MUNICÍPIO E DISTRITO DE PORTO FELIZ

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Rua Parão do Rio Branco, 89 — Centro

C. G. C. 50.792.639/0001-25

Bel. José Emílio de Carvalho Filho

Escritório

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Grif

Certidão de Casamento

CERTIFICO e dou fé que no livro de assentos de casamento n.º B- 14-
as folhas -144- e sob n.º 4.120.- consta o registro de casamento de

CELIO APARECIDO ANTUNES // -

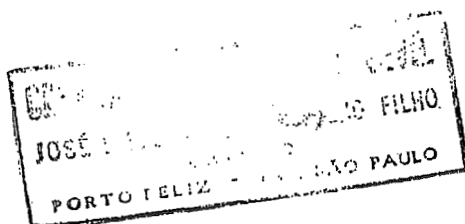
e SÔNIA MARIA GALDINO // -

O CONTRAENTE é brasileiro, nascido neste distrito, aos 06 de agosto de 1964, filho de João Manoel Antunes e Isolina Silva Antunes.

A CONTRAENTE é brasileira, nascida em Patrocínio Paulista-SP, aos 21 de junho de 1970, filha de Antonio Galdino Filho e Maria José Galdino //

tendo adotado o nome de SÔNIA MARIA GALDINO ANTUNES // -
regime adotado: Comunhão Parcial de Bens // -
realizou-se neste distrito, hoje, aos 03 de agosto de 1990, às 16:45 horas.-

Observações: nada consta //



Porto Feliz, 03 de agosto de 1990.-

O Oficial

Selo pago por verba - guia 14.1/90

fch



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gif

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Lapa - Fone: 3553-6021 Nº: 100512092429
Autentico a presente cópia e protesta conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, em São Paulo, 12 de Maio de 2010.
Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto
24h
OFÍCIO DE NOTAS
Tel. (21) 252-5111
Cel. (21) 252-5111
SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA
AUTENTICAÇÃO
TCB
1ATO
FIC95278



TALÃO N.º

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011



PAG. N.º

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nova Iguaçu - 2.ª Circunscrição

CASAMENTO (N.º 12.643)

CYRENE DE M. CORRÊA FORTUNA, Escrivã de Paz e Oficial do Registro Civil
da 2.ª Circunscrição de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.Certifico que a fls. 43 do livro n.º 412-Aux do Registro de Casamento foi feito hoje o assentamento
do matrimônio de José Roberto Lessa de Mello e Rosane Montarroyos de Barroscontraído perante o Juiz de Direito Dr. Pe. Enriqué Blanco
e as testemunhas Paulo Roberto Francisco de Melo e Maria de Lourdes Felizola de
MeloEle nascido em Este Estado, aos 30 de abril de 1959
profissão Operador de Máquinas domiciliado em este distrito
e residente em o mesmo, solteiro filho
de: Dermeval Gonçalves de Mellodomiciliado em
e residente em e Maria Helena Lessa
de Mello domiciliada eme residente em
Ela, nascida em Este Estado, aos 5 de janeiro de 1962
profissão Domestica, domiciliada em este distrito
e residente em o mesmo, solteira filha
de: José Luiz de Barrosnascido em domiciliado em
e residente em e Adalma Montarroy
de Barrosnascida em, domiciliada em
e residente em

a qual passa assinar: Rosane Montarroyos de Barros Mello

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 n.º 1.º do Código Civil.

Observações: Casamento realizado em 8 de maio de 1982, na Igreja de Sant
Antonio de Jacutinga, nesta cidade, pelo Regime da Comunhão Parcial de Ber
de acordo com a Lei 6015 de 31-12-73

O referido é verdade e dou fé.

Nova Iguaçu, 11 de maio de 19 82

O OFICIAL

Antonio Carlos de M.C. Fortuna
SUBSTITUTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Goul

742 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 1 - Frente
AUTENTICADO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.11
Total.....R\$ 5.04





ESTADO DO RIO DE JANEIRO — COMARCA DA CAPITAL
CARTÓRIO ESPÍRITO SANTO CARDOSO

DECIMA SEGUNDA CIRCUNSCRIÇÃO — 5ª ZONA DO REGISTRO CIVIL
FREQUÊNCIAS DE IRAJÁ E JACAREPAGUÁ

DULJACY ESPÍRITO SANTO CARDOSO

OFICIAL E TABELIAO

Avenida Ernani Cardoso, 21-D — Cascadura — Tel.: 269-7399
Avenida Geremário Dantas, 142-A — Jacarepaguá — Tel.: 392-1588
Avenida Braz de Pina, 110-B — Penha — Tel.: 200-9891

Comunicações
43
01

CASAMENTO 4459

LIVRO BR C 23

FLS.: 59

Aos trinta de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito nos termos do art. da Lei 6.015/73, inscrevo o casamento de Paulo Henrique Silva da Rosa

com Rita de Cassia da Silva

que adotou o nome de Rita de Cassia Silva da Rosa

O NOIVO, natural de deste Estado

nascido aos dez de março de mil novecentos e sessenta e sete estado civil solteiro profissão func. pub. estadual

residente nesta cidade

filho de Paulo Jorge da Rosa e Maria Silva da Rosa

A NOIVA, natural de deste Estado

nascida aos trinta de setembro de mil novecentos e sessenta estado civil solteira

residente nesta cidade profissão aux. serv. gerais

filha de Irene da Silva

realizado aos 24 de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito às 18,00h., sob o regime da comunhão parcial de bens

na Igreja Internacional da Graça de Deus

perante Pr. Romildo Ribeiro Soares

e as testemunhas: Neuza Pires Corrêa e Francisco de Assis Corrêa

OBSERVAÇÕES:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
1.8 JUN 2011

Os nubentes exibiram os documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil, números 1, 2 e 4. Os editais foram publicados no Diário Oficial de 25.10.19.88, tendo o processo tomado o n.º 9513/88

Do que para constar, lavro esta inscrição, arquivando o termo religioso.

Eu, Técnico Judiciário Juram.

FAMILIA DE DANTAS
Gerenciador
01.01.1989

das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gul

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja B Fone: 3553-6021 Nº: 100512092429
Autentico a presente cópia retrogradaizada conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, João de Veneiro, 12 de Maio de 2010.
Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto

SELO DE ESPALHAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
AUTENTICAÇÃO
QAG
11ATO
FIC95280

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE NITERÓI (SEDE)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DA SEGUNDA ZONA JUDICIÁRIA

RUA MISSEKOWSKA, 200 - SOBRADINHO - ICARAÍ

Presidente Backer, 250

Maria Helena Jorge

OFICIAL INTERINA

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 7.184, às fls. 284 e v.º, do livro nº B:24
de Registro de Casamento, deste Cartório, verifiquei constar que no dia 05
de março de 1998, foi feito o casamento
de JOSE FRANCISCO GUIARRA DA SILVEIRA
e de CLAUDIA DA SILVA KARAM
sob o regime Comunhão Parcial de Bens
contraído perante o Dr. Henrique Gomes Filho
e as testemunhas Newton Souza da Rocha e Ana Paula de Lima Rocha

Ele, estado civil solteiro nascido Cambuci - RJ
aos 04 de março de 1972

profissão Pastor, residente e domiciliado
nesta cidade, filho de
José Furtado da Silveira Neto e
Maria Guisarra da Silveira

Ela, estado civil solteira nascida Rio de Janeiro - RJ
aos 01 de fevereiro de 1979

profissão Universitária, residente e domiciliada
nesta cidade, filha de
Luiz Sallé Karam e
Maria das Graças da Silva Karam

a qual passou assinar-se CLAUDIA DA SILVA KARAM GUIARRA

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 N.ºs I, II, III e IV

do Código Civil Brasileiro. - Observações: ..

CARTÓRIO DA 2.ª ZONA JUDICIÁRIA
REGISTRO CIVIL

Maria Helena Jorge

OFICIAL INTERINA

Carlton José da Silva Costa

AUTENTICADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 JUN 2011

O referido é verdade e dou fé.

Niterói, 10 de março de 1998

Oficial

Ministério das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6-8 JUN 2011
Gup

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barruso, 139 - Loja C - Fone: 3553-4021 Nº: 100512092429
Autentica a presente cópia registrada conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Proc. dados: R\$ 1.14
Total: R\$ 5.07

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA
DA JUSTIÇA
AUTENTICAÇÃO
IFI
11ATO
FIC95269

Substituto
24
OFÍCIO DE
Tel. (21) 24...
Cel. (21) ...
Marcos Vinicius Machado Leal

M^a Helena da R. F. da Silva,
Escrevente Substituta

68 JUN 2011

Valor: 2.45

Belford Roxo, 08 de maio de 2000

Oficial do Registro Civil

Comunicações
452
12/5

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Gup

240 DECIJO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente
Autentico a presente cópia representativa conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé
Valores
Autenticados: R\$ 3,93
Prot. dados: R\$ 1,16
Total: R\$ 5,09
Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
MARIO VINICIUS MACHADO LEAL

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREDEIRA GERAL
DA JUSTIÇA
AUTENTICADO
ZZG
11ATO
FIC95270

Marco Vinicius Machado Leal
Substituto
455
456



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro

CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
(Serviço Privatizado)

(1º Distrito Sede) - CNPJ 30.647.408/0001-10 - Tel.: (21) 2651-5022
Av. Dr. Celso José de Carvalho, 179 - Lojas 101 a 104 - Jardim Meriti - Cep.: 25555-652
Oficial: José Rodolfo Cannobietti - Substituto: José Ronaldo Cannobietti
web: www.registrocivil.net/sjmeriti e-mail sjmeriti@registrocivil.net

46
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 JUN 2011
Gf

CERTIDÃO DE CASAMENTO

O Oficial do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Distrito da Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, Certifica que às fls. 115, sob o nº 17805, do livro nº B-48 de registros de casamentos, foi lavrado o assento de casamento de **AVANIR TEIXEIRA DOS SANTOS** e **MARIA LAURA CHAGAS DE LIMA**, contraído no dia vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa, às 10:20, Cidade de São João de Meriti, em Cartório, perante o(a) Sr(a) Juiz de Paz Dr. Accacio Luiz da Silva e as testemunhas Luiz Antonio Lins Reis e Neide Teixeira dos Reis. O contraente é nascido em Cidade do Rio de Janeiro, neste Estado, a 1 de agosto de 1960, de estado civil solteiro, de profissão industriário, domiciliado e residente neste distrito, filho de **FIDELIS RANGEL DOS SANTOS** e **ARLINDA TEIXEIRA DOS SANTOS**. A contraente é nascida em Estado de Alagoas, a 8 de maio de 1956, de estado civil divorciada, de profissão do lar, domiciliada e residente neste distrito, filha de **SEBASTIÃO FRANCISCO CHAGAS** e **BENEDITA LAURINDO DA SILVA**, e passará a adotar o nome de **MARIA LAURA CHAGAS DE LIMA DOS SANTOS**. Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180, números I, II, IV e V do Código Civil brasileiro, e adotado o regime da comunhão parcial de bens. Observação: registro lavrado em 26 de maio de 1990. AVERBAÇÃO: Aos 25/01/05 foi averbado o **DIVÓRCIO** do ex-casal, por força de carta de sentença expedida aos 29/09/04, pela Juíza de Direito da 1ª Vara de Família desta Comarca, Dra. Vania M.N. Gonçalves, contendo sentença por ela proferida em 29/09/04, registrada às fls. 115 do livro E-19, sob o nº 3745, em 24/01/05, no RCPN do 1º Distrito desta Comarca. O ex-cônjuge mulher voltará a usar o nome de **SOLTEIRA**. Não há bens a partilhar.

Emolumentos: Portaria 2496/03 (CGJ) e Lei 3217/99 Tab. I.4+a/b+6+7+9+10+12+Tab. III.2.a+d+6+11+20% PRTJ=TOTAL R\$33,64

O referido é verdade e dou fé.

São João de Meriti, 16-02-2005

(CERTIDÃO

NR. 003607)

Vanessa Perasso G. Silveira
VANESSA PERASSO GONÇALVES S. SILVEIRA
Escravente Substituta II - CPSP 33863/00016

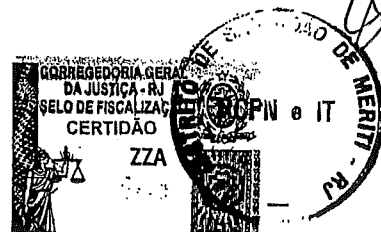
Cartório do 9º Ofício - Nova Iguaçu, Rua Getúlio Vargas, 31
Centro - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro, Tabela: Milza E. Bonini

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Nova Iguaçu, 01 de Julho de 2005. Cont. por:

39610 Heloisa Helena Fernandes de Souza HT.94/07-Aux.



UJ58907

46-V
 125

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011
 Gnf

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 Fone: 3553-6021 NG: 100512092429
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
 Valores Autenticados: R\$ 3.97
 Autentic.: R\$ 1.76
 Proc. dadps.: R\$ 5.00
 Total: R\$ 10.73

Marcio Vinicius Machado Leal
 Substituto
 24
 Tel. 021-7066-6455

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA DE NOTAS
 DA JUSTIÇA
 AUTENTICAÇÃO
 YEI
 1ATO
 FIC95271



Poder Judiciário

Oficial da 14ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato
Comarca da Capital - Freguesia de Madureira - 7ª Zona
Matriz - Rua Dagmar da Fonseca, 118 - Madureira
Sucursal - Rua Doze de Fevereiro, 427 - Loja A - Bangu

68 JUN 2011

Oficial do Registro



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Gul

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 1 - Frente
Autentico a presente cópia representativa conforme o original a mim apr
Valores Autenticados: R\$ 3,73
Prot. dados: R\$ 1,16
Total: R\$ 5,09
Riz de 10 de Maio de 2010.
Marcio Vinicius Machado Leal
Substituto
Tel. (21) 253-17866-6455
Cel. (21) 7866-6455



REGISTRO CIVIL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

48
FIRMA NO CARTÓRIO DO
10.º OFFÍCIO - NITERÓI
Trav. Alberto Victor, 18

2.º Distrito do Município de Cambuci

Certidão em relatório

do termo FLORIANO VELASCO

mento de

ESCRIVÃO

de Paz e Ocuar no Registro Civil
do 2.º Distrito do Município
de Cambuci

ESTADO DO RIO

Escritão do Juizo de Paz e Oficial do Registro Civil
do 2.º Distrito do Município de Cambuci
Estado d Rio de Janeiro e República Federativa
do Brasil, por nomeação na forma da Lei, etc.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFIRMAÇÃO COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

COPIA CERTIFICO que do livro número 22-, de Registro Civil de
Casamentos deste Distrito, à folhas 84, consta o termo número 11696-

de casamento de jurandyr bar-
reira Guimaraes e dona
Chelia Batista da Silva

ele com 23 - anos de idade, nascido em 15 de
Maio de 1936 - , natural de Crato do Rio

filho de Fidelis
Chesinho Guimaraes, e dona Hilda Correia
Guimaraes; ela, com 16 (dezessex),

anos de idade nascida em 10 de julho de 1943, -
natural de Crato do Rio, filha

de Pedro Batista,
e dona Celina da Silva Batista

Casamento realizado no dia 26 do mês de Março -
do ano de mil 1960 - , as 17 - horas
neste Distrito -

Presidiu o ato, o meritíssimo Juiz de Paz, José Carlos Filho
Casamento com comparecimento de pais; passou a rubrica
a usar o nome Chelia Batista Guimaraes
servindo de testemunhas Mauroy Gomes Fernandes
e Helena dos Braz Teixeira

O referido é verdade e dou fé. 2.º Distrito do Município

Estado d Rio de Janeiro,
aos none - 19.97 dias do mês de Novembro do ano de
mil novecentos e 1992 -

Eu, José Floriano Velasco, Escrivão
do Juizo de Paz e Oficial do Registro a subscreeu e assino.

Monte Verde, 9 de novembro 972-

José Floriano Velasco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
COM. 100512090056
18 JUN 2011
Emp

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 1 - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, em 12 de Maio de 2010.
Valores Autenticados: R\$ 3.931,11
Proc. dados: R\$ 1.111,11
Total: R\$ 5.042,22
MARCIO VINICIUS MACHADO LEAL



Talão N.º 123
 14 a 15
 Fimms contidas e lottas pelo autoritatis
 de lveira - 14 a 15
 REPÚBLICA
 CIRCUNSCRIÇÃO
 CASAM



49
 081
 Pág. No. de Registro Civil
 de Puerto Rico
 1911
 1912
 1913
 1914
 1915
 1916
 1917
 1918
 1919
 1920
 1921
 1922
 1923
 1924
 1925
 1926
 1927
 1928
 1929
 1930
 1931
 1932
 1933
 1934
 1935
 1936
 1937
 1938
 1939
 1940
 1941
 1942
 1943
 1944
 1945
 1946
 1947
 1948
 1949
 1950
 1951
 1952
 1953
 1954
 1955
 1956
 1957
 1958
 1959
 1960
 1961
 1962
 1963
 1964
 1965
 1966
 1967
 1968
 1969
 1970
 1971
 1972
 1973
 1974
 1975
 1976
 1977
 1978
 1979
 1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298
 2299
 2300
 2301
 2302
 2303
 2304
 2305
 2306
 2307
 2308
 2309
 2310
 2311
 2312
 2313
 2314
 2315
 2316
 2317
 2318
 2319
 2320
 2321
 2322
 2323
 2324
 2325
 2326
 2327
 2328
 2329
 2330
 2331
 2332
 2333
 2334
 2335
 2336
 2337
 2338
 2339
 2340
 2341
 2342
 2343
 2344
 2345
 2346
 2347
 2348
 2349
 2350
 2351
 2352
 2353
 2354
 2355
 2356
 2357
 2358
 2359
 2360
 2361

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

CASAMENTO N° 14.736

ADQUIRETA
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
4. 8 JUN 2011

JOSE MOREIRA VIDAL Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Circunscri-
ção, Freguesia de MADUREIRA do Estado do Rio de Janeiro.
COMARCA DA CAPITAL

CERTIFICO que à fls. 18v^o do livro n^o B.47 aux do registro de casamentos foi inscrito hoje o assento do matrimônio de CELSO DA SILVA LUZ -a- DURA - MARLI DIAS SOARES. :-
contraído perante o Rev. Pastor Romilda Ribeiro Soares. :-
e as testemunhas Jair Coelho de Souza -a- Ana Renina Siqueira de Souza. :-

Ele, nascido R. de Janeiro aos 01 de janeiro de 1958
profissão Aux. de expedição, estado civil solteiro -
e residente nesta cidade -
filho de Geraldo Alves da Luz .:-
Juventina da Silva Alves .:-

Ela, nascida R. de Janeiro aos 09 de abril de 1963
profissão Téc. de enfermagem .:-, estado civil solteira .:-
e residente nesta cidade .:-
filha de Alvim Dias Soares .:-
Percília de Souza .:- e de

a qual passa a assinar-se: "DORA MARLI DIAS LUZ".....

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180, nº 1, 2 e 4, do Código Civil.

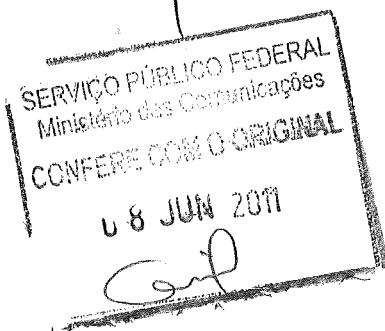
Observações: Casamento realizado aos 21 de maio de 1988, pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, na Igreja Interna cional da Graça de Deus, no Maior, nesta cidade, e de acordo com o art. 73 da Lei 6015 de 1965.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 1988

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL

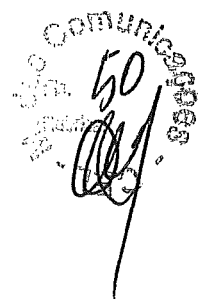
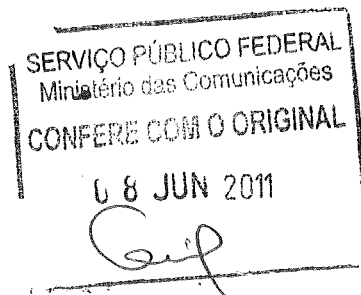
OSCAR COPPOLA
Téc. Jud. Juramentado
Matr. 01/4182



242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 5 - Frente
Autentico a presente cópia reproduzida conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, em 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proz.dados.....R\$ 1.11
Total.....R\$ 5.04



Ref.: Concorrência 034/2010 -CEL/MC



EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.422.257/0001-58, com sede na Rua Clarimundo de Melo nº. 277, parte, Bairro Encantado, Rio de Janeiro, Capital, CEP 20.740-321, neste ato representado por seu sócio administrador **Hildebrando Brito da Silva**, brasileiro, casado, portador da identidade nº. 770245 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.985.497-68, residente e domiciliado na Rua Castilho nº. 218, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 23073-350, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Rio de Janeiro, RJ, 30 de março 2.010

Hildebrando Brito da Silva

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.

Hildebrando Brito da Silva

51
Comunicações

O abaixo assinado, sócio/dirigente da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.422.257/0001-58, com sede na Rua Clarimundo de Melo nº. 277, parte, Bairro Encantado, Rio de Janeiro, Capital, CEP 20.740-321, declaram que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Alto do Rodrigues - RN e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

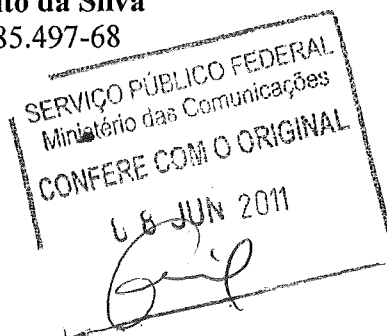
d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Rio de Janeiro, RJ, 25 de março de 2.010

Hildebrando Brito da Silva

Hildebrando Brito da Silva
CPF/MF 820.985.497-68





1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Oficial Titular: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos
CNPJ: 30.712.814/0001-10 - Cód. Serventia: 0725
400016034005.597038

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

C E R T I F I C A

TARJA DE SEGURANÇA NA COR LARANJA

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

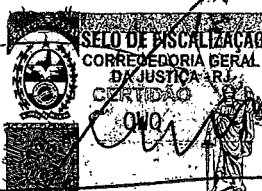
- A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;
- B) RESCISÓRIAS;
- C) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- D) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- E) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- F) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- G) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- H) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- I) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- J) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- K) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- L) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009).

DESDE TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA ATÉ TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ATÉ 31/03/2010) e, quanto às Varas Regionais de sua competência, exclusivamente até 31/03/2010 (Madureira), 31/03/2010 (Jacarepaguá) e 31/03/2010 (Leopoldina), del e(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Contra o nome de HILDEBRANDO BRITO DA SILVA - CPF: 820.985.497-68***
Rio de Janeiro, Capital em 09/04/2010*****
Finalidade declarada pelo requerente: CONCORRENCIA.
O CPF constante desta certidão foi fornecido pelo Requerente.
EU, Oficial a assino

JOERGE LUIZ CÉSAR DE ALMEIDA
Substituto - Mat. 94/0275



USC23703



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

(Tab.01-Ato 01: R\$ 22,50), (Tab.01-Ato 02: R\$ 2,62), (Tab.01-Ato 08: R\$ 8,06), (Tab.01-Ato 09: R\$ 3,02), (Tab.01-Ato 10: R\$ 3,02)

(FETJ: R\$ 7,84), (FUNDPERJ: R\$ 1,96), (FUNPERJ: R\$ 1,96), (TOTAL: R\$ 50,98)

Certidão emitida em nome de HILDEBRANDO BRITO DA SILVA - CPF: 820.985.497-68.

Ent: CENTRAL, Bsc: RICARDO, Dgt: FÁBIO, Imp: SYS.

TARJA DE SEGURANÇA NA COR LARANJA

A PROVA NEC... A CIVIL E CRIMINAL É FEITA... LAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RECIBO Nº 354659

CIV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERIR COM O ORIGINAL
6-8 JUN 2011
Guil

24º OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-8021 Nº: 100505164552
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que sou fe Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....
Proc.dados:.....
Total.....





1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Oficial Titular: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos
CNPJ: 30.712.814/0001-10 - CÓD. SERVENTIA: 0725
400016034005.597039

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

C E R T I F I C A

TARJA DE SEGURANÇA NA COR LARANJA

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;
- B) AÇÕES PENAIIS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DA 2ª INSTÂNCIA;
- C) INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS CRIMINAIS;
- D) AÇÕES PENAIIS PÚBLICAS E PRIVADAS, OUTROS PROCEDIMENTOS E PRECATÓRIAS DAS VARAS CRIMINAIS;
- E) INQUÉRITOS POLICIAIS-MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAIIS E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR;
- F) AÇÕES PENAIIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA E JACAREPAGUÁ);
- G) AÇÕES PENAIIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- H) AÇÕES PENAIIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

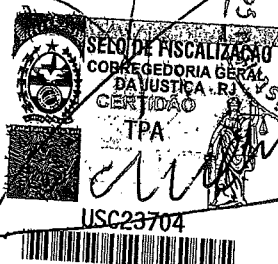
DESDE TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA ATÉ TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ATÉ 31/03/2010) e, quanto às Varas Regionais de sua competência, exclusivamente até 31/03/2010 (Madureira), 31/03/2010 (Jacarepaguá), dele(s)*****

* * * * * **NADA CONSTA** * * * * *

Contra o nome de HILDEBRANDO BRITO DA SILVA - FILHO(A) DE SEVERINO FERNANDES DA SILVA E DE MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA*****
EXTRAIDA CONF.ART.202 LEI 7210/11-07-84 E AVISO 44/03-05-93.
Rio de Janeiro, Capital em 09/04/2010*****
Finalidade declarada pelo requerente: CONCORRENCIA.
EU, Oficial a assino.

JORGE LUIZ CÉSAR DE ALMEIDA
Substituto - Mat.94/0275

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011



(Tab.01-Ato 01: R\$ 14,50), (Tab.01-Ato 02: R\$ 2,62), (Tab.01-Ato 08: R\$ 8,06), (Tab.01-Ato 09: R\$ 3,02), (Tab.01-Ato 10: R\$ 3,02), (FETJ: R\$ 6,24), (FUNDPERJ: R\$ 1,56), (FUNPERJ: R\$ 1,56), (TOTAL: R\$ 40,58)

Certidão emitida em nome de HILDEBRANDO BRITO DA SILVA - FILHO(A) DE SEVERINO FERNANDES DA SILVA E DE MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA.

Ent: CENTRAL, Bsc: ADRIANA, Dgt: FABIO, Imp: SYS.

TARJA DE SEGURANÇA
NA COR LARANJA

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RECIBO Nº 354659

CRI

53-1-100505164552
 Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 8 JUN 2011
 [Signature]

24º OFÍCIO DE NOTAS JOSE NARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100505164552
 AUTENTICAÇÃO - Frente
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé.
 Valores
 Autentic.....R\$ 2,00
 Proc.dados.....R\$ 0,00
 Total.....R\$ 2,00
 Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
 VITOR FERREIRA DE ARAUJO

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 AUTENTICAÇÃO
 USP
 FATO
 FLP73056

2º Ofício do Registro de Distribuição

2º Ofício do Registro de Distribuição

REQUERIDA EM: 07/04/2010

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

MODELO (A) >> CERTIFICADA A L
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR
PARA FINS DE CONCORRÊNCIA

TALÃO Nº-
0733
01/01 Pg0
A

O OFICIAL TITULAR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESIGNADO NA FORMA DA LEI.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentados das distribuições em curso ou andamento relativo a:

- A - Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral de Justiça;
- B - Rescisórias;
- C - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuídas as varas com competência Empresariais;
- D - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência de Família;
- E - Ações Acidentárias;
- F - Retificações, Averbamentos e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência em Registros Públicos;
- G - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, notificações e outros) distribuídas as varas com competência Cíveis;
- H - Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência Cíveis;
- I - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais;
- J - Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatorias distribuídas as varas com competência em Orfãos e Sucessões;
- K - Ações e Precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- L - Ações distribuídas as Varas de Infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação, desde:

QUATRO DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA ATÉ QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ (04/04/1990 até 04/04/2010) dele(s) *NADA CONSTA* contra o(s) nome(s) de: *****
FILIÇÃO: SEVERINO FERNANDES DA SILVA E DE MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA (conforme requerido).

EMITIDA EM: 08/04/2010, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

VALOR DE EMPLACAMENTO: R\$ 50,00

Dig.: Tab1, Ato 22,50/2 2,62/7 8,06/9 3,02/GE 3,02 FETJ 7,84 FundPerj 1,96 FunPerj 1,96



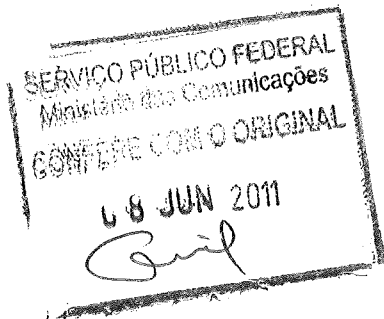
USA67425



LUIZ AUGUSTO DA
SILVA DO CARMO
Escritor
Mat. 94/3730

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011



24º OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone:3553-6021 ND:100505164552
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap-
resentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 1.110,00
Proc.dados.....R\$ 3.938,00
Total.....R\$ 5.048,00
João Vitor Ferreira de Araújo



2º Ofício do Registro de Distribuição

REQUERIDA EM: 07/04/2010

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

MODELO (B) >> CERTIFICA A A H
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR
PARA FINS DE CONCORRÊNCIA

TALÃO Nº
0733
01/01 Pg01
a

O OFICIAL TITULAR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESIGNADO NA FORMA DA LEI.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentados das distribuições em curso ou andamento relativo a:

- A - Indisponibilidades de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- B - Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- C - Inqueritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- D - Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatórias das Varas Criminais;
- E - Inqueritos Policiais - Militares, Flagrantes, Ações Penais e Precatórias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- F - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência das Varas Regionais;
- G - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- H - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde:

QUATRO DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA ATÉ QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ (04/04/1990 até 04/04/2010) dele(s) *NADA CONSTA *contra o(s) nome(s) de: *****
MILITERRANDO EFETIVO DA SEILWA - - - - -
, qualificação: 82098549768 SEVERINO FERNANDES DA SILVA E DE MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA (conforme requerido).

EMITIDA EM: 08/04/2010, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

EMI, PRECATORIAS ASSINADO Emolumentos R\$ 40,00, 50

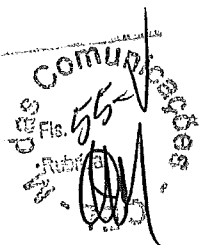
Certidão extraída de acordo com o Art. 202 da Lei 7210/84 e aviso 44/93 da Corregedoria Geral da Justiça

Dig.: Tabl, Ato 14,50/2 2,62/7 8,06/9 3,02/BE 3,02 FETJ 6,24 FundPerj 1,56 FunPerj 1,56

LUIZ AUGUSTO DA
SILVA DO CARMO
Escrevente
Mat. 94/3730

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 & JUN 2011





249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone:3553-6021 NE:100505164552
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap-
resentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 1,00
Proc.dados.....R\$ 5,00
Total.....R\$ 6,00
Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
JOÃO VILOR FERREIRA DE ARAUJO
Tel: (021) 2 112 7865-455



Requerida em 07/04/2010

TALÃO N
73349/2010-1 - C
Modelo CÍVEL folha 0:
0901242493

Finalidade declarada CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

C E R T I F I C A E D Á F É ,

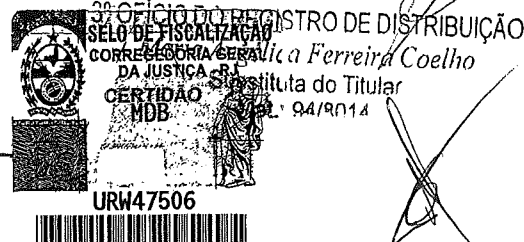
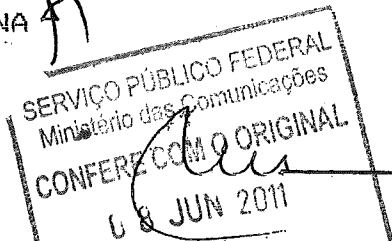
ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Ofício, relativos ao período requerido, no que
concerne aos assuntos abaixo discriminados:

- a) Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
 - b) Rescisórias;
 - c) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
 - d) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
 - e) Ações Acidentárias;
 - f) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
 - g) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações, etc.) distribuídas às varas com competência Cível;
 - h) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
 - i) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
 - j) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
 - k) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
 - l) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas no § 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CBJ, desde.....
- TRINTA E UM DE MARÇO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA ate TRINTA E UM DE
MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ate 31/03/2010)
deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA, qualificação: CPF 82098549768 filho(a) de SE
VERINO FERNANDES DA SILVA e de MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA (confo
rme requerido)
Emitida em: 08/04/2010 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obriga
tórios previstos na Lei 11.971/09: N/C
EU, REGISTRADOR, A ASSINO.

EMOLUMENTOS R\$ 39,22 [Tab 1, Atos 1(R\$ 22,50), 2(R\$ 2,62), 8(R\$ 8,06), 9
(R\$ 3,02), 10(R\$ 3,02)], FETJ(R\$ 7,84), FLINDPERJ(R\$ 1,96), FLINPERJ(R\$ 1,
96); valor total R\$ 50,98

Cert. Proc. p/ HELENA

3º Ofício do Registro de Distribuição
Lucia Helena Carvalho de Andrade
Escrvente
Mat: 94/12947



Comunicações
562
125

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERTE O ORIGINAL
18 JUN 2011
Conf

249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 WD: 100505164552
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim por
esentado, de que
Valores
Autentic.....R\$ 1,16
Proc.dados.....R\$ 3,87
Total.....R\$ 5,04

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
BGH
1110
FLP73053
1466-6455

Requerida em 07/04/2010

TALÃO Nº
73349/2010-2.01
Modelo CRIMINAL folha 01

Finalidade declarada CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

0901242493

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

C E R T I F I C A E D Á F É ,

ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Ofício, relativos ao período requerido, no que
concerne aos assuntos abaixo discriminados:

- a) Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- c) Inquéritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- d) Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatórias das Varas Criminais;
- e) Inquéritos Policiais-Militares, Flagrantes, Ações Penais e precatórias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- f) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos das Varas Regionais (Campo Grande);
- g) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- h) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde.....

TRINTA E UM DE MARÇO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA ate TRINTA E UM DE
MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ate 31/03/2010)

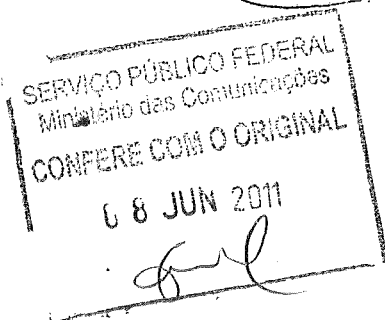
deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA, qualificação: CPF 82098549768 filho(a) de SE
VERINO FERNANDES DA SILVA e de MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA (confo
rme requerido)

Emitida em: 07/04/2010 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obriga
tórios previstos na Lei 11.971/09: N/C
EU, REGISTRADOR, A ASSINO.

EMOLUMENTOS R\$ 31,22 [Tab 1, Atos 1(R\$ 14,50), 2(R\$ 2,62), 8(R\$ 8,06), 9
(R\$ 3,02), 10(R\$ 3,02)], FETJ(R\$ 6,24), FUNPERJ(R\$ 1,56), FUNPERJ(R\$ 1,
56); valor total R\$ 40,58

Cert. Proc. p/ HELENA

3º Ofício do Registro de Distribuição
Lucia Helena Carvalho de Andrade
Escrivente
Mat: 94/12947





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERIR COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Guil

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NE: 100505164552

AUTENTICAÇÃO - Frente

Autentico a presente cópia xerográfica conforme o original a mim ap
resentado, de que dou fé.

Valores Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.

Autentic.....R\$ 1,25
Prot.dados.....R\$ 3,00
Total.....R\$ 4,25



FLP73052



OFÍCIO DE NOTAS RJ
Substituto
Vitor Ferreira de Araújo

739488



910739488303001

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
TitularHermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do TitularCarlos Henrique de Aquino Americo dos Reis
Escritor SubstitutoO OFICIAL DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCELA

(0)

08/04/2010

C E R T I F I C A

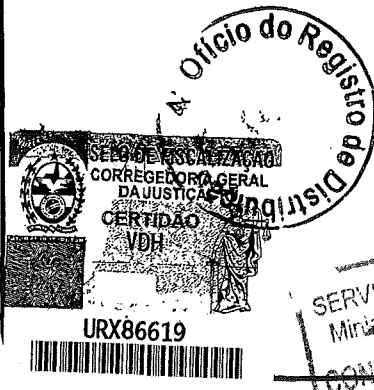
Folha: 1

10:30:11

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Ofício os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;
- III FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e outras ações e precatórias de competência das VARAS EMPRESARIAIS;
- IV SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias de competências das Varas de Família;
- V AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;
- VI RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES DE REGISTROS PÚBLICOS e outras ações e precatórias de competência da Vara de Registros Públicos;
- VII MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) de competência das Varas Cíveis;
- VIII ORDINÁRIAS, SUMARÍSSIMAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, RENOVATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias de competência das Varas Cíveis;
- IX Ações e precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
- X Feitos orfanológicos de competência das Varas Cíveis das Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
- XI Ações e precatórias de competência dos juzizados Especiais Cíveis afetos a este Ofício;
- XII Ações distribuídas às Varas da Infância e da juventude mencionadas na Resolução nº 2/2008 da C.G.J, desde:

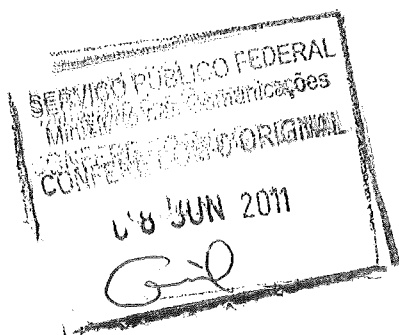
TRINTA E UM DE MARCO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ate
 TRINTA E UM DE MARCO DE DOIS MIL E DEZ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 CPF:820.985.497-68 QUALIFICACAO :FILIACAO SEVERINO FERNANDES DA SILVA
 / MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA CONFORME REQUERIDO/////////////////
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 07/04/2010,RIO DE JANEIRO./////////////////
 FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:LICITACAO./////////////////
 PORT. N* 219 de 30 de dezembro de 2009: (Tab. 01-Ato 01) R\$:22,50
 (Tab. 01-Ato 02) R\$:2,62 (Tab. 01-Ato 08) R\$:8,06 (Tab. 01-Ato 09)
 R\$:3,02 (Tab. 01-Ato 10) R\$:3,02 (F.E.T.J.):R\$:7,84 (FUNDPERJ)
 R\$:1,96 (FUNPERJ) R\$:1,96 > Total R\$:50,98/////////////////
EU, OFICIAL A ASSINO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

6 JUN 2011

CONFERIDO POR:



24º OFICIO DE NOTAS JOSE NARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barruso, 134 - Loja C - Fone: 3353-4021 HQ: 100505164552
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia xerográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Valores
Autentic..... 161
Proc. dados:.....
Total.....
Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
JOAO VITOR FERREIRA DE ARAUJO



OFICIO DE NOTAS RJ
Tel. (021) 336-5458

739488



910739488603001

4.º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3.º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho

Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto

Substituto do Titular

Carlos Henrique de Aquino Américo dos Reis

Escrevente Substituto

O OFICIAL DO 4.º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCELA

(0)

08/04/2010

C E R T I F I C A

Folha: 1

10:30:11

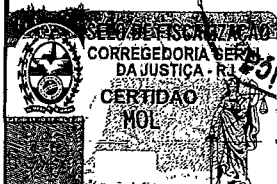
com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Ofício os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II AÇÕES PENAIIS e outros procedimentos de competência originária da 2ª INSTÂNCIA;
- III INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES e outros procedimentos investigatórios distribuídos às VARAS CRIMINAIS;
- IV AÇÕES PENAIIS PÚBLICAS E PRIVADAS, outros procedimentos e precatórias de competência das VARAS CRIMINAIS;
- V INQUÉRITOS POLICIAIS - MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAIIS E PRECATÓRIAS de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- VI AÇÕES PENAIIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência das Varas Regionais do Méier, Santa cruz e Ilha do Governador;
- VII AÇÕES PENAIIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais afetos a este Ofício;
- VIII AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE mencionadas na Resolução Nº 02/2008 da C.G.J, desde:

TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ate
 TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 CPF:820.985.497-68 QUALIFICACAO :FILIACAO SEVERINO FERNANDES DA SILVA
 / MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA CONFORME REQUERIDO/////////////////
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 07/04/2010,RIO DE JANEIRO./////////////////
 FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:LICITACAO./////////////////
 PORT. N* 219 de 30 de dezembro de 2009: (Tab. 01-Ato 01) R\$:14,50
 (Tab. 01-Ato 02) R\$:2,62 (Tab. 01-Ato 08) R\$:8,06 (Tab. 01-Ato 09)
 R\$:3,02 (Tab. 01-Ato 10) R\$:3,02 (F.E.T.J.):R\$:6,24 (FUNDPERJ)
 R\$:1,56 (FUNPERJ) R\$:1,56 > Total R\$:40,58//////////////////

EU, OFICIAL A ASSINO.

Carlos Henrique de Aquino A. dos Reis
 Substituto
 Mat. 06/3177



URX86620



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011

CONFERIDO POR

Comunicações
59-1
199

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Canil

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NE: 100505164552
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap-
resentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 1.10
Proc.dados.....R\$ 3.83
Total.....R\$ 5.03
Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
JOÃO VILAR FERREIRA DE ARAÚJO
E Substituto
Tel.: (021) 2524-5555





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª CIRCUNSCRIÇÃO DO RCPN DA CAPITAL
CERTIDÃO DE INTÉRDIÇÕES E TUTELAS

TITULAR: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II

Praia da Olaria, 155 - Cocotá - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21910-290
 Central de Certidões - Av. Almirante Barroso, nº 90 - 2º Andar - RJ

C E R T I D ã O

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular da 1ª Circunscrição do RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. **CERTIFICA** que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); **CERTIFICA** também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; **CERTIFICA** entretanto que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); **CERTIFICA** finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data, **CONTRA O NOME: HILDEBRANDO BRITO DA SILVA, CPF 820.985.497-68*******

O referido é verdade e dou fé. Cidade do(e) Rio de Janeiro,
 Sete de Abril de Dois Mil e Dez. Eu Oficial Assino.

Paulo Cezar Gomes da Silva
 Escrevente Substituto
 Mat. 94-5041

Finalidade: CONCORRENCIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011



URZ00914

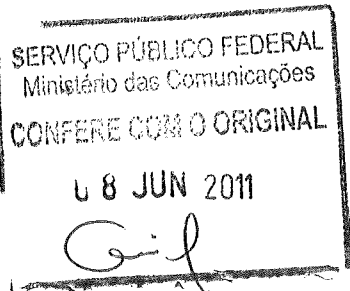


FEITA A CERTIDÃO:	2,62
INFORMÁTICA:	3,02
DIGITALIZAÇÃO:	8,06
GRATUAÇÃO ELETRÔNICA:	3,02
BUSCA:	30,00
	+
SUB-TOTAL:	46,72
P.T.T.J.	9,34
FUNDEFJ	2,33
FUNPERJ	2,33
	+
TOTAL:	60,72

PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER

CONFIRMAÇÃO

BUSCA PROCEDEDA POR:



249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100505164553
Autentico a presente Nota de R\$ 100,00 emitida em 05 de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
Prestado, de que se trata, a autenticacao conforme o original a mim
valores
Autenticados.....R\$ 100,00
Proc. dados.....R\$ 100,00
Total.....R\$ 100,00

OFICIO DE NOTAS
JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
FERRER

SELO DE FISCALIZACAO
CORRECCIONARIA GERAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO**2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS****OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO****- SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS****NEUSA DE SOUZA FARIA**

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: - 2533-1424 - CEP: 20011-001

CENTRAL DE CERTIDÕES - Av. Almirante Barroso, 90 - 2º andar - Tel: 2507-9090

CERTIDÃO**Mª DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO**, Oficial Titular do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte nove, **NADA CONSTA** na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; **CERTIFICA**, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, **NADA CONSTA** na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; **CERTIFICA**, mais, que **NADA CONSTA** na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - de 09 de fevereiro de 2005); **CERTIFICA** também, que observados os últimos 20 anos, **NADA CONSTA** na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); **CERTIFICA**, outrossim, que **NADA CONSTA** na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); **CERTIFICA**, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 **NADA CONSTA** na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **CONTRA O NOME: HILDEBRANDO BRITO DA SILVA-CPF:820.985.497-68*******

O referido e verdade e dou fe. Cidade do Rio de Janeiro, Sete de abril de Dois Mil e Dez. Eu Oficial assino.

Luiz Henrique Faria Filgueiras
LUÍZ HENRIQUE FÁRIA FILGUEIRAS
 Escrevente Contratado - Cadastro: 94-4247

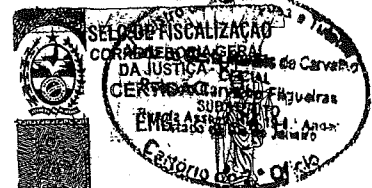
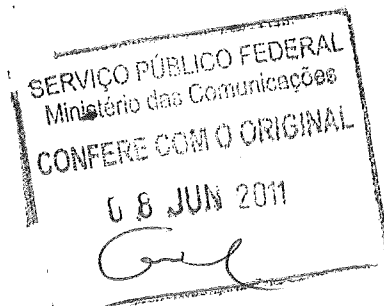
Finalidade: CONCORRENCIA

Impresso por: DIO

20% p/ Fundo Especial Trib. Justiça (Lei 3217/27.05.99):	R\$ 9,34
5% p/ Fundo Esp. Defensoria. Pub. RJ (Lei 4664/14.12.05):	R\$ 2,33
5% p/ Fundo Esp. Procuradoria Pub. RJ (Lei 111/13.03.06):	R\$ 2,33

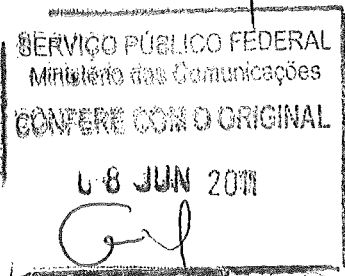
Tab01 item 1	R\$ 30,00
Tab01 item 2	R\$ 2,62
Tab01 item 8	R\$ 8,06
Tab01 item 9	R\$ 3,02
Tab01 item 10	R\$ 3,02

Emolumentos	R\$ 46,72
	R\$ 60,72



URX49021





249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE NARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 ND: 100505164553
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap-
resentado, de que dou fé.
Valores Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
Autentic.....1.16
Proc. dados.....93 JOAO VITOR FERREIRA DE ARAUJO
Total.....



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

007820/2010

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃORUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALAS 2203/2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

271269

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,**CERTIFICA**que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 15 MARÇO 2005 ATE' 06 ABRIL 2010NADA CONSTA CONTRA HILDEBRANDO BRITO DA SILVA

COM O CPF : 820985497-68

(*OITO*DOIS*ZERO*NOVE*OITO*CINCO*QUATRO*NOVE*SETE*SEIS*OITO*)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 JUN 2011



UR003050

Ofício de Registro de Distribuição
OFICIAL
ANTONIO CARLOS LEITE PENTEADO
Rua da Assembleia, 10 Salas 2201 / 2212
Rio de Janeiro - RJ

O REFERIDO É VERDADE E DA' FE'.

Certidão emitida em nome de HILDEBRANDO BRITO DA SILVA Cgr/Cpf 82098549768

RIO DE JANEIRO (RJ), 07 ABRIL 2010

EU, OFICIAL, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
01	1	Buscas	R\$ 12,00
01	2	Pagina	R\$ 2,62
01	8	Digitalizacao	R\$ 8,06
01	9	Informatica	R\$ 3,02
01	10	Grav Eletro.	R\$ 3,02

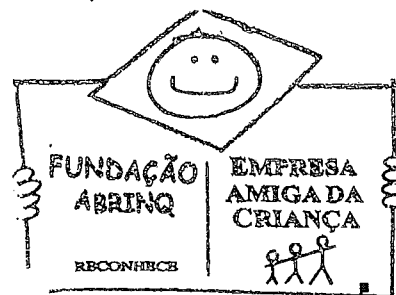
EMOLUMENTOS	R\$28,72
F.E.T.J 20%	R\$ 5,74
FUNDPERJ+FUNPERJ 10%	R\$ 2,86
TOTAL DO ATO	R\$37,32



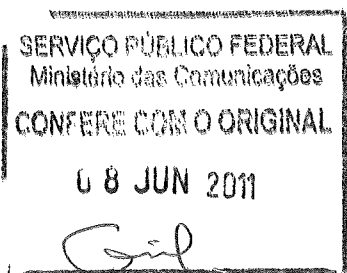
SAC: 2531-2100

LUIZ CARLOS LODONIA ZUMBI

4º Substituto

7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-2984- RJ

sac@setimo.com.br



242 OFICIO DE NOTAS JOSE NARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone:3553-6021 ND:100505164553
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a de cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que não há fé.
Valores Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
Autentic.....
Proc.dados.....
Total.....



CE-2010/073349-001

9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Service Registral - Capital - RJ

Av. Nilo Pecanha, 26 - 6º andar - RJ - Tel.: (21) 3231-7703

MARCIO BAROQUEL DE SOUZA BRAGA

NOME ADOTA FORMA DE NOME GÊNERO CONFORME REGISTRO COM O QUAL A PESSOA FOR REGISTRADA E NÃO MENCIONADO NA TITULO

Sua função é executar os serviços de registro, fichas e arquivos e de assentamentos das distribuições com curso ou andamento relativo à distribuição - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - E O OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ.

Execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Estadual e suas Autarquias:

Execuções fiscais promovidas pela Fazenda Pública Municipal e suas Autarquias

de bens promovidas pelo Estado, pelo Município e suas Autarquias, tais como Ordinárias, Sumárias, Possessorias e Extraordinárias.

Medidas Cautelares promovidas pelo Estado, pelo Município e suas Autarquias, tais como:
Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações, etc.

De Interdição ou Indisponibilidade de Bens, previstas pela Lei nº 6.024 de 3/03/74, que trata de intervenção e liquidação extrajudicial de insolvências financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda. CAPRIM, 2º OFÍCIO

Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações

Atos da Diretoria de Registro - Capital - RJ - 9º Ofício do Registro de Distribuição - 11º Ofício do Registro de Ações da Divisão Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à vara com competência fazendária específica - Ofício

Atuação no âmbito do Município do Rio de Janeiro distribuída à Vara com competência para a zona específica.

1. A **ADADA CONSTA** contra o nome de **HILDEBRANDO BRITO DA**

com/CPE 820.935/497-68

adidos, estes, fornecidos pelo requerente, conforme cópia do p
 encido, arquivado nesta serventia. 1941 CAOR 11.5.5.1000035

de Janeiro, 07 de Abril de 2010

[illegible]

Valor do Ato: R\$ 42.522,00

[REGISTRAL - CAPITAL RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL RJ](#)

REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CA

REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO

~~REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO~~

SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REG

DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DE REGISTRO - DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL / CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DE REGISTRO

DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ, 2º OFÍCIO DO REG
REGISTRAL - CAPITAL - RJ, 2º OFÍCIO DO REG

DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ -

DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ.

DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ -

[illegible]

REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ

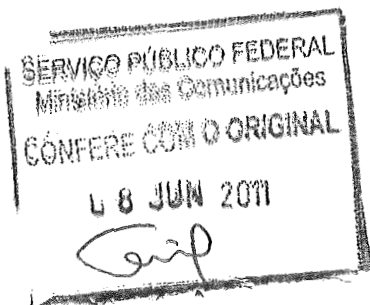
~~REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CAPITAL - RJ - 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAR - CA~~

~~REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 8º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 8º OFÍCIO DO REG~~

REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO RES
L - CAPITAL - RJ - 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO REGISTRAL - C

DE-2010/073349-001

25 QUALQUER DÁDURA SEM RESSALVA NESTA CERTIDÃO É CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO.



24º OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100505164553

AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim ap
esentado, de que dou fé.

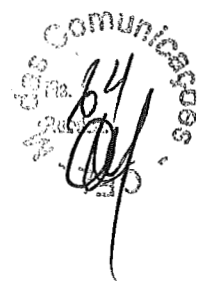
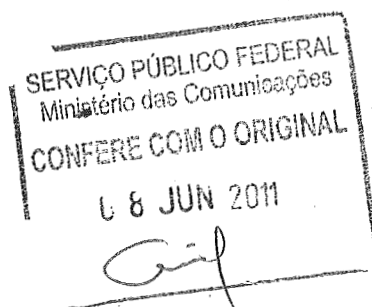
Valores
Autentic.....R\$ 1,44
Proc.dados.....R\$ 3,93
Total.....R\$ 5,07

de Janeiro, 5 de Maio de 2010.
JOÃO FERREIRA DE ARAUJO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza:

Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Juizados Especiais

Nº da Certidão 2010.00436550

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra:**

HILDEBRANDO BRITO DA SILVA, ou vinculado ao **CPF: 820.985.497-68**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro.

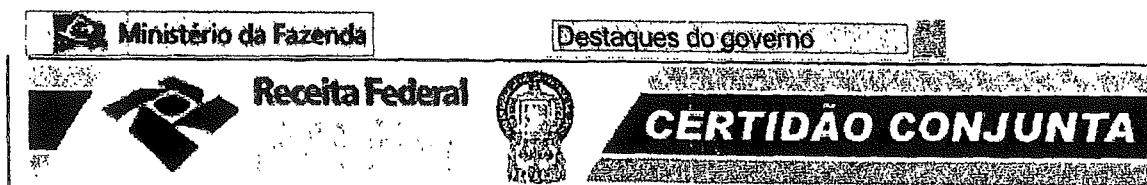
Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela **Internet**, com base na Portaria Nº RJ-PGD-2010/00022, publicada no DOERJ de 10/03/2010, página 3;
- b) a informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.gov.br>);
- d) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

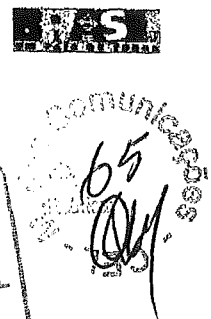
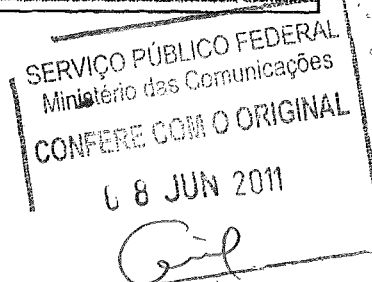
Rio de Janeiro - RJ, 05/05/2010 , às 15h31min.

Seção de Expedição de Certidões

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: HILDEBRANDO BRITO DA SILVA
CPF: 820.985.497-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

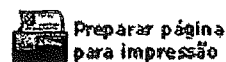
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 12:58:54 do dia 26/02/2010 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/08/2010.

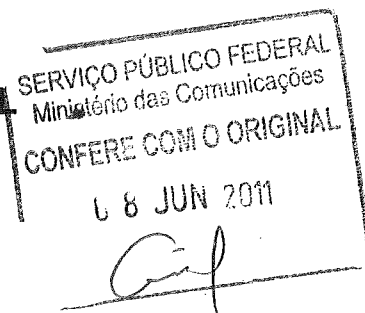
Código de controle da certidão: **7754.9846.11C9.B892**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **HILDEBRANDO BRITO DA SILVA**

Inscrição: **013155380353** Zona: 234 Seção: 47

Município: 60011 - RIO DE JANEIRO UF: RJ

Data de Nascimento: 30/04/1964 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA DO NASCIMENTO BRITO DA SILVA
SEVERINO FERNANDES DA SILVA

Certidão emitida às 15:29 de 05/05/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

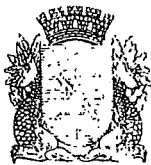
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código

JSCE.7TKW.4JLZ.Z17D

013125



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Fazenda



ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	PROCESSO DE CONCESSÃO	ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO	IRLF
0466186-9	11.422.257/0001-58	04/255.572/2010	04/255.572/2010	13

CONCEDIDO A

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

PARA SE ESTABELECEER NO(A)

RUA CLARIMUNDO DE MELO , 277

PIEDADE

COM AS SEGUINTEs ATIVIDADES

444049 - RADIODIFUSAO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

COM AS SEGUINTEs RESTRICÇÕES

- 01 - VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA
16 - ALVARA PROVISORIO

OBSERVAÇÕES

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA VÁLIDO POR 180 DIAS A PARTIR DE 24/02/2010
O ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO SERÁ CONCEDIDO APÓS A APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTEs DOCUMENTOS:
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NA RECEITA ESTADUAL (ICMS)

Assessoria Jurídica
Diretoria de Atividades Econômicas
Maio 11/153-122-1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gil

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 1 - Frente
Autentico a presente cópia retrograda conforme o original a mim apr
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Total: R\$ 1.11
Substituto
VINICIUS MACHADO LEM



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Gul

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 3111

DATA: 11/06/2010

HORA: 14:00:13

TERMINAL: 1003

NSU: 001123

AUT.: 0057

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO
NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 3111/010/00.000.084-0
NOME: RADIOFUSAO CONQUISTA

CAUCIONARIO:

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 11.422.257/0001-58

FAVORECIDO:

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

CPF/CNPJ FAVORECIDO: 00.394.437/0003-19

VALOR TOTAL:

934,69

VALOR DINHEIRO:

934,69

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

1a Via - Via do Caucionario

das Comunicações
69
11/06/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gut

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 3111

DATA: 11/06/2010

HORA: 14:00:13

TERMINAL: 1003

NSU: 001123

AUT.: 0057

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO

NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 3111/010/00.000.084-0

NOME: RADIOFUSAO CONQUISTA

CAUCIONARIO:

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 11.422.257/0001-58

FAVORECIDO:

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

CPF/CNPJ FAVORECIDO: 00.394.437/0003-19

VALOR TOTAL:

934,69

VALOR DINHEIRO:

934,69

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

2a Via - Via do Favorecido/Agencia

~~_____~~

Inscrição Estadual: ISENT0

010. **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
[Handwritten signature]

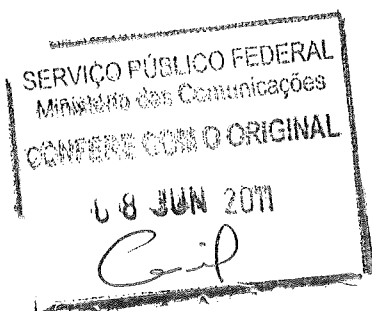

 Empresa de Radiodifusão Conquista LTDA.
 Hildebrando Brito da Silva
 Responsável (Administrador)

Cícero Gonçalves Soares
 Resp. Tec. Contador
 CACIRJ 070.355-0
 CPF 431.429.597-20

[illegible]

00-2010/ 0 4 2 4 6 2 - 7 23 fev 2010 11:36
JUCERJA Guia: 300/1104250-4
3320855144-9 Atos: 506
EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 103,00 Pago: 103,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 33208551449 23/12/2009 102



242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente
Autentico a presente cópia reprografiada conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores Autenticados: R\$ 3.931,16
Proc. dados: R\$ 1.161,16
Total: R\$ 5.092,32
VINICIUS MACHADO



Empresa : EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO CONQUISTA LTDA

CNPJ : 11.422.257/0001-58

Período de Referência : 09/02/2010

ATIVO	50.000,00
CIRCULANTE	50.000,00
DISPONIBILIDADES	50.000,00
Bancos Conta Movimento	50.000,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Guil

Hildebrando Brito da Silva

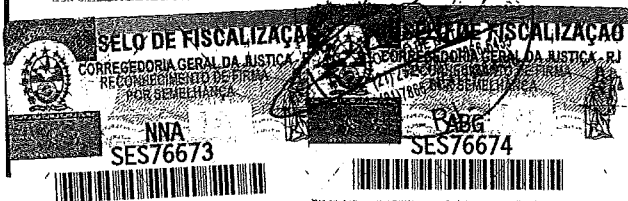
HILDEBRANDO BRITO DA SILVA

Responsável (Administrador)

Cipriano G. Soares

CIPRIANO G. SOARES

CRC 070355-0 RJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 6 8 JUN 2011
Guil

71
 Ministério das Comunicações
71
[Signature]

242 OFICÍO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Laje - Fone: 3553-6021 Nº: 100512162B10
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
 Valores
 Autentic.....R\$ 3,00
 Proc.dadosi.....
 Total.....
 Substituto
 Vinicius Machado Leal

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREDEORIA GERAL
 DE JUSTIÇA - RJ
 AUTENTICAÇÃO
 R\$ 3,00
 1ATO
 FHS86638


Empresa : EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO CONQUISTA LTDA

CNPJ : 11.422.257/0001-58

Período de Referência : 09/02/2010

PASSIVO

50.000,00

CIRCULANTE

279,00

OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS

279,00

Outras Obrigações (C/C Sócios)

279,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

49.721,00

CAPITAL SOCIAL

50.000,00

Capital Social

50.000,00

RESULTADO ACUMULADOS

(279,00)

Prejuízo Líquido do Período

(279,00)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011
Gil

Hildebrando Brito da Silva

HILDEBRANDO BRITO DA SILVA

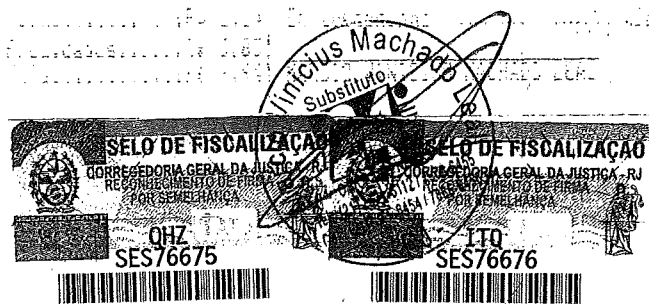
Responsável (Administrador)

Cipriano G. Soares

CIPRIANO G. SOARES

CRC 070355-0 RJ

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORRETORIA GERAL DA JUSTIÇA
REPUBLICA DE SÃO PAULO
SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORRETORIA GERAL DA JUSTIÇA
REPUBLICA DE SÃO PAULO





249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 5 - Fone: 3553-6021 Nº: 100512182510
Autentico a presente cópia retrograda conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.:
Prop. dados:
Total:
Viniçius Machado L



Termo de Encerramento

Contém o presente Livro mercantil 04 folhas eletronicamente numeradas de **001 a 004** e servirá de **"LIVRO BALANÇO DE ABERTURA"** número 01, ano 2010, da empresa **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**

Atividade: Radiodifusão

com Sede no Rio de Janeiro - RJ à Rua Clarimundo de Melo, 277 - Parte - Encantado.

Registrada na JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Nº 33.2.085.5144-9 em 23/12/2009.

CNPJ Nº 11.422.257/0001-58

Inscrição Municipal : ISENT0

Inscrição Estadual: ISENT0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

Conforme legislação em vigor, declaramos que o presente Livro encontra-se totalmente escriturado.

Rio de Janeiro, 09 de Fevereiro de 2010.

Hildebrando Brito da Silva
Empresa de Radiodifusão Conquista LTDA.
Hildebrando Brito da Silva
Responsável (Administrador)

Cipriano G. Soares
CIPRIANO G. SOARES
CONTADOR CRC 070.355-O - RJ

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
Nire : 33.2.0855144-9
Protocolo : 00.2010042462-7
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 12/04/2010 E O REGISTRO DO NÚMERO 00002016206
DATA: 12/04/2010

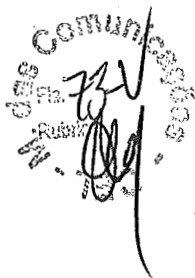
Valéria G. M. Serra
SECRETARIA GERAL



SEDE DE FISCALIZ.
SECRETARIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA
POR SEMELHANÇA
GHE
SES76678

SED
SES76677

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Gil



00-2010/042462-7 05 abr 2010 16:18
JUCERJA Guia: 300/1104250-4
3320855144-9 Atos: 506
EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 103,00 Pago: 103,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 33208551449 23/12/2009 102

249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 1005121B2810
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores Autenticados: R\$ 3,93
Proc. dados: 100,00
Total: 103,93
Substituto: VINICIUS MACHADO LEAL





1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Oficial Titular: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos
CNPJ: 30.712.814/0001-10 - Cód. Serventia: 0725
400016034005.597036

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

C E R T I F I C A

TARJA DE SEGURANÇA NA COR LARANJA

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;

B) RESCISÓRIAS;

C) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;

D) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;

E) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;

F) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;

G) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;

H) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;

I) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);

J) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;

K) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;

L) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009).

DESDE TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA ATÉ TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ATÉ 31/03/2010) e, quanto às Varas Regionais de sua competência, exclusivamente até 31/03/2010 (Madureira), 31/03/2010 (Jacarepaguá) e 31/03/2010 (Leopoldina), del e(s) *****

* * * * * **NADA CONSTA** * * * * *

Contra o nome de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA - CNPJ: 11.422.257/0001-58*****

Rio de Janeiro, Capital em 09/04/2010*****

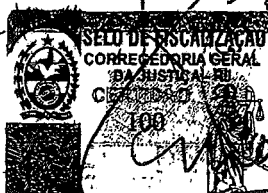
Finalidade declarada pelo requerente: CONCORRÊNCIA.

O CNPJ constante desta certidão foi fornecido pelo Requerente.

EU, Oficial a assinou

JORGE LUIZ CÉSAR DE ALMEIDA

Substituto - Mat. 94/0275



usc23701



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

369809

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

Guil

Ministério das Comunicações
[Signature]

ZAO OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 5 Fone: 3553-6021 NO: 100512185734
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores Autentic.: R\$ 3.93
Prot. dados: R\$ 1.16
Total: R\$ 5.09





1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Oficial Titular: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos
CNPJ: 30.712.814/0001-10 - CÔD. SERVENTIA: 0725
400016034005.597037

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

C E R T I F I C A

TARJA DE SEGURANÇA NA COR LARANJA

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;
- B) AÇÕES PENAIS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DA 2ª INSTÂNCIA;
- C) INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS CRIMINAIS;
- D) AÇÕES PENAIS PÚBLICAS E PRIVADAS, OUTROS PROCEDIMENTOS E PRECATÓRIAS DAS VARAS CRIMINAIS;
- E) INQUÉRITOS POLICIAIS-MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAIS E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR;
- F) AÇÕES PENAIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA E JACAREPAGUÁ);
- G) AÇÕES PENAIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- H) AÇÕES PENAIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS DA VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

DESDE TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA ATÉ TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ATÉ 31/03/2010) e, quanto às Varas Regionais de sua competência, exclusivamente até 31/03/2010 (Madureira), 31/03/2010 (Jacarepaguá), dele(s)*****

* * * * * **NADA CONSTA** * * * * *

Contra o nome de EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA*****
EXTRAIDA CONF.ART.202 LEI 7210/11-07-84 E AVISO 44/03-05-93.
Rio de Janeiro, Capital em 09/04/2010*****
Finalidade declarada pelo requerente: CONCORRENCIA.
EU, Oficial a assino.

JORGE LUIZ CÉSAR DE ALMEIDA
Substituto - Mat.94/0275

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011



USC23702



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011
Cup

Comunicações
 75-1
[Signature]

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - frente
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
 esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
 Valores Autenticados: R\$ 3.93
 Autenticados: R\$ 1.16
 Prod. dados: R\$ 5.09
 Total: R\$ 10.18
 WARE VINICIUS MACHADO LEAL

Substituto
 VINICIUS MACHADO LEAL
 RJ-
 SELLO DE FISCALIZAÇÃO
 CORRIGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA RJ 112/7866-6455
 AUTENTICAÇÃO
 RNG
 FIC95479
 112/7866-6455

RECEBIDA EM: 07/04/2010
RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

MODELO (A) >> CERTIFICA A a L
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR
PARA FINS DE CONCORRÊNCIA

O OFICIAL TITULAR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESIGNADO NA FORMA DA LEI.

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentados das distribuições em curso ou andamento relativo a:

- A - Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral de Justiça;
- B - Rescisórias;
- C - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- D - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência de Família;
- E - Ações Acidentárias;
- F - Retificações, Averbações e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
- G - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;
- H - Ordinarias, Sumarias, Despejos, Consignatarias, Execuções e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência Cíveis;
- I - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais;
- J - Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência em Orfãos e Sucessões;
- K - Ações e Precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- L - Ações distribuídas às Varas de Infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidacao, desde:
- QUATRO DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA ATÉ QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ (04/04/1990 até 04/04/2010) dele(s)* NADA CONSTA *contra o(s)
-) nome(s) de: *****
- EMPRESA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL LTDA -- ME
- , qualificação: 11422257000158 (conforme requerido).
- EMITIDA EM: 08/04/2010., RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.
- ELABORADO POR REGISTRADOR ASSINADO Emolumentos R\$ 50,, 5º Díg.: Tabl,Ato 22,50/2 2,62/7 8,06/9 3,02/GE 3,02 FETJ 7,84 FundPerj 1,96 FunPerj 1,96



USA67422



LUIZ AUGUSTO DA
SILVA DO CARMO
Escrevente
Mat. 94/3730

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Carl

2º Ofício do Registro de Distribuição

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 JUN 2011

Guil



249 OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 - Frente Fone: 3553-6021 NO: 100512185734
Autentico a presente cópia impressa conforme o original a mim apr.
Valores Autenticados: R\$ 3.97
Proc. dados: R\$ 1.10
Total: R\$ 5.07
12 de Janeiro, 12 de Maio de 2010.



2º Ofício do Registro de Distribuição

REQUERIDA EM: 07/04/2010

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

MODELO (B) >> CERTIFICA A A H
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR
PARA FINS DE CONCORRÊNCIA

TALÃO Nº
073346
01/01 Pg0001
A# 1

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO.
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES
DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

AS AÇÕES PESSOAIS PRESCREVEM EM VINTE ANOS (ART. 177
CC) A PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PENAS ATINTE 20 ANOS
(ART. 109 DO CP)

O OFICIAL TITULAR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESIGNADO NA FORMA DA LEI.

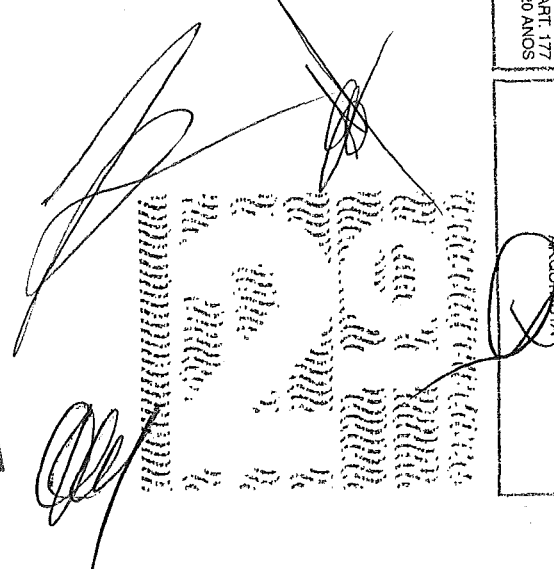
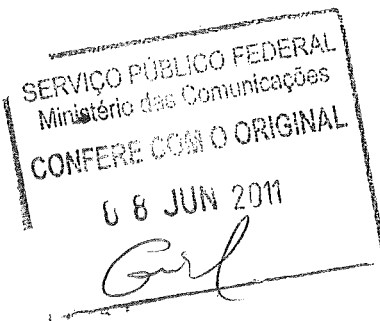
C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e
Serviço os livros e/ou assentados das distribuições em curso ou andamento relativo a:

- A - Indisponibilidades de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- Inqueritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatorias das Varas Criminais;
- E - Inqueritos Policiais - Militares, Flagrantes, Ações Penais e Precatorias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- F - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatorias e outros procedimentos de competência das Varas Regionais;
- G - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatorias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- H - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatorias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde:

QUATRO DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS NOVENTA ATÉ QUATRO DE ABRIL DE DOIS MI
L E DEZ (04/04/1990 até 04/04/2010) dele(s) * NADA CONSTA * contra o(s)
) nome(s) de: *****
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LT
DA qualificação: 11422257000158 (conforme requerido).
EMITIDA EM: 08/04/2010, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.
EU, REGISTRADOR ASSINO, Emolumentos R\$ 40,00, 50
Certidão extraída de acordo com o Artº 202 da Lei 7210/84 e aviso 44/93 da Corregedoria Geral da Justiça
Sig.: Tab1, Ato 14, 50/2 2, 62/7 8, 06/9 3, 02/6E 3, 02 FETJ 6, 24 FundPerj 1, 56 FunPerj 1, 56

LUIZ AUGUSTO DA
SILVA DO CARMO
Escrevente
Mat. 94/3739



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

18 JUN 2011

Ginf

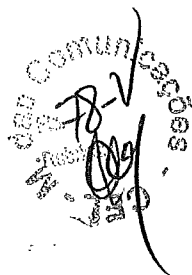
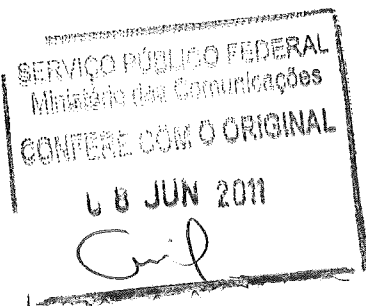
das comunicações
77-2
[Signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Valores Autenticados: R\$ 3,95
Proc.dados: R\$ 1,10
Total: R\$ 5,05
Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.

Substituto
Mário Vinícius Machado Leal
OFÍCIO DE NOTAS
5112/7866-6455
RJ-

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA
AUTENTICAÇÃO
XAT
1ATO
FIC95515
[Barcode]

[Handwritten signature]



219 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 5 - Frente
Autentico a presente copia retrográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé.
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Procedidos: R\$ 1.11
Total: R\$ 5.04
R. de Janeiro, 12 de Maio de 2010.



3º Ofício do Registro de Distribuição 3º Ofício do Registro de Distribuição 3º Ofício do Registro de Distribuição

Requerida em 07/04/2010

TALÃO Nº
73348/2010-2.0
Modelo CRIMINAL folha 01
0901242492

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

CERTIFICA E DÁ FÉ,

ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Ofício, relativos ao período requerido, no que
concerne aos assuntos abaixo discriminados:

- a) Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- c) Inquéritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- d) Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatórias das Varas Criminais;
- e) Inquéritos Policiais-Militares, Flagrantes, Ações Penais e precatórias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- f) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos das Varas Regionais (Campo Grande);
- g) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- h) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde.....

TRINTA E UM DE MARÇO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA ate TRINTA E UM DE
MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (31/03/1990 ate 31/03/2010)

deles * * * NADA CONSTA * * * contra o nome de:

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA, qualificacao: CNPJ 11.422.257/00
01-58 (conforme requerido)

Emitida em: 07/04/2010 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obriga-
tórios previstos na Lei 11.971/09: N/C

EU, REGISTRADOR, A ASSINO.

EMOLUMENTOS R\$ 31,22 [Tab 1, Atos 1(R\$ 14,50), 2(R\$ 2,62), 8(R\$ 8,06), 9
(R\$ 3,02), 10(R\$ 3,02)], FETJ(R\$ 6,24), FUNDPERJ(R\$ 1,56), FUNPERJ(R\$ 1,
56); valor total R\$ 40,58

Cert. Proc. p/ HELENA

3º Ofício do Registro de Distribuição
Lucia Helena Carvalho de Andrade
Escrevente
Mat: 94/12947

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 JUN 2011

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
SELO DE AUTENTICAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DO Titular
CERTIDÃO Nº 014
URH47505

4457913

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Gf

das Comunicações
49-V
Rubrica
18/6/2011

249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barraso, 139 - Loja C - Fone: (51) 353-6021 Nº: 100512950053
Autentico a presente cópia reprográfada conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Frente
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Proc. dados: R\$ 1.16
Total: R\$ 5.09





739488



910739488303002

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do Titular

Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis
Escrevente Substituto

O OFICIAL DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCELA

(0)

08/04/2010

C E R T I F I C A

Folha: 1

10:30:11

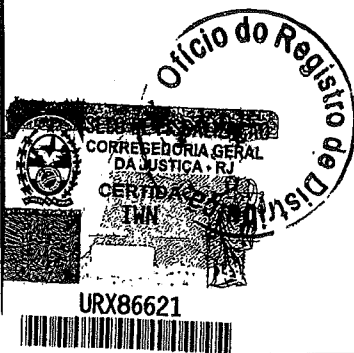
com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Ofício os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;
- III FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e outras ações e precatórias de competência das VARAS EMPRESARIAIS;
- IV SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias de competências das Varas de Família;
- V AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;
- VI RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES DE REGISTROS PÚBLICOS e outras ações e precatórias de competência da Vara de Registros Públicos;
- VII MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) de competência das Varas Cíveis;
- VIII ORDINÁRIAS, SUMARÍSSIMAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, RENOVATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias de competência das Varas Cíveis;
- IX Ações e precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
- X Feitos orfanológicos de competência das Varas Cíveis das Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
- XI Ações e precatórias de competência dos juzizados Especiais Cíveis afetos a este Ofício;
- XII Ações distribuídas às Varas da Infância e da juventude mencionadas na Resolução nº 2/2008 da C.G.J., desde:

TRINTA E UM DE MARCO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ate
TRINTA E UM DE MARCO DE DOIS MIL E DEZ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:11.422.257/0001-58////////////////////////////////////
REQUERIDA E EMITIDA EM: 07/04/2010,RIO DE JANEIRO./////////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:LICITACAO./////////
PORT. N* 219 de 30 de dezembro de 2009: (Tab. 01-Ato 01) R\$:22,50
(Tab. 01-Ato 02) R\$:2,62 (Tab. 01-Ato 08) R\$:8,06 (Tab. 01-Ato 09)
R\$:3,02 (Tab. 01-Ato 10) R\$:3,02 (F.E.T.J.):R\$:7,84 (FUNPERJ)
R\$:1,96 (FUNPERJ) R\$:1,96 > Total R\$:50,98////////////////////////////////////

EU, OFICIAL A ASSINO.

Carlos Henrique de Aquino A. dos Reis
Substituto
Mat. 06/3177



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Confere com o Original

08 JUN 2011

CONFERIDO POR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

Gril

das Comunicações
Fls. 30-2
Rubrica
[Signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 NR: 100512090053
Autentico a presente cópia reproduzida conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Frente
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Proc. dados: R\$ 1.16
Total: R\$ 5.09
MARCIA VINICIUS MACHADO LEAL



739488



910739488603002

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
TitularHermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do TitularCarlos Henrique de Aquino Americo dos Reis
Escrevente SubstitutoO OFICIAL DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCELA

(0)

08/04/2010

C E R T I F I C A

Folha: 1

10:30:11

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Ofício os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I. INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II. AÇÕES PENASIS e outros procedimentos de competência originária da 2ª INSTÂNCIA;
- III. INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES e outros procedimentos investigatórios distribuídos às VARAS CRIMINAIS;
- IV. AÇÕES PENASIS PÚBLICAS E PRIVADAS, outros procedimentos e precatórias de competência das VARAS CRIMINAIS;
- V. INQUÉRITOS POLICIAIS - MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENASIS E PRECATÓRIAS de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- VI. AÇÕES PENASIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência das Varas Regionais do Méier, Santa cruz e Ilha do Governador;
- VII. AÇÕES PENASIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais afetos a este Ofício;
- VIII. AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE mencionadas na Resolução Nº 02/2008 da C.G.J, desde:

TRINTA E UM DE MARCO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ate
 TRINTA E UM DE MARCO DE DOIS MIL E DEZ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 CNPJ:11.422.257/0001-58//
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 07/04/2010, RIO DE JANEIRO.
 FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: LICITACAO.
 PORT. N* 219 de 30 de dezembro de 2009: (Tab. 01-Ato 01) R\$:14,50
 (Tab. 01-Ato 02) R\$:2,62 (Tab. 01-Ato 08) R\$:8,06 (Tab. 01-Ato 09)
 R\$:3,02 (Tab. 01-Ato 10) R\$:3,02 (F.E.T.J.):R\$:6,24 (FUNDPERJ)
 R\$:1,56 (FUNPERJ) R\$:1,56 > Total R\$:40,58

EU, OFICIAL A ASSINO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 08 JUN 2011

Carlos Henrique de Aquino A. dos Reis
 Substituto
 Mat. 06/3177



URX86622



CONFERIDO POR

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSEMENTO ELETRÔNICO, QUALQUER
 EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE
 ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO
 1º, 2º, 3º e 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

Ministério das Comunicações
81-V
21

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

[Handwritten signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512090053
Autenticação - Frente
Autentico a presente cópia retrográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09

Substituto
cio Vinicius Machado Leal
RJ-
1717858-8455
43417866-8455

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
LIR
1ATO
FIC95505





CRCPN 08 JUN 2011

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª CIRCUNSCRIÇÃO DO RCPN DA CAPITAL

CERTIDÃO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS

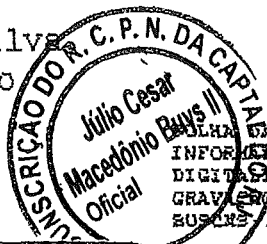
TITULAR: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II

Praia da Olaria, 155 - Cocotá - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21910-290
Central de Certidões - Av. Almirante Barroso, nº 90 - 2º Andar - RJ

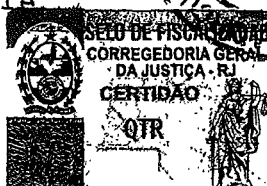
C E R T I D ã O

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular da 1ª Circunscrição do RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. **CERTIFICA** que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); **CERTIFICA** também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; **CERTIFICA** entretanto que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); **CERTIFICA** finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data, **CONTRA O NOME:** EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA, CNPJ 11.422.257/0001-58***

O referido é verdade e dou fé. Cidade do(e) Rio de Janeiro, Sete de Abril de Dois Mil e Dez. Eu Oficial Assino.

Paulo Cezar Gomes da Silva
Escrivente Substituto
Mat. 94-5041

Finalidade: CONCORRENCIA



1ª CIRCUNSCRIÇÃO DO R.C.P.N. DA CAPITAL	1ª CIRCUNSCRIÇÃO DO R.C.P.N. DA CAPITAL
INFORMÁTICA:.....	2,62
DIGITALIZAÇÃO:.....	3,02
GRAVADO ELETRÔNICA:.....	3,02
SUBSIST.:	30,00
SUBSIST. TOTAL:	48,72
F.E.T.J.:	5,34
FUNDPERJ:	2,33
FUNDPERJ:	2,33
TOTAL:	60,72

URZ00913



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 JUN 2011

Guil

das Comunicações
82-V
09

240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Frente Fone: 3553-6021 NR: 100512090053
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2010.
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Autenticados: R\$ 1.16
Total: R\$ 5.09



ESTADO DO RIO DE JANEIRO**2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS****OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO****SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS****NEUSA DE SOUZA FARIA**

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: - 2533-1424 - CEP: 20011-001

CENTRAL DE CERTIDÕES - Av. Almirante Barroso, 90 - 2º andar - Tel: 2507-9090

CERTIDÃO**Mª DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO**, Oficial Titular do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte nove, **NADA CONSTA** na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; **CERTIFICA**, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, **NADA CONSTA** na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; **CERTIFICA**, mais, que **NADA CONSTA** na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - de 09 de fevereiro de 2005); **CERTIFICA** também, que observados os últimos 20 anos, **NADA CONSTA** na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); **CERTIFICA**, outrossim, que **NADA CONSTA** na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); **CERTIFICA**, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 **NADA CONSTA** na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **CONTRA O NOME: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA-CNPJ:11.422.257/0001-58****

O referido é verdade e dou fe. Cidade do Rio de Janeiro, Sete de abril de Dois Mil e Dez. Eu Oficial assino.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

LUIZ HENRIQUE FARIA FILGUEIRAS

Escrevente Contratado - Cadastro: 94-4243

Finalidade: CONCORRENCIA

Impresso por: DIO

Tab01 item 1	R\$ 30,00
Tab01 item 2	R\$ 2,62
Tab01 item 8	R\$ 8,06
Tab01 item 9	R\$ 3,02
Tab01 item 10	R\$ 3,02

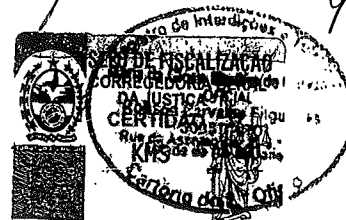
Emolumentos R\$ 46,72

20% p/ Fundo Especial Trib. Justiça (Lei 3217/27.05.99): R\$ 9,34

5% p/ Fundo Esp. Defensoria. Pub. RJ (Lei 4664/14.12.05): R\$ 2,33

5% p/ Fundo Esp. Procuradoria Pub. RJ (Lei 111/13.03.06): R\$ 2,33

R\$ 60,72



URX49020



DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER

CONFERIDO E DIGITALIZADO POR

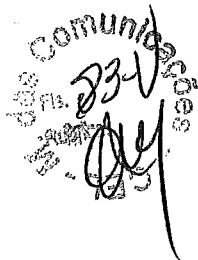
BUSCA PROCEDEDA POR

1104208

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Grif



240 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 5 - Fone: 3553-6021 Nº: 100512090053
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Frente
Valores Autenticados: R\$ 3.93
Autenticados: R\$ 1.14
Total: R\$ 5.09
RUA DE JANEIRO, 12 de Maio de 2010.



007819/2010

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALAS 2203/2212
CENTRO CÂNDIDO MENDES

271268

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, triplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants", debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas, verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu serviço desde 15 MARÇO 2005 ATE' 06 ABRIL 2010

NADA CONSTA CONTRA EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUESTA LTDA

COM O CGC : 11422257/0001-58

(*U#*U#*QUATRO*DOIS*DOIS*DOIS*CINCO*SETE*ZERO*ZERO*ZERO*U#*CINCO*OITO*)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

68 JUN 2011



UR003049

Oficio de Registro de Distribución

OFICIAL

ANTONIO CARLOS LEITE PENTEADO

Rua da Assembleia, 10 Salas 2201 / 2212

Rio de Janeiro - RJ

O REFERIDO E' VERDADE E DA' FE.

Certidão emitida em nome de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA Cgc/Cpf 11422257000158

RIO DE JANEIRO (RJ), 07 ABRIL 2010

EU, OFICIAL, A ASSINO.

~~LUIS CARLOS LODONIA ZUNIGA~~

4º Substituto

7º Ofício de Registro de Distribuição

Matricula: 94-2964-CJ

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
01	1	Buscas	R\$ 12,00
01	2	Pagina	R\$ 2,62
01	8	Digitalizacao	R\$ 8,06
01	9	Informatica	R\$ 3,02
01	10	Grav Eletro.	R\$ 3,02

FMOLUMENTOS

R\$28,72

F.E.T.J 20%

R\$ 5,74

FUNDFERJ+FUNFERJ 10%

R\$ 2,86

TOTAL DO ATO

R\$37,32



SAC: 2531-2100

sac@setimo.com.br

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRONICO
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADA COMO
INDICIO, DE ADULTERACAO OU TENTATIVA DE FRAUDE

PREVINHA-SE CONTRA O CANCER

CONFERIDO POR

DIGITAL DU PONT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

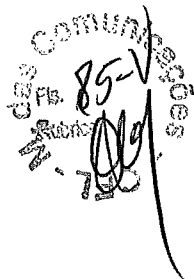
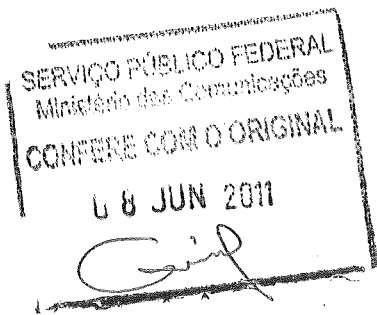
Caril

Comunicações
24-11
[Signature]

REPÚBLICA DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Autentico a presente cópia reproduzida conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé, Rio de Janeiro, 12 de maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09



[illegible]



249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone: 3553-6021 Nº: 100512090053
Autenticado a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr
Fronte
AUTENTICAÇÃO
Riz de 12 de Maio de 2010.
MORRIS VINICIUS MACHADO
Substituto

Autenticado a presente cópia reprográfica	Riz de 12 de Maio de 2010.
Valores Autenticados.....R\$ 3.93	
Prot. dados.....R\$ 1.16	
Total.....R\$ 5.09	



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.422.257/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/12/2009
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIODIFUSAO CONQUISTA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R CLARIMUNDO DE MELO,	NÚMERO 277	COMPLEMENTO PARTE	
CEP 20.740-321	BAIRRO/DISTRITO ENCANTADO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.			
Emitido no dia 05/05/2010 às 15:47:59 (data e hora de Brasília).			

[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000372010-17300257

Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

CNPJ: 11.422.257/0001-58



Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 01/03/2010.

Válida até 28/08/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11422257/0001-58, 11422257/0001-58
Razão Social: EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA
Endereço: R CLARIMUNDO DE MELO 277 PARTE / ENCANTADO / RIO DE JANEIRO / RJ / 20740-321

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/05/2010 a 29/06/2010

Certificação Número: 2010053111094861668671

Informação obtida em 31/05/2010, às 11:09:48.

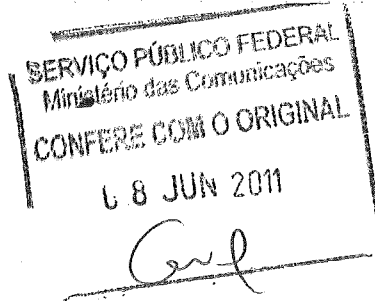
A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

Comunicações
88
[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



Página 1 de 1



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA
CNPJ: 11.422.257/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 19:40:28 do dia 07/05/2010 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/11/2010.

Código de controle da certidão: **4D63.2636.97DE.233C**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza:

Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Juizados Especiais

Nº da Certidão 2010.00436597

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra:**

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA, ou vinculado ao
CNPJ: 11.422.257/0001-58,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro.

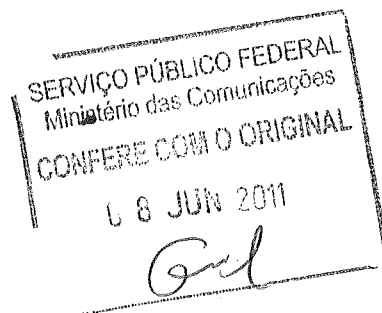
Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela **Internet**, com base na Portaria Nº RJ-PGD-2010/00022, publicada no DOERJ de 10/03/2010, página 3;
- b) a informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.gov.br>);
- d) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro - RJ, 05/05/2010 , às 15h36min.

Seção de Expedição de Certidões

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº Autenticação: **7156964514**

Órgão: F/CIS-5

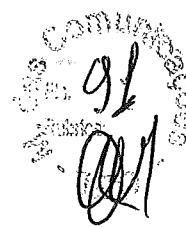
Controle: *6248/2010

— NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO —

EMPRESA DE RADIODIFUSAO CONQUISTA LTDA

RUA CLARIMUNDO DE MELO 277

PIEDADE RIO DE JANEIRO 20740-321 RJ



— CNPJ —

11.422.257/0001-58

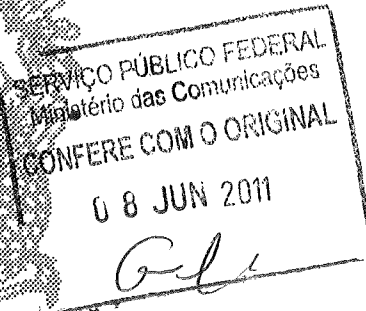
— INSCRIÇÃO MUNICIPAL —

ANTIGA: *****

NOVA: 466186-9

***CERTIDÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -
Modelo 4***

CERTIFICO que, até a presente data, em relação à pessoa jurídica acima identificada, não há débito apurado de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. A presente Certidão, válida apenas em relação ao estabelecimento acima referido, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.



VALIDADE: 180 dias da Data da sua Expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 2245 de 03/03/2005

Rio de Janeiro, 25 de FEVEREIRO de 2010

HORA:15:11

Carimbo e Assinatura do Fiscal de Rendas

— OBSERVAÇÕES —

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Fazenda na internet no endereço <http://www.rio.rj.gov.br/smf>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
Caril

Ministério das Comunicações
gl
[Signature]

242 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 - Frente Fone: 3553-6021 NR: 100512185733
Autentico a presente cópia retrograda conforme o original a mim apr
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores Autentic.....R\$ 3.93
Prot.dados.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09
MARIO VINICIUS MACHADO





Governo do Estado Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Arrecadação

Impressão: 09/02/2010 - 10:55:



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 10-2010/0004995-9

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

CPF / CNPJ 11.422.257/0001-58

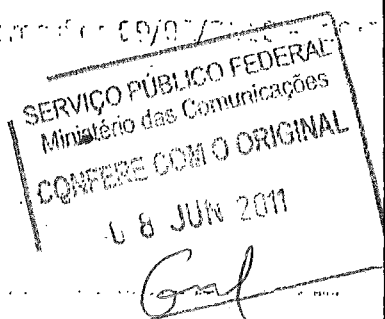
CAD-ICMS NÃO INSCRITO

NOME / RAZÃO SOCIAL

CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 09/02/2010 AS 10:55:20

VÁLIDA ATÉ: 08/08/2010



(assinatura da autoridade fiscal emitente)

Nome: DILMA CARDOSO FERNANDES DE NOVAIS

Matrícula: 0126321-9

OBSERVAÇÕES

Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.

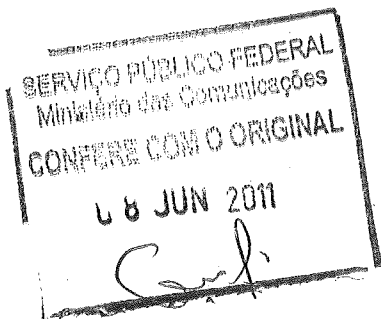
A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (www.sefaz.rj.gov.br).

A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.

O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.sefaz.rj.gov.br).

A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no CAD-ICMS caso exerça atividade relacionada no artigo 31 da Resolução SEF nº 2.861/97 (texto disponível em www.sefaz.rj.gov.br).

FINALIDADE (A SER INFORMADA EM CASO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL)



249 OFÍCIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja 2 - Fone: 3553-6021 NO: 100512185733
AUTENTICAÇÃO - Frente
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apr.
esentado, de que dou fé. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2010.
Valores
Autentic.....R\$ 3.93
Proc.dados:.....R\$ 1.16
Total.....R\$ 5.09





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011

Comunicações
93
Rubrica

ATA DE REUNIÃO Nº 272/2010

**SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,
PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S).**

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 207 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MÍNIMO: R\$ 93.468,95

LOCALIDADE: ALTO DO RODRIGUES/RN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011

Em 18 de junho de 2010, sexta-feira, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R” da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, (ausente justificadamente o Presidente Alvimar Bertrand D. G. de Macedo), com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 12 de fevereiro de 2010, Seção “3”, Número 30, Página 155, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença do(s) representante(s) da(s) licitante(s) ou do(s) seu(s) procurador(es) legalmente constituído(s), que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 – **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, CNPJ nº 11422257/0001-58. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelo(s) representante(s) da(s) Proponente(s), ou seu(s) procurador(es) legalmente constituído(s). (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pelo(s) representante(s) da(s) Proponente(s), ou seu(s) procuradore(s) legalmente constituído(s), sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por invólucro: 1) **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, (83 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo *starlock* de números 4591542 (Propostas Técnicas) e 4581967 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote de cor verde tipo *snapseal* sob o nº 0005100, e mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado ao(s) proponente(s) que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise

Eriko M. Domenici
CEL - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) O Vice-Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação, nada sendo requerido. Nada mais havendo a acrescentar, o Vice-Presidente deu por encerrada a presente sessão às 09h15 (dez horas e quinze minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.

AUSENTE
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

Representantes ou Procuradores

1 - EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
CNPJ nº 11422257/0001-58





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____ / ____

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 18/06/2010

SERVIÇO: FM – CANAL: 207

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): ALTO DO RODRIGUES – RN

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
1	EMPRESA DE RÁDIO E TV CONQUISTA LTDA -	Moisés Samuel Gomes			moises.sampaio@horizon.com 61-5283-4868
CNPJ	11.422.257/0001-58	503.510.873-20			
2					
CNPJ	_____/0001-____	_____._____._____-____			
3					
CNPJ	_____/0001-____	_____._____._____-____			

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2010

Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011
Guil

Nesta data anexei aos autos do processo da
nº 53000.031098/10 a documentação
a seguir constituída de 08 folhas
que assim numerei: 96 a 103
Data: 29.06.2010
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

des. 96
Comunicações

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
N.º 229/2010

PROCESSO : 53000 031098/2010-93
LICITANTE : EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTRA LTDA.
CONCORRÊNCIA : 034/2010-CEL / MC
LOCALIDADE : ALTO RODRIGUES-RN

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
4.1	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	X	-	-	10/ 15	-
4.1	Com sede e administração no País.	X	-	-	10	-
4.1	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	X	-	-	12	-
4.1.1	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-	-	X	-	-
4.2.1	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).	-	-	X	-	-
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	X	-	-	10/ 15	-
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).	-	-	X	-	-
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais.	X	-	-	11	-
5.1.1.2	Ata de eleição da Diretoria (dispositivo aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011
Grip



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
97
Rubrica
[Assinatura]

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.1.3	Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.1.4	Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.3	Declaração conforme Anexo I.	X	-	-	50	-
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X	-	-	51	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congênere.	X	-	-	67	-
5.2.1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).	-	-	X	-	-
5.2.2	Balanco de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).	X	-	-	70/ 73	-
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).	-	-	X	-	-
5.2.3 e 5.2.3.2	Caução em dinheiro equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, feita junto à Caixa Econômica Federal em formulário específico (dispositivo não aplicável se a licitante optou por carta de fiança bancária).	X	-	-	68	-
5.2.5 "b"	Índice de solvência $\geq 1,0$	X	-	-	-	-

[Assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

98
98
98

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	X	-	-	75/ 76/ 78/ 80	-
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X	-	-	86	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	X	-	-	87	-
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	X	-	-	88	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	89	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	92	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	91	-

98

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Carry



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicações
99
2011

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO HILDEBRANDO BRITO DA
SILVA (DIRIGENTE)

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	39	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	64	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	64	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	53/ 55/ 57/ 58/	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	52/ 54/ 56/ 58/	-
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	62/ 63	-
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i>).	-	-	X	-	-
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	66	-

[Assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
100
[Assinatura]

Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere a proponente **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.** como **HABILITADA** para a Concorrência nº 034/2010-CEL/MC

Brasília (DF), 18 de junho de 2010.

[Assinatura]
RUSSIL DE BEM
ASSESSOR

Em 22 de junho de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da **AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º 229 /2010** de fls. a Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

[Assinatura]
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

¹ IS = 179.21146





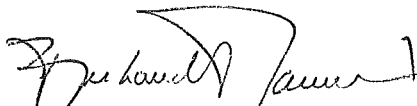
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
Nº 101
RUBRICA
Assinatura

ATA DE REUNIÃO Nº 286/2010

Em 22 de junho de 2010, às 14h45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja, sala 110, do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros titulares Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de “**habilitação**” de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA(S) Nº(s)	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nº(s)
034/2010-CEL/MC	229/2010.

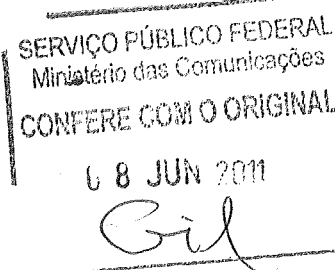

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular,


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 24 de junho de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
024/2010	MG	Matutina	FM	T.P.P. Comércio e Representações Ltda.

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIAS

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 28 de junho a 02 de julho de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 05 de julho de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 22 de junho de 2010.

ANEXO I

Concorrência nº 32/2010-CEL/MC, Localidade de Itarema/CE

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53000.030631/10	HABILITADA
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	FM	53000.030637/10	HABILITADA
B & D SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.030636/10	HABILITADA
SISTEMA MONTEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.030634/10	HABILITADA

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2010

Número do Contrato: 10/2009, Nº Processo: 53000.001182/2009. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - CNPJ Contratado: 04622116000113. Contratado: CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S/A - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 010/2009-MC pelo período de 12 (doze) meses a contar de 26.06.2010. Fundamento Legal: Inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 26/06/2010 a 25/06/2011. Valor Total: R\$116.999,88. Fonte: 100000000 - 2010NE900378. Data de Assinatura: 24/06/2010.

(SICON - 24/06/2010) 410003-00001-2010NE900067

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E
FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO
APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

Termo Aditivo ao Contrato ER01 nº 10/2007-ANATEL; Data de assinatura: 18/06/2010; Contratada: Centro Automotivo Gama LTDA. ME; Vigência: 18/06/2010 à 17/06/2011; Objeto: contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças de reposição originais para dois veículos da marca Mercedes-Benz, modelo Sprinter 310D, ano de fabricação/modelo 1998/1998; Fundamento legal: Art. 54 e ss da Lei nº 8.666/93; Nota de Empenho: 2010NE000381, de 15/06/2010; Elemento de despesa: 33.90.39; Programa de trabalho: 24.125.1157.2424.0001; Valor do contrato: R\$27.600,00; Processo nº 53504003659/2007; Signatários: pela contratante, Everaldo Gomes Ferreira e Aparecida Taguchi e, pela contratada, Cláudio Elias Gan-nan.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010062500119

ANEXO II

Concorrência nº 33/2010-CEL/MC, Localidade de Juazeiro do Norte/CE

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO DIGITAL LTDA.	FM	53000.030906/10	HABILITADA
RA PARTICIPAÇÕES E COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.030896/10	HABILITADA
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA.	FM	53000.030912/10	HABILITADA
SISTEMA SIARÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.030909/10	HABILITADA
RÁDIO E TELEVISÃO MÍDIA LTDA.	FM	53000.030904/10	HABILITADA
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	FM	53000.030901/10	HABILITADA
REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA	FM	53000.030916/10	HABILITADA
SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53000.030892/10	HABILITADA
INSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.030895/10	HABILITADA
G R SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.030897/10	HABILITADA
AURORA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.030903/10	NÃO HABILITADA

ANEXO III

Concorrência nº 34/2010-CEL/MC, Localidade de Alto do Rodrigues/RN

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.031098/10	HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 28 de junho a 02 de julho de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF. Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 05 de julho de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 24 de junho de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência nº 35/2010-CEL/MC, Localidade de Chupinguiá/RO

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
E & M CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.	FM	53000.031537/10	NÃO HABILITADA
CANDIDO LEMOS LTDA.	FM	53000.031538/10	HABILITADA
RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	FM	53000.031536/10	HABILITADA
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	FM	53000.031540/10	HABILITADA
RAFA SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.031539/10	HABILITADA
COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME	FM	53000.031543/10	HABILITADA
ORGANIZAÇÃO LOPES & BASSI DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.031541/10	NÃO HABILITADA
REDE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.031542/10	HABILITADA
SISTEMA RODÔNIA DE RÁDIO LTDA.	FM	53000.031544/10	NÃO HABILITADA
EXTREMO NORTE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.031545/10	HABILITADA

ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARANÁ

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO/ER03/Nº 005/2010-ANATEL - Data de assinatura: 07/06/2010 - Contratada: Mobra Serviços de Vigilância Ltda.CNPJ: 87.134.086/0002-04. Vigência: 20/06/2010 a 19/06/2011. Objeto: Prestação de serviços de vigilância armada, 24 horas por dia, 7 dias por semana, na Estação Remota de Monitoragem de Joinville/SC. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Regulamento de Contratações da Anatel.Valor total anual de R\$ 117.396,00 - Nota de Empenho: 2010NE000236. Assinaturas: Tereza Fialkoski Dequeche - Gerente Regional e Mário Malto Neto - Gerente Operacional Administrativo e Financeiro, pela Anatel e André Uhlir Mocellin, pela Contratada.

CONTRATO/ER03/Nº 006/2010-ANATEL - Data de assinatura: 14/06/2010 - Contratada: JR Limpeza e Serviços Ltda - ME.CNPJ: 10.339.552/0001-82. Vigência: 15/06/2010 a 14/06/2011. Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação a serem executados na Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Regulamento de Contratações da Anatel.Valor total anual de R\$ 34.920,00 - Nota de Empenho: 2010NE000244. Assinaturas: Tereza Fialkoski Dequeche - Gerente Regional e Mário Malto Neto - Gerente Operacional Administrativo e Financeiro, pela Anatel e Juliana Roberta Rech, pela Contratada.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 6/2010-ER02-U0021

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, torna público o resultado da licitação de que trata o Edital de Pregão Amplo nº 006/2010-ER02-U0021, Processo nº 53512.000404/2010, referente à contratação de empresa especializada para prestar serviços de Copeliragem (Lote I) e Limpeza e Conservação (Lote II), para atender às necessidades da Unidade Operacional da Anatel no Espírito Santo - UO021, localizada na R. Abail do Amaral Carneiro, 41 - 5º andar - Enseada do Suã - Vitória, pelo período de doze (12) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta (60) meses, conforme especificações e condições do Edital e seus Anexos, declarando vencedora em ambos os Lotes, a empresa SERGE SERVIÇOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., CNPJ: 06.863.184/0001-08, no valor global anual para o Lote I: R\$ 43.479,94 (Quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos) e para o Lote II: R\$ 24.959,47 (vinte e

quatro mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos). A presente contratação foi homologada pelo Gerente do Escritório Regional do Rio de Janeiro (ER02), através do Ato nº 4.117, de 23/06/2010.

WERNER STEINERT JUNIOR
Gerente Regional

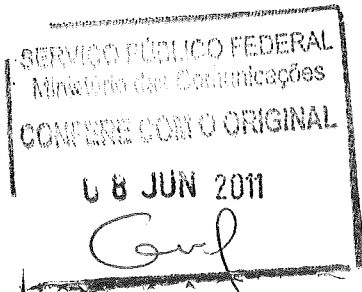
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATOS DE TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

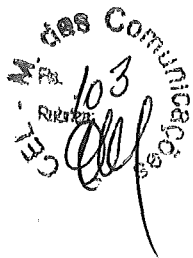
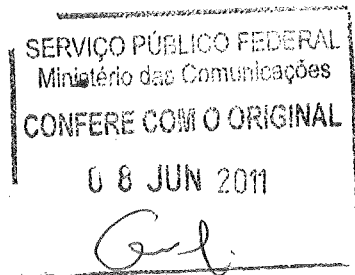
Nº 562/2010/SPB-ANATEL
PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e a TELECALL BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LOCAL, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO. FUNDAMENTO LEGAL: Ato nº 1.126, de 18 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 09 de março de 2010; Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: FERNANDO ANTONIO FRANÇA PÁDUA - Superintendente de Serviços Públicos Interino. Pela Telecall Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.: CLEBER COSTA AJUZ - Sócio Administrador e BRUNO KELMAN AJUZ - Sócio Administrador e como TESTEMUNHAS: FERNANDO RIBEIRO RAMOS e CRISTIAN CHARLES MARLOW.

Nº 563/2010/SPB-ANATEL
PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e a TELECALL BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO. FUNDAMENTO LEGAL: Ato nº 1.126, de 18 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 09 de março de 2010; Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000031098/10 a documentação
a seguir constituída de 02 folhas
que assim numerei: 103
Data: 20 / 07 / 2010
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]



Nº 137, terça-feira, 20 de julho de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

105



prais - GOLIC, na R. Januária, 181, 4º andar, Floresta, BH/MG, de 9:00 às 11:00 e 14:00 às 17:00 horas, onde poderá ser adquirido no custo de R\$ 0,15 (quinze centavos) por folha ou sem ônus no www.litacoes-e.com.br. A licitação será realizada no site do Banco do Brasil.

Outras informações: Telefone: Nº (31) 3250-4048.

THAÍS FERNANDA GONÇALVES
Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇO Nº 1 - 2010

Objeto: Prestação de serviços especializados de engenharia para conservação da superestrutura ferroviária da via permanente da CBTU. Empresa vencedora: VOITH SERVIÇOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA, com o valor global de R\$498.400,00 (Quatrocentos e noventa e oito mil e quatrocentos reais).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 08/2010. Objeto: Aquisição de Registros Digitais para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: DRF DOIS RIOS FERRAGENS LTDA EPP. Valor global de R\$ 57.932,00. Data da assinatura: 06/07/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 08/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 10/2010. Objeto: Aquisição de banco de baterias chumbo-ácido, composto de 32 elementos, 2 Vcc por elemento, tipo 7TMF 105/3 Ah/10hs, com válvula de enchimento automático, saída de gases de dupla função e 3 jogos de acessórios para manutenção e serviço de ativação para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: PERMATE - PERNAMBUCO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. Valor unitário para cada jogo é de R\$ 13.750,00. Data da assinatura: 06/07/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 11/2010. Objeto: Aquisição de quatro radiadores para a Loco Alco RS, ref. 16710731 pertencente a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: BUSSOLA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Valor unitário de R\$ 17.424,75. Data da assinatura: 06/07/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 11/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

AVISO DE ADIAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 6/2010

Objeto: Reforma Geral das Estações Ipiranga e Mangueira da CBTU/STU/REC. Comunicamos a todos os interessados da Concorrência Pública em epígrafe que a data de abertura do referido processo marcada para o dia 20/07/2010 às 09:30 foi ADIADA "SINE DIE", por motivo de alterações no edital. Maiores informações através do fone 81-21028520/8521

VÍRGÍNIA BARBOSA ALEIXO
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2010

Nº LICITAÇÃO BB316312- Objeto: Contratação de Empresa Para Prestação Serviços, Regeneração/Recondicionamento Com Torno-cuco, Substituição e Complemento de Gelo Isolante Em Transformadores de Potência. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 29/07/2010 às 15:00 horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Preços do pregão em epígrafe. Data Limite para recebimento das propostas: 29/07/2010 até às 14:00h. Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site www.litacoes-e.com.br. A licitação será realizada através do site Banco do Brasil

LUIZ EUGÊNIO DE CARVALHO FREIRE
Pregoeiro

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve adiamento da licitação em epígrafe publicado no DOU do dia 14/07/2010, pág. 125. OBJETO: Aquisição de Rolamentos via SRP. A nova data é 02 de agosto de 2010 às 09 horas para abertura da Sessão Pública. Data limite para recebimento de propostas até às 08h da mesma data no site www.litacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 1197/2010.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2010
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeiro

AVISO DE REVOGAÇÃO

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, publica a revogação deste processo licitatório em epígrafe, devido aos valores ofertados estarem acima do orçado pela Trensurb. OBJETO: Aquisição de resistor GRV 250W, Cabo em cobre estanhado, chave tipo TPL e fio elétrico. Processo nº 0514/2010.

Porto Alegre, 19 de julho de 2010.
GABRIEL GROSS D'AMICO
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 522, de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2006.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 15 de julho de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Aniceto Pastorio Paganin - Sócio-Gerente da Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.

PARTES: União e Rádio Jardim Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 476, de 12 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2006.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de General Salgado, Estado de São Paulo.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 14 de julho de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Manoel Moraes Guedes - Procurador da Rádio Jardim Ltda.

PARTES: União e Rádio Jardim Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 322, de 4 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2006.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ponta Verde, Estado de São Paulo.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 14 de julho de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Manoel Moraes Guedes - Procurador da Rádio Jardim Ltda.

PARTES: União e Rádio Prado Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 545, de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2006.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 15 de julho de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Laureano Antônio Fontuna - Procurador da Rádio Prado Ltda.

AVISOS CONCORRÊNCIA Nº 6/2009 - CEL/MC

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca a(s) P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA, a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto a petição e documentos de fls. 62/85 do processo de nº 53000.034274/2009, da concorrência 006/2009 - CEL/MC, na localidade de Condeúba no Estado da Bahia.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº CEL/MC	Localidade(s)	UF
26/07/2010	14h30	030/2010	Cantagalo	RJ
		031/2010	Nova Friburgo	RJ
		032/2010	Itaboraí	RJ
		033/2010	Juazeiro do Norte	CE
		034/2010	Alto do Rodrigues	RN

Brasília-DF, 19 de julho de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Telecomunicações, por meio do presente Edital e, sua forma do art. 65, § único, de seu Regimento Interno, notifica a ENGETEL TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA., CNPJ nº 21.101.092/0001-76 e seus representantes legais, em face da impossibilidade de notificação pessoal ou postal, do teor do Despacho nº 1.908/2010-CD, datado de 22 de março de 2010, exarado pelo Conselho Diretor, que decidiu, em sua 555ª Reunião, realizada em 11 de março de 2009: a) aplicar a sanção de caducidade e extinguir a autorização da empresa ENGETEL TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA., CNPJ/MF nº 21.101.092/0001-76, conferida por meio dos Atos nº 12.356 e 12.363, datados de 24 de outubro de 2000, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nos municípios de Aracruz e São Mateus (ES), Formiga, São Sebastião do Paraíso e Visconde do Rio Branco (MG), Murici, Resende e Valença (RJ), Rio Negro e Tramandá (RS) e Indaiatá e Porto União (SC), vez que, após regularmente notificada, não entrou em operação comercial no prazo estabelecido no Termo de Autorização; b) esclarecer que a extinção da autorização não desonera a entidade de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas pelo prestador ou a cobrança de valores devidos a Anatel; c) notificar a parte interessada da decisão tomada nos autos em epígrafe.

Em 2 de maio de 2010.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA NEDER
Gerente-Geral de Outorga, Acompanhamento e Controle das Obrigações Contratuais Substituto

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 140/2010 - Contratada: GOELDI - O ENCANTADOR DE SOMBRAS, assinado em 13/07/2010, com vigência de 07 (sete) meses a partir da data de sua assinatura. Objeto: Contrato de Patrocínio para a realização do projeto "GOELDI - O ENCANTADOR DE SOMBRAS". Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 10000061 JL. Conta orçamentária 01021.44405.020002. Valor total da contratação: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
Conf

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.03/2008/10 a documentação
a seguir constituída de 07 folhas
que assim numerai: 104 a 110
Data: 27/07/2010
Nome: *[Assinatura]*
Assinatura: *[Assinatura]*

PROPOSTA TÉCNICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

das Comunicações
104
[Signature]

Edital Concorrência n.º 034/2010

Localidade: Alto do Rodrigues UF: RN

Razão Social da Proponente: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**

CNPJ: 11.422.257/0001-58

Data: 14 de abril de 2.010.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) $T1 \times 100 / 1440$
	115,2	8%

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) $T2 \times 100 / 1440$
	115,2	8%


3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

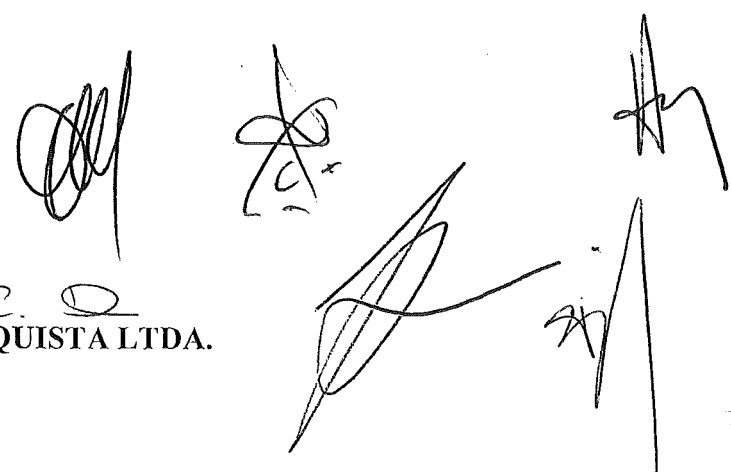
Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) $T3 \times 100 / 1440$
	115,2	8%

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)
	9 (nove) meses

Rio de Janeiro, RJ, 14 de abril de 2.010


EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
Alexandre Henrique Costa Dias



CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital de Concorrência nº 034/2010 - UF - MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Permissão de FM

Localidade de Prestação do Serviço: Alto do Rodrigues – UF- RN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011
Carli

CEL. 105
Rm. 105
Min. das Comunicações
[Signature]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

106
RUBRICADO
SERV. P. B. 106

ATA DE REUNIÃO Nº 316/2010

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S).

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 207 – CLASSE: C – GRUPO: A



LOCALIDADE(S): ALTO DO RODRIGUES/RN.

Em 26 de julho de 2010, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 034/2010-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de **ALTO DO RODRIGUES/RN**, conforme convocação publicada no DOU de 20/07/2010, Número 137, Seção "3", Página 105, para sessão de abertura e julgamento de propostas técnicas em 26/07/2010, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde tipo *snapseal* sob o n.º 0005100, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de número 4591542, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.031098/10. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s), sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., 100,00000 pontos. (7) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) "**Resultado da Proposta Técnica**", que segue(m) em anexo, que aponta(m) a(s) pontuação(ões) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. (9) O Sr Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: a) O malote de cor verde do tipo *snapseal* foi novamente lacrado sob o nº 0008390. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 15h25 (quinze horas e vinte e cinco minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e membros Titulares da Comissão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

M. das Comunicações
107
Rubrica
09


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

AUSENTE
ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Comissão Especial de Licitação – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTES

DATA: 26/07/2010

Serviço: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE: ALTO DO RODRIGUES/RN

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
8 JUN 2011

CEL
Parecer
2010
des. Com.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

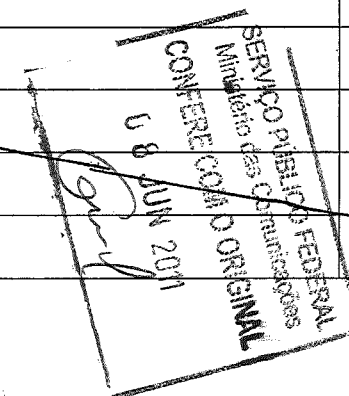
LISTA DE PRESENÇA DE PÚBLICO

DATA: 26/07/2010

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): ALTO DO RODRIGUES/RN

Nome	RG nº/UF	Rubrica
ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA	2377/DF-CORRECON	A
JOSE TIBURCIO LIMA DE MEDEIROS	413149 SP-CE	#



CEL
S. 109
R. 109
S. 109



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

110
Rubrica

RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Processo	:	53000.031098/2010					
Proponente	:	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.					
Concorrência	:	034/2010	Local :	ALTO DO RODRIGUES		UF :	RN
Serviço	:	FM		Grupo de Enquadramento :		A	

	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (ANEXO V, item 1))	115,200	8,00000	$5\% \leq T1 \leq 8\%$
Programas de serviços noticiosos (ANEXO V, item 2)	115,200	8,00000	$5\% \leq T2 \leq 8\%$
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (ANEXO V, item 3)	115,200	8,00000	$5\% \leq T3 \leq 8\%$
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (ANEXO V, item 4)	9		$9 \leq T4 \leq 36$

P1 =	15,00000
P2 =	15,00000
P3 =	30,00000
P4 =	40,00000
PT =	100,00000

CLASSIFICADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 8 JUN 2011

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

José Adilson Bezerra Torquato
Membro



Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53002.031098/20 documentação
a seguir constituída de 17 folhas.
que assim numerai: 01

Data: 28.07.2010

Nome: _____

Assinatura: *[Signature]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

das Comunicações
Nº 143
Rádio
100

Nº 143, quarta-feira, 28 de julho de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

101



PARTE: União e Rádio Universal Ltda.
ESPECIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2006.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara, Estado de Santa Catarina.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 14 de julho de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Gil Losso - Procurador da Rádio Universal Ltda.

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) licitante(s) RÁDIO E TV CENTAURO LTDA., processo nº 53710.001012/00, concorrência(s) 073/00, localidade(s) de SÃO VICENTE DE MINAS, SIMONÉSIA, TIMÓTEO, VARGEM ALEGRE, VÁRZEA DA PALMA, VARZELÂNDIA E VISCONDE DO RIO BRANCO/MG e RÁDIO E TV SUCESSO LTDA., processo nº 53710.000327/98, concorrência(s) 013/98, localidade(s) de UNAI/MG, a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor da NOTAM/CONJUR/TFN nº 0321-2.17/2007 e do PARCER/AGU/CONJUR-MC/TFN nº 2047-2.29/2009.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os partícipes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº SSR/MC	Localidade(s)	UF
02/08/2010	15h00	02/2010	Curangola	MG
		02/2010	Praia	ES
		02/2010	Novo Barreiro	RS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os partícipes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº CEL/MC	Localidade(s)	UF
02/08/2010	14h30	02/2010	Diamantina	MG
		03/2010	Marilândia	ES
		03/2010	Muniz Freire	ES

Brasília-DF, 27 de julho de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE PROPOSTA TÉCNICA

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s).

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília-DF, 26 de julho de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 030/2010-CEL/MC, Localidade de Cantagalo/RJ.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Centro Norte Fin Siéreo Ltda-Me	FM	53000.029878/10	100,000	CLASSIFICADA
Printscom Rádio e Televisão Ltda.	FM	53000.029873/10	100,000	CLASSIFICADA
Rádio Monte Sião Ltda.	FM	53000.029877/10	100,000	CLASSIFICADA
SJB - Sistemas de Comunicações Ltda.	FM	53000.029879/10	100,000	CLASSIFICADA
VCP Comunicações Ltda.	FM	53000.029876/10	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência n.º 031/2010-CEL/MC, Localidade de Nova Friburgo/RJ.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Printscom Rádio e Televisão Ltda.	FM	53000.030169/10	100,000	CLASSIFICADA
Rádio Monte Sião Ltda.	FM	53000.030168/10	100,000	CLASSIFICADA
Rede Brasil de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.030174/10	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Adonal de Comunicação Ltda.	FM	53000.030172/10	100,000	CLASSIFICADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010072800101

Televisão Ouro Verde Ltda.	FM	53000.030167/10	100,000	CLASSIFICADA
V.P.D. Empresa de Radiodifusão Ltda-Me	FM	53000.030171/10	100,000	CLASSIFICADA
VCP Comunicações Ltda.	FM	53000.030168/10	100,000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.030173/10	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO III

Concorrência n.º 032/2010-CEL/MC, Localidade de Itarema/CE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
B & D Sistema de Comunicações Ltda.	FM	53000.030656/10	100,000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.030657/10	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.030651/10	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Monteiro de Comunicação Ltda.	FM	53000.030654/10	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO IV

Concorrência n.º 033/2010-CEL/MC, Localidade de Juazeiro do Norte/CE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.030901/10	100,000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Ursula Maior Ltda.	FM	53000.030912/10	100,000	CLASSIFICADA
GR Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.030897/10	100,000	CLASSIFICADA
NSIV Sistema de Comunicações Ltda.	FM	53000.030895/10	100,000	CLASSIFICADA
RA Participações e Comunicações Ltda.	FM	53000.030898/10	100,000	CLASSIFICADA
Rádio Digital Ltda.	FM	53000.030906/10	100,000	CLASSIFICADA
Rádio e Televisão Midia Ltda.	FM	53000.030907/10	100,000	CLASSIFICADA
Rede Brasil de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.030913/10	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.030892/10	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Siara de Comunicações Ltda.	FM	53000.030909/10	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO V

Concorrência n.º 034/2010-CEL/MC, Localidade de Alto do Rodrigues/RN.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.031098/10	100,000	CLASSIFICADA

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo n.º 53.000.025.426/2008-06. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratado: relacionamento abaixo. Objeto: acompanhamento, fiscalização e monitoramento de Telecentros e implantação de 6.200 Telecentros Comunitários no Brasil. Vigência: 21/07/2010, não ultrapassando cinco anos. Retribuição mensal: importância equivalente a remuneração de Técnico de Nível Superior - Nível III, em regime de 40 horas semanais de trabalho, nos termos da Lei 8.745/93. Signatário: FERNANDO RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA - Secretário Executivo, Interino.

ÁREA DE FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO	CPF
ADRIANO NOGUEIRA DE SOUZA	987.316.961-04

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato ADADI Nº 028/2009-Anatel; Data de Assinatura: 23/07/2010; Contratada: INTERATIVA DEDETIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA; Vigência: 29/07/2010 a 28/07/2011; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 29/07/2010; Fundamento Legal: art. 57, II da Lei 8.666/93; Valor do Contrato: R\$ 161.139,95 (cento e sessenta e um mil, cento e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos); Processo nº 53500.001946/2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato n.º 143/2010; Data de assinatura: 20/07/2010; Contratada: MICROSENS LTDA; Objeto: Aquisição de Impressora Laser Monocromática (Rede de Atendimento); Origem: Pregão Eletrônico nº 10000020/2010; Vigência: A partir da data de sua assinatura, limitada ao prazo máximo de 12 (doze) meses; Valor total da contratação: R\$ 351.997,80 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos).

Contrato n.º 161/2010; Data de assinatura: 20/07/2010; Contratada: EMBALAPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA; Objeto: aquisição de base para CDL-01 e tampa para CDL-01; Origem: Pregão Eletrônico 10000107/2010; Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; Valor total da contratação: R\$ 1.053.855,00 (um milhão cinqüenta e três mil oitocentos e cinqüenta e cinco reais).

CONTRATO Nº 149/2010; OBJETO: Serviços de Assistência Técnica com Suporte On-Site para os produtos e o ambiente operacional de propriedade da ECT; CONTRATADA: AMÉRICA TECNOLÓGICA DE INFORMÁTICA E ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA; VALOR GLOBAL: R\$ 1.640.006,64; VIGÊNCIA: 12 meses; DATA DE ASSINATURA: 09/07/2010; ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 10000006/2010.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFESSÃO DO ORIGINAL

08 JUN 2011

Carl

... data anexei aos autos do processo de
53000.031098/10 02
e seguir constituída de documentação
que assim numerar: 112 01
Data: 10/08/2010
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]



80

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 152, terça-feira, 10 de agosto de 2010

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 145/2010

O Instituto Nacional de Câncer através do pregoeiro torna público o Resultado de Julgamento do pregoeiro acima: A Empresa SILVA & MARQUES CIA LTDA foi vencedora dos itens 1, 2 e 3; a empresa SUPEREXPEDIENTES E ARTES LTDA ME foi vencedora dos itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

(SIDEC - 09/08/2010) 250052-00001-2010NE900183

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
INSTITUTO EVANDRO CHAGASRESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2010

Torna público o Resultado de Julgamento do Pregão Eletrônico 27/2010, cujas empresas vencedoras foram: 1. FM & F TECNOLOGIA LTDA (Item 7); 2. DAVID MOREIRA & CIA LTDA (Itens 3 a 6); 3. FFG COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS (Item 9); 4. DAKOTA CO. DE ELETRON-ELETRON. (Itens 1 e 8); 5. ANDRÉ LUIZ PEREIRA INFORMÁTICA (Item 2). Valor global da Ata: R\$ 133.715,97.

DANIEL PORTAL CANTANHEIDE
Pregoeiro

(SIDEC - 09/08/2010)

Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2010/GALIC/AC/CBTU

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU torna público que serão recebidas propostas para contratação de empresa para prestação de serviço telefônico fixo comutado. A entrega das propostas é até às 10:30h, do dia 20 de agosto de 2010. O Edital encontra-se à disposição no site www.licitacoes-e.com.br. Esclarecimentos pelo telefone (21) 2575 - 3186, fax (21) 2571 - 5298 ou pelo e-mail vxavier@cbtu.gov.br.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2010
ROBERTO COSTA DE SOUZA LEAL
PregoeiroSUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE BELO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 4 Contrato Nº 030/CBTU/ME-TROBH/2007. Contratante: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. Contratada: Elite Serviços LTDA. OBJETO: Prorrogação de prazo. Fundamento Legal: art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. PROCESSO: PR-0795/2010. Data de Assinatura: 15.07.10. Signatários: Pela CBTU - José Roberto Nogueira e Lister César Nascimento. Pela Contratada: Marco Antônio Lisboa.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2010/GOLIC/CBTU/STU/BH

- Objeto: Aquisição de chapa nerflica.
- Entrega das Propostas: até 24/08/2010 às 09:00 h.
- Abertura das Propostas: 24/08/2010 às 09:00 h.
- Início da Disputa: 24/08/2010 às 09:30 h.
- Edital para consulta na Gerência Operacional - Licitação e Compras - GOLIC, na R. Januária, 181, 4º andar, Floresta, BH/MG, de 9:00 às 11:00 e 14:00 às 17:00 horas, onde poderá ser adquirido ao custo de R\$ 0,15 (quinze centavos) por folha ou sem ônus no www.licitacoes-e.com.br. A licitação será realizada no site do Banco do Brasil. Outras informações: E-mail: cpbhb@cbtu.gov.br.

THAIS FERNANDA GONÇALVES
PregoeiraSUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE NATAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 002-09; CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Superintendência de Trens Urbanos de Natal - CBTU/STU-NAT; C.N.P.J Nº 42.357.483/0009-83. CONTRATADA: AEROTUR Serviços de Viagens Ltda; C.N.P.J Nº 05.120.923/0001-09. RESUMO DO OBJETO: prorrogação do prazo do contrato Nº 002-09, por 12 (doze) meses. ORIGEM: Memo Nº 094-10/COREH. NATUREZA DE DESPESA: 33.90.33. Valor: R\$ 57.102,00 (cinquenta e sete mil, cento e dois reais). Data de assinatura: 30/07/2010. Vigência: 31/07/2010 a 30/07/2011. SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Eryl Bastos Monteiro Segundo e Ana Maria Santos de Azevedo; pela contratada: Adriano da Nóbrega Gomes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010081000080

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE RECIFEAVISOS DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2010/CBTU/STU/REC

Objeto: Contratação de Empresa Especializada Em Prestação de Serviços de Regeneração, Recondicionamento Com Termovacu Em Transformadores de Potência.

Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do Pregão em epígrafe, foi homologado pelo Superintendente de Trens Urbanos do Recife, a Empresa: ENGELETRA SERVIÇOS LTDA, para o Lote 1 (único), no valor total de R\$ 27.750,00 (Vinte e Sete Mil Setecentos e Cinquenta Reais).

LUIZ EUGÊNIO DE CARVALHO FREIRE
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2010/CBTU/STU/REC

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de 10(Dez) Motoristas Categoria D.

Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do Pregão em epígrafe, foi homologado pelo Superintendente de Trens Urbanos do Recife, a Empresa: GENERAL SERVICE SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA, para o Lote 1 (único), no valor total de R\$ 318.889,92 (Trezentos e Dezoito Mil Oitocentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos).

MÁRCIO CARVALHO DA SILVA XAVIER
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura das propostas contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº	Localidade(s)	UF
16/08/2010	14h30	030/2010	Camagalo.	RJ
		031/2010	Nova Friburgo.	RJ
		032/2010	Igarapema.	CE
		033/2010	Juazeiro do Norte.	CE
		034/2010	Alto do Rodrigues.	RN

Brasília - DF, 9 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da ComissãoAGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE
PERNAMBUCO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, nos termos do art. 65, parágrafo único do Regimento Interno da Anatel, instituído pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, tendo em vista a comprovação do não recebimento da notificação por correspondência através dos Correios e Telégrafos e por se encontrar em local incerto e não sabido, NOTIFICA os interessados no final relacionados da aplicação da sanção de MULTA. Nos termos do parágrafo 5º do art. 82 do Regimento Interno da ANATEL, o recurso poderá ser apresentado no prazo de até 10 (dez) dias desta publicação à Agência Nacional de Telecomunicações, situada na Rua Joaquim Bandeira, 492 - Boa Viagem, CEP: 51160-290 - Recife/PE. Decorrido o prazo e, em cumprimento ao disposto no art. 77, inciso IX, do citado Regimento, a sanção será considerada como agravante, consoante prevê o art. 178, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997. O documento hábil para quitação da multa estará a disposição para pagamento em qualquer um dos escritórios da Anatel a partir da data de publicação deste ato, correndo também a partir da mesma, as correções monetárias incidentes.

Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	LOCALIDADE	VALOR MULTA
53532.000194/2010	UNIDARDO CLEMENTINO DE SOUZA	Recife/PE	R\$ 3.850,00
53539.001487/2008	ONDAWE PROVEDOR DE INTERNET E CONECTIVIDADE LTDA	Esperança/PE	R\$ 3.972,10
53539.000804/2008	RONALDO CONSTANCIO ANGELO	São Paulo	R\$ 3.310,00

Recife, 9 de agosto de 2010.
JOÃO BATISTA FURTADO FILHO
Gerente RegionalNível 4 ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

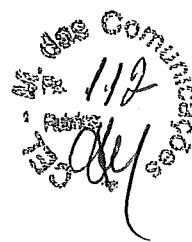
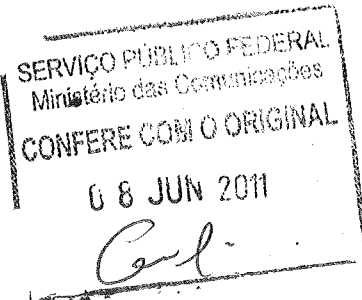
Contrato ER01 nº 8/2010-ANATEL; Data de assinatura: 02/08/2010; Contratada: Gomaq Máquinas para Escritório Ltda; Vigência: 06/08/2010 a 05/08/2011; Objeto: locação de equipamentos reprográficos, incluindo todo o suprimento (exceto papel), treinamento, software e assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva com peças). Fundamento legal: Lei nº 9472/97, Resolução nº 5/98-Anatel, e Lei nº 8666/93; Nota de Empenho: 2010EN000443, de 30/07/2010; Elemento de despesa: 33.90.39; Programa de trabalho: 24.122.0750.2000.0001; Valor do contrato: R\$ 10.427,88; Processo nº 53504.011736/2010; Signatários: pela contratante, Everaldo Gomes Ferreira e Aparecida Taguchi e, pela contratada, José Carlos Dlugosz Machado.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

EXTRATO DE TERMO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO
DE SATÉLITE PVSS/SPV Nº 3/2010

PARTES: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - Anatel e Direciv Group, Inc., cujo representante legal é a Sky Brasil Serviços Ltda. ESPÉCIE: Termo de Direito de Exploração de Satélite Estrangeiro, correspondente ao Ato nº 3.780, de 4 de junho de 2010. OBJETO: Exploração do Satélite Estrangeiro para Transporte de Sinais de Telecomunicações. PRAZO DE VIGÊNCIA: até 14 de novembro de 2019. DATA DA ASSINATURA: 6 de agosto de 2010. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: DIRCEU BARAVIERA - Superintendente de Serviços Privados Interiores. Pela Exploradora de Satélite: LUIZ EDUARDO BAPTISTA PINTO DA ROCHA, Presidente da Sky Brasil Serviços Ltda.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

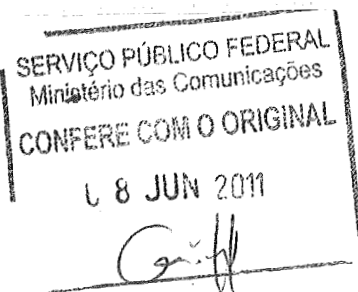


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Gil

Nesta data anexei aos autos do processo de nº 53000.031098/10-09 121
a seguir constituída de documentação folhas,
que assim numerar: 173 - 08 12010
Data: 17/08/2010
Nome: *[Signature]*
Assinatura: *[Signature]*



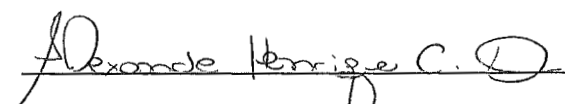
PROPOSTA SINTÉTICA DO PREÇO PELA OUTORGA

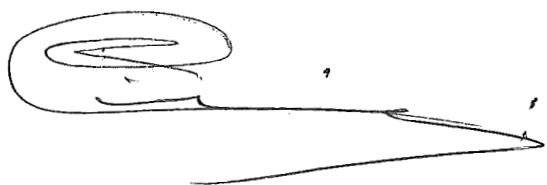
1. Razão Social da Proponente: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**
2. CNPJ/MF: 11.422.257/0001-58
3. Edital da Concorrência: **nº 034/2010 - CEL/MC**
4. Serviço: **FM (Canal 207 – Classe C – Grupo A)**
5. Localidade: **Alto do Rodrigues UF: RN**
6. Valor Proposto: **R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais)**

1ª Parcela: **R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**

2ª Parcela: **R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**

Rio de Janeiro/RJ - 15 de abril de 2.010


Alexandre Henrique Costa Dias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

Carla



CONJUNTO 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGADA
Edital de Concorrência nº 034/2010 - CEL/MC RADIODIFUSÃO
Permissão de FM

Localidade de Prestação do Serviço: Alto do Rodrigues – UF- RN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 343/2010

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
DE PREÇO(S).**

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 207 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MINIMO R\$ 93.468,95

LOCALIDADE(S): ALTO DO RODRIGUES/RN



Em 16 de agosto de 2010, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) de preço(s) da(s) proponente(s) classificada(s) na Concorrência nº 034/2010-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada (FM), na localidade de **ALTO DO RODRIGUES/RN**, conforme convocação publicada no DOU de 10/08/2010, Número 152, Seção "3", Página 80, para sessão de abertura e julgamento de propostas de preços em 16/08/2010, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde tipo *snapseal* sob o n.º 0008390, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de números 4581967, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preços dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.031098/10. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) conforme segue: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais). (7) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**", que segue em anexo, que aponta o **Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP)** de cada proponente. (8) A Comissão Especial de Licitação, **por unanimidade de votos**, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior **Valor Ponderado (VP)** na localidade, conforme a seguir discriminado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



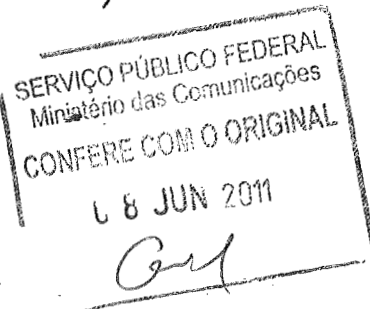
encerrada a presente sessão às 15h15 (quinze horas e quinze minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

AUSENTE
ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTES

DATA: 16/08/2010

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : ALTO DO RODRIGUES/RN

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

Min. das Comunicações
CEL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 034/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

LISTA DE PRESENÇA DE PÚBLICO

DATA: 16/08/2010

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S): ALTOD0 RODRIGUES/RN

Nome	RG nº/UF	Rubrica
IBIRCIO REDEZET	413.149 SSP-CE	
Sayda Bayda	430476 013 91 CPF	
ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA	2377/0F	
Mª Lucia T. Fortes Almeida	678168-DF	
Domínio S. Xavier Costa	104.564 048/RN	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

Dep. Cel.
16/8
16/8



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 8 JUN 2011

Guil

das Comunicações
Fis. 129
Participação

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 034 / 2010

Preço Mínimo : 93.468,95

Serviço : FM

Grupo : A

Localidade : ALTO DO RODRIGUES

UF : RN

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.031098/2010	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	340.000,00	100,00000	86,25457	98,62546

Alyimar Bertrand D. G. de Macêdo
Alyimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Edmar Freitas Machado
Edmar Freitas Machado
Membro

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

José Adilson Bezerra Torquato
José Adilson Bezerra Torquato
Membro



82

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 157, terça-feira, 17 de agosto de 2010

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOSAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de 50 (cinquenta) estações de trabalho Tipo I e 250 (duzentos e cinquenta) estações de trabalho avançadas Tipo II, de acordo com as especificações descritas no item 03 do Termo de Referência - Anexo I. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 17/08/2010 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. ENDEREÇO: www.comprasnet.gov.br Brasília - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 17/08/2010 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/08/2010 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

RENATO STOPPA CANDIDO
Ordenador de Despesas

(SIDE - 16/08/2010) 560010-00001-2010NE900003

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2010

Comunicamos a suspensão da licitação supra citada, publicada no D.O.U. em 06/08/2010. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviço de recepção.

JEAN CARLOS SANTOS CRISPIM
Pregoeiro

(SIDE - 16/08/2010) 560010-00001-2010NE900003

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE BELO HORIZONTEAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49-2010/GOLIC-CBTU-STU/BH

- Objeto: Aquisição de válvula direcional, juntas vedação e grafitada e fole para cilindro de freio de estacionamento.
- Entrega das Propostas: até 03/09/2010 às 08:00 h.
- Abertura das Propostas: 03/09/2010 às 08:00 h.
- Início da Disputa: 03/09/2010 às 08:15 h.
- Edital para consulta na Gerência Operacional - Licitação e Compras - GOLIC, na R. Januária, 181, 4º andar, Floresta, BH/MG, de 9:00 às 11:00 e 14:00 às 17:00 horas, onde poderá ser adquirido no custo de R\$ 0,15 (quinze centavos) por folha ou sem ônus no www.licitacoes.com.br. A licitação será realizada no site do Banco do Brasil.
Outras informações: E-mail: cpbh@cibtu.gov.br.

HENRIQUE GUIMARÃES SAMPAIO
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE MACEIÓAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2010

A Superintendência de Trens Urbanos de Maceió - STU-MAC toma público a quantos possam interessar, na forma do disposto na Lei 10.520/02, Decreto 5.450/05, Decreto 5.504/05, Decreto 3.784/01 e Lei 8.666/93 e suas alterações que realizará Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, objetivando aquisição serviço de recuperação com fornecimento de peças das turbinas das locomotivas ALCO BOMBARDIER RS-8, nos termos do Edital, disponível no portal do Banco do Brasil <http://www.licitacoes-e.com.br>, licitação de número 321856 onde por meio do mesmo será realizado o Pregão no dia 31 de Agosto de 2010 às 14h30min horário oficial de Brasília. As propostas deverão ser enviadas até as 14h00min do mesmo dia. Maiores informações através do site, telefone: (82) 2123-1744 ou pelo telefax (82) 2123-1709 e email: allan@cibtu.gov.br ou an@cibtu.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2010

A Superintendência de Trens Urbanos de Maceió - STU-MAC toma público a quantos possam interessar, na forma do disposto na Lei 10.520/02, Decreto 5.450/05, Decreto 5.504/05, Decreto 3.784/01 e Lei 8.666/93 e suas alterações que realizará Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, objetivando conjunto de encanilhamento para veículos ferroviário, nos termos do Edital, disponível no portal do Banco do Brasil <http://www.licitacoes-e.com.br>, licitação de número 314371 onde por meio do mesmo será realizado o Pregão no dia 31 de Agosto de 2010 às 09h00min horário oficial de Brasília. As propostas deverão ser enviadas até as 08h30min do mesmo dia. Maiores informações através do site, telefone: (82) 2123-1744 ou pelo telefax (82) 2123-1709 e email: allan@cibtu.gov.br ou an@cibtu.gov.br.

Maceió, 16 de Agosto de 2010.
ANDERSON CARDOSO SILVA
Gerente de Licitações e Compras

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE RECIFEAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22010/CBTU/STU/REC

Nº Licitação BB298684- Objeto: Contratação de Empresa Especializada Em Prestação de Serviços de Descupinização, Desratização e Desinfestação Nas Instalações da CBTU/STU/REC. Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 02/09/2010 às 15:00 horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Preços do pregão em epígrafe. Data limite para recebimento das propostas: 02/09/2010 até às 14:00h. Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site www.licitacoes-e.com.br. A licitação será realizada através do site Banco do Brasil

LUIZ EUGÊNIO DE CARVALHO FREIRE
Pregoeiro

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08.120.046/2010

Contrato firmado com LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. Objeto: Prestação de serviços de engenharia para modelagem de tráfego e tarifária do sistema Trensurb e do transporte coletivo de sete municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme edital de convite e anexos constantes do Processo Administrativo n.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011

0107/2010, no valor global de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Início de Serviços.
Processo Administrativo nº 0107/2010
Assinatura: 22/07/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 08.120.014/2010 - A

Espécie: Termo Aditivo ao Contrato firmado com PLASSER DO BRASIL COM. IND. E REPRESENTAÇÕES LTDA. Objeto: Aditar o contrato para suplementar o valor contratual em R\$ 10.142,00 (dez mil, cento e quarenta e dois reais), referentes ao frete entre Porto/Rio/Porto, consoante Art. 65, inciso II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 1283/2010 Assinatura: 30/07/2010

AVISO DE PERMISSÃO DE USO

Firmado com REDE SULBRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO VISUAL S.A. Objeto: Permissão de Uso a título oneroso de uso de espaços para exploração de peças e campanhas publicitárias, nas quantidades e locais definidos na cláusula quarta deste instrumento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses consecutivos, no valor global de R\$ 450.000,00, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 0334/2010

Porto Alegre, 16 de Agosto de 2010.
ANTONIO CARLOS ALVES DE FREITAS
Gerente de Novos Negócios

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 187/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento, referente a licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de Juntas e Lencol de borracha. Lotes 1, 2 e 4 - Empresa: Empresa Bex Comercial Eletromecânica Ltda, respectivamente, nos valores de R\$ 1.350,00, R\$ 1.100,00, R\$ 1.224,00; Lote 3 - Empresa: Sefap Comercial Ltda no valor de R\$ 1.246,80; Lote 5 - Fracassado. Processo nº 1297/2010.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2010.
GABRIEL GROSS D'AMICO
Pregoeiro

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

EDITAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Contratação de Serviços de Consultoria nº 4/2010 (Código:TAL/FH-BR/04/2010)

O Ministério das Cidades, por meio do Projeto TAL HABITAÇÃO, seleciona consultor, Especialista em Programas de Financiamento Habitacional para Baixa Renda. Requisitos: Formação em Ciências Econômicas ou Administração; experiência comprovada, por meio de currículo vitae e documentação comprobatória, em mercado financeiro na área de crédito imobiliário; prática profissional na operacionalização de programas governamentais em habitação social; conhecimento das regras de operacionalização dos modelos de seguros e garantias associadas ao crédito imobiliário e ao Sistema Financeiro de Habitação, e operacionalização de programas e linhas de financiamento. Seleção conforme as Diretrizes do Banco Mundial. Vigência do contrato dois meses. Modalidade da contratação: Produto. É vedada a contratação de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres. O currículo vitae, assinado, deverá ser enviado para: SAUS, QD. 1, LOTE 1/6 - Bloco II, Sala 1105 - CEP-70070-010-Brasília/DF, com recebimento até 27/08/2010. Mais detalhes no site: www.cidades.gov.br e por meio do e-mail: dict-snh@cidades.gov.br.

JÚLIA SANTA ROSA
Diretora do Departamento de Desenvolvimento
Institucional e Cooperação Técnica

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISO
CONCORRÊNCIAS Nº 22/2009, 37 E 38/2010

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº SSR/MC	Localidade(s)	UF
23/08/2010	09h30	022/2009	Diamantina	MG
		037/2010	Mariândia	ES
		038/2010	Muniz Freire	ES

Brasília-DF, 16 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIAS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da(s) Concorrência(s) conforme Anexo(s).

Os autos dos processos estarão em vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 101, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, incisos I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência nº 030/2010-CEL/MC, Localidade de Cantagalo/RJ.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.029879/10	SJB Sistema de Comunicações Ltda.	2.234.400,00	FM	93,53902	99,35390
53000.029876/10	VCP Comunicações Ltda.	1.810.000,00	FM	92,02408	99,20241

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010081700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 157, terça-feira, 17 de agosto de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

83



53000.029873/10	Printscom Rádio e Televisão Ltda.	650.000,00	FM	77,79014	97,77901
53000.029878/10	Centro Norte FM Stereo Ltda.-ME	605.040,30	FM	76,13976	97,61398
53000.029877/10	Rádio Monte Sião Ltda.	559.000,00	FM	74,17458	97,41746

ANEXO II

Concorrência nº 031/2010-CEL/MC, Localidade de Nova Friburgo/RJ.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.030174/10	Rede Brasil de Radiodifusão Limitada	8.640.000,00	FM	93,25513	99,32551
53000.030169/10	Printscom Rádio e Televisão Ltda.	6.000.000,00	FM	90,28739	99,02874
53000.030166/10	VCP Comunicações Ltda.	4.500.098,00	FM	87,05013	98,70501
53000.030168/10	Rádio Monte Sião Ltda.	4.430.000,00	FM	86,84522	98,68452
53000.030167/10	Televisão Ouro Verde Ltda.	4.080.000,00	FM	85,71674	98,57167
53000.030171/10	V.P.D. Empresa de Radiodifusão Ltda.	3.512.000,00	FM	83,40669	98,34067
53000.030173/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	2.610.000,00	FM	77,67215	97,76721
53000.030172/10	Sistema Adonai de Comunicações Ltda.	2.233.000,00	FM	73,90251	97,39025

ANEXO III

Concorrência nº 032/2010-CEL/MC, Localidade de Itarema/CE.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.030654/10	Sistema Monteiro de Comunicação Ltda.	440.000,00	FM	90,50890	99,05089
53000.030657/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	420.000,00	FM	90,05694	99,00569
53000.030651/10	Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.	361.000,50	FM	88,43192	98,84319
53000.030656/10	B & D Sistema de Comunicações Ltda.	301.000,00	FM	86,12597	98,61260

ANEXO IV

Concorrência nº 033/2010-CEL/MC, Localidade de Juazeiro do Norte/CE.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.030912/10	Empresa de Radiodifusão Urssa Maior Ltda.	4.800.500,00	FM	95,44602	99,54460
53000.030904/10	Rádio e Televisão Mídia Ltda.	3.580.000,00	FM	93,89347	99,38935
53000.030916/10	Rede Brasil de Radiodifusão Limitada	3.440.000,00	FM	93,64495	99,36450
53000.030997/10	G R Sistema de Comunicação Ltda.	2.783.333,00	FM	92,14561	99,21456
53000.030906/10	Rádio Digital Ltda.	2.501.137,00	FM	91,25943	99,12594
53000.030892/10	Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.	2.320.000,00	FM	90,57700	99,05770
53000.030895/10	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	1.600.000,00	FM	86,33664	98,63366
53000.030898/10	RA Participações e Comunicações Ltda.	1.530.295,97	FM	85,71429	98,57143
53000.030909/10	Sistema Siará de Comunicação Ltda.	1.502.000,00	FM	85,44516	98,54452
53000.030901/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	950.000,00	FM	76,98803	97,69880

ANEXO V

Concorrência nº 034/2010-CEL/MC, Localidade de Alto do Rodrigues/RN.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.031098/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	340.000,00	FM	86,25457	98,62546

AVISO DE RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 82/2001

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 155, de 13/08/2010, Seção 3, pág. 93, referente à concorrência nº 082/2001 sobre pedido de desistência, na localidade de Eirunepé-AM, de sorte que onde se lê: Aceitação do pedido, a 60ª renovação automática de suas propostas tem vigência de 10/06/2010 à 10/08/2010, leia-se: Aceitação do pedido a 50ª renovação automática de suas propostas tem vigência de 09/07/2010 à 06/09/2010. Mantendo inalteradas as demais informações no mencionado aviso.

Brasília-DF, 16 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. MACÊDO
Presidente da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL GERÊNCIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 1-0003, DE 12 DE AGOSTO DE 2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, notifica a existência de débito(s) relativos ao Fundo de Universalização das Telecomunicações - FUST (art. 6º, IV, da Lei 9.998/2000). Em razão da inexistência da declaração/recolhimento por ocasião do lançamento espontâneo, foi realizado o lançamento de Ofício, conforme Processo Administrativo Fiscal, nos termos do art. 149 do Código Tributário Nacional-CTN. Solicita-se efetuar o pagamento do débito(s) ou apresentar IMPUGNAÇÃO, a ser dirigida à Gerência-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças-ADPF, no endereço: SAUS, Quadra 6, Bloco E, 4º andar - Brasília/DF, CEP 70070-940, no prazo de 30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010081700083

(trinta) dias, a partir da data da publicação deste Edital, consoante o art. 15 do Decreto no 70.235/72. Eventual pedido de vistas do processo poderá ser feito pelo site <http://sistemas.anatel.gov.br>, clicar em Fale Conosco. Informamos que o não pagamento do(s) débito(s) ou a rejeição da impugnação implicará em inscrição em dívida ativa (art. 201 do CTN) e providências judiciais cabíveis, com a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados da data da publicação deste Edital, conforme estabelecido no art. 2º, § 2º, da Lei no 10.522/02. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização de Guia de Recolhimento da União-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou pela internet, no endereço: www.anatel.gov.br, Informações Técnicas - Fistel-Consulta de débitos e boleto bancário, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Nº do Processo	Mês/Ano
06957255000123	FONEBRASIL COMUNICACAO & MULTIMIDIA LTDA - ME	535160069722009	01/2006, 02/2006, 03/2006, 04/2006, 05/2006, 06/2006, 07/2006, 08/2006, 09/2006, 10/2006, 11/2006, 12/2006
04091543000112	PROMAX SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	535040117852010	01/2006, 02/2006, 03/2006, 04/2006, 05/2006, 06/2006, 07/2006, 08/2006, 09/2006, 10/2006, 11/2006, 12/2006
71662001000140	PROMTEL COMUNICACOES SA	535000295282009	01/2006, 02/2006, 03/2006, 04/2006, 05/2006, 06/2006, 07/2006, 08/2006, 09/2006, 10/2006, 11/2006, 12/2006
03798617000192	QUAL SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA.	535040117812010	01/2006, 02/2006, 03/2006, 04/2006, 05/2006, 06/2006, 07/2006, 08/2006, 09/2006, 10/2006, 11/2006, 12/2006
03798617000192	QUAL SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA.	535040117812010	01/2006, 02/2006, 03/2006, 04/2006, 05/2006, 06/2006, 07/2006, 08/2006, 09/2006, 10/2006, 11/2006, 12/2006
01681636000109	SAO JUDAS RADIO TAXI S/C LTDA - ME	535040117822010	03/2006
00661808000110	TRIDATA TECNOLOGIA LTDA		01/2006, 02/2006, 03/2006, 04/2006, 05/2006, 06/2006, 07/2006, 08/2006, 09/2006, 10/2006, 11/2006, 12/2006

MARIA LUCIA VALADARES E SILVA
Gerente-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 92-0010, DE 13 DE AGOSTO DE 2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(m) ao final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, ciente(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIAO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

JOSÉ EVERARDO DE SOUSA LEITE
Gerente Regional

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Fistel	Receita	Processo	Ano
9775806349	ANTONIA CRISTIANE FRANCISCA DE OLIVEIRA	80301730043	1555	53560008712007	2008
06580765000124	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE MARREAS	80301947017	1555	535600018142006	2008
01090666000176	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO CRUZEIRO	80302246900	1555	535600017982006	2010
01201794009114	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO QUITZEIRO	80301207704	1555	535600016852004	2008
01201794000114	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO QUITZEIRO	80301207704	1555	535600003112003	2009
01272253000102	ASSOCIACAO COMUNITARIA ESCOLA DE VIDA	80301438935	1555	535600006592001	2004
01340271000159	CONSELHO COMUNITARIO DO CONJ HABIT METROPOLITANO -CCCHM	80301793670	1555	5356000031322005	2006
66474574453	DENI RODRIGUES DA SILVA	80301988927	1555	535630015682008	2009
38922657391	EMANUEL MESIAS SILVA DE SOUSA	80302188509	1555	535600026972006	2009
21098557387	FRANCISCO WELLINGTON OLIVEIRA	80302121277	1555	535600011792006	2009
00089398378	FRANCISCO XAVIER LIMA	803018322018	1555	535600021582006	2008
000651203000148	LIGUETAXI COOPERATIVA DOS CONDUTORES DERADOTAXI LTDA	10020312571	1550	535600028962009	2005
02147427000142	SOCIEDADE BENEFICENTE SANTO ANTONIO	80300196377	1555	535600017322009	2009

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 92-0011, DE 13 DE AGOSTO DE 2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(m) ao final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, ciente(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a instauração de procedimento de apuração de descum-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000-03/098/2010 documentação
a seguir especificada, em 122 folhas.
que ora se encontra em 1526

Data: 03/06/2011
Nome: Comissão
Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08 JUN 2011
[assinatura]

M. das Comun.
Fs. 122
Rubrica
CEL
Sec.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
18 JUN 2011
[Assinatura]

CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alnea “d” – certifico que não há no processo n.º 53000 031098/2010-93, EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.. - pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Especial de Licitação.

Brasília- DF, 05 de OUTUBRO de 2010.

[Assinatura]
RUSIL DE BEM
Assistente Jurídica

De acordo. Encaminhe-se o processo à douda Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.
Em 6 de outubro de 2010.

[Assinatura]
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

 Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos Menu Principal ▾SRD » Consultas » Técnicos » **Plano Básico** | [menu](#) [ajuda](#)[Tela Inicial](#) | [Resultado da Consulta](#)**Plano Básico - FM**

Alto do Rodrigues/RN

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
<u>207</u>	C	(Concorrência: 34/2010)		0	

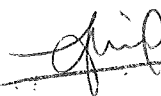
Usuário: - Data: 05/10/2010 Hora: 15:02:21

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

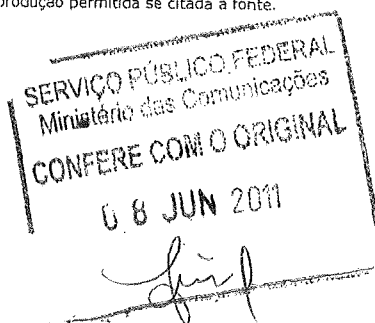
Avalie este serviço:

Informações
processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



Consulta Processual pelo Nome da Parte
Nome Pesquisado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA".

Emitido pelo site www.trf1.gov.br em 05/10/2010 às 14:44:05



126
4

Nenhum processo encontrado para a PARTE informada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERTE EM ORIGINAL

08 JUN 2011

sil

Nesta data, anexo ao processo de
nº 53000.007382/2010
a seguir como folha
que assim numerou: nº 127 -

Data: 07 / 10 / 10

Nome: Luizanne

Assinatura: Jm

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONJUR
Fls. 127
Rubrica
M. das Comunicações

Memo. nº 301 /2010/CEL/MC

Em, 6 de outubro de 2010.

À

CONSULTORIA JURÍDICA/MC

Dr. ÉDIO HENRIQUE DE A. J E AZEVEDO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 051881/2010-73

SEDOC/DIEXP/CGG/MGM

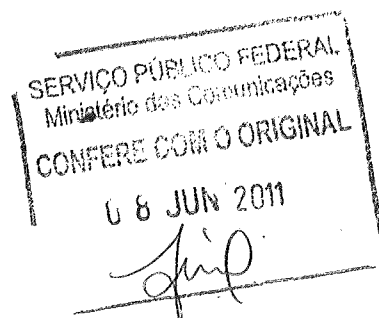
06/10/2010-16:33

Prezado Consultor,

Encaminho, para homologação ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, o processo piloto e o(s) da(s) participante(s), da concorrência nº 034/10, sendo a(s) vencedora(s), conforme quadro abaixo:

PROCESSO PILOTO Nº 53000.007382/10						
CONC Nº	UF	Localidade(s)	SER- VIÇO	PROPONENTE(S)		Nº PROCESSO
034/2010	RN	Alto do Rodrigues	FM	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	VENCEDORA	53000.031098/10

Atenciosamente,




ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

[Handwritten signature]

EM BRANCO

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53000.031098/10 a documentação
a seguir constituída de duas folhas,
que assim numerar: 128 e 129

Data: 14 / 01 / 11

Nome: Luanna

Assinatura: *[Handwritten signature]*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Guil



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – CGAA

NOTA/N.º 47 -2.17/ 2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

CONCORRÊNCIA n.º 034/2010 – CEL/MC
PROCESSO PRINCIPAL: 53000.007382/2010-49
PROponente VENCEDORA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
PROCESSO DA VENCEDORA: 53000.031098/2010-93
LOCALIDADE: ALTO DO RODRIGUES/RN

ASSUNTO: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 034/2010-CEL/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Alto do Rodrigues/RN, pelo prazo de 10 (dez) anos. Pela Homologação do certame, com adjudicação do objeto à licitante **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de **ALTO DO RODRIGUES/RN**.

Senhor Consultor Jurídico,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e análise desta Consultoria Jurídica o processo em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 034/2010-CEL/MC, para a localidade de Alto do Rodrigues, no Estado do Rio Grande do Norte.

2. O objeto da licitação é a outorga de permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Alto do Rodrigues/RN, pelo prazo de 10 (dez) anos.

3. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

4. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não

fls.

gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2o A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3o No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4o O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

5 Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO¹:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito."

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Caril

6. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

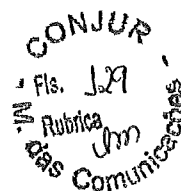
7. A licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. foi declarada vencedora para a localidade de Alto do Rodrigues/RN, nos termos da publicação no Diário Oficial da União, Seção 3, de 17/08/2010, página 83, à fl. 121 dos autos do processo nº 53000.031098/2010-93.

8. Neste diapasão, após análise da documentação de habilitação, da proposta técnica e da proposta de preço da proponente vencedora, não se observou nenhuma irregularidade, e dessa feita a homologação do certame demonstra-se viável.

9. Os documentos anexados pela CEL, às fls. 124/126 do processo da licitante vencedora, em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01, de 03 de novembro de 2004, demonstram que não há pendências judiciais em nome da licitante vencedora questionando o certame. Ademais, em cumprimento à referida Ordem de Serviço, a CEL certifica, à fl. 122, que não restaram no mencionado processo pendências de recursos sem apreciação por aquela Comissão.

10. Ainda sobre a licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., é possível verificar que, segundo dados da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorgas de Serviços, Coordenação Geral de Regime Legal de Outorgas - CGLO, a mesma não possui nenhuma outorga em FM (Frequência Modulada). Logo, não há impedimento à homologação com relação ao limite fixado no art. 12 do Decreto-Lei nº

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481



236/67.

11. Dessa forma, analisando a Concorrência nº 034/2010-CEL/MC para a localidade de Alto do Rodrigues/RN certifica-se que a referida Comissão observou as regras contidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação da licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.

12. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

- a. homologação do certame e a adjudicação da outorga de permissão para exploração do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), com as características previstas no Edital, na localidade de Alto do Rodrigues/RN, pelo prazo de 10 (dez) anos, à licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., declarada vencedora para a localidade em comento.
- b. à consideração do Sr. Ministro. E, após, pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

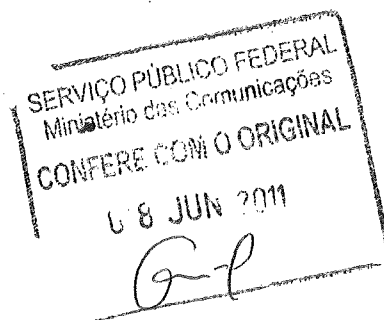
Brasília, 12 de janeiro de 2011.

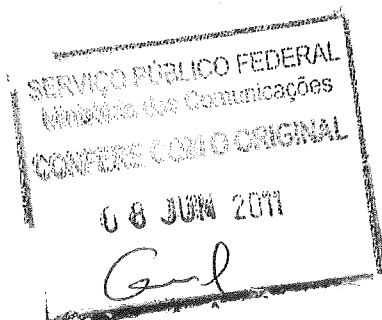
Camila Lorena L S Medrado
CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 13 / 01 / 2011

[Signature]
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO
Consultor Jurídico





EM BRANCO

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53000031099/10 a documentação
a seguir contida de 08 folhas,
que estão numeradas 130
Data 31 / 03 / 2011
Assinatura: Assis G.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



MEMORANDO N.º 68/2011/CEL-MC

Brasília (DF), 10 de março de 2011.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 011715/2011-15

REDICOM/EXP/COORDINAM

10/03/2011-10:38

Ao Senhor

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

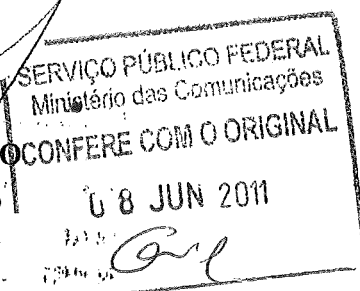
Ref: Concorrência n.º 034/2010-CEL/MC (Homologação)

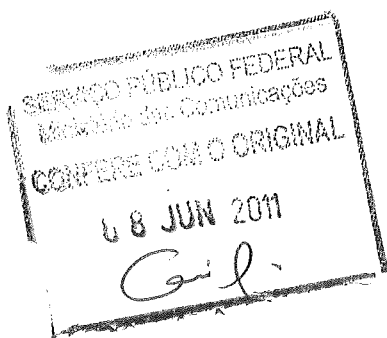
Senhor Secretário,

Encaminhamos a Vossa Senhoria os autos da concorrência em epígrafe, haja vista manifestação da Consultoria Jurídica deste Ministério favorável à homologação do certame.

Atenciosamente,

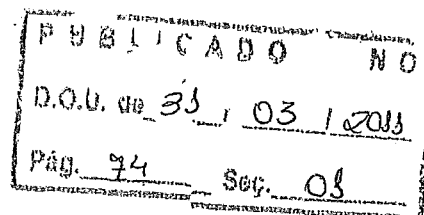

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



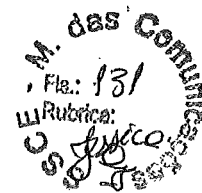


Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000 031098/10 a documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerai: 131 1132
Data: 31 / 03 / 2008
Nome: _____
Assinatura: José C.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

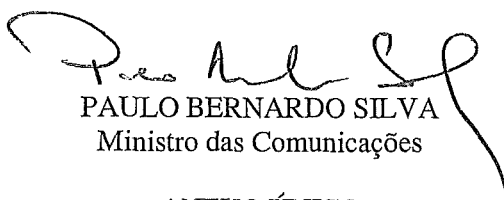


DESPACHO DO MINISTRO



Em 30 de 03 de 2011

Considerando o disposto na NOTA/Nº 47-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
034/2010	RN	Alto do Rodrigues	FM	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	53000.031098/2010





PORTARIA Nº 83, DE 30 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000337/2002, Concorrência nº 131/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à S.P. Comunicações & Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 84, DE 30 DE MARÇO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000776/2000, Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à J.H.M. Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Mandirituba, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 30 de março de 2011

Considerando o disposto no PARECER Nº 0143 - 2.17/2011/SJL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, cujos fundamentos acolho como razões desta decisão, promovo a ANULAÇÃO do ato de habilitação da licitante apontada no Anexo Único, declarando frustrado o certame, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Restitui-se o canal lícitado ao plano básico respectivo.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	LICITANTE	Nº PROCESSO
144/2001	AM	Codajás	OM	Rádio Jornal A Crítica Ltda.	53000.000091/2002

Considerando o disposto no PARECER Nº 0173-2.17/2011/SJL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
022/2009	MG	Diamantina	FM	Alô FM - Sociedade Ltda.	53000.004050/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 84-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
031/2010	RJ	Nova Friburgo	FM	Rede Brasil de Radiodifusão Limitada	53000.030174/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 30-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
032/2010	CE	Itarema	FM	Sistema Monteiro de Comunicação Ltda.	53000.030654/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 85-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

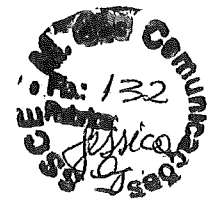
Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
033/2010	CE	Juazeiro do Norte	FM	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	53000.030912/2010

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011033100074

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08 JUN 2011

Gel



Considerando o disposto na NOTA Nº 47-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
034/2010	RN	Alto do Rodrigues	FM	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	53000.031098/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 01-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
036/2010	ES	Conceição do Castelo	FM	Rádio e TV Norte Ltda.	53000.031674/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 29-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2010	ES	Marilândia	FM	Rede Brasil de Radiodifusão Limitada	53000.032018/2010

Considerando o disposto no PARECER Nº 0171-2.17/2011/SJL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, cujos seus fundamentos adoto como razões desta decisão, HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
038/2010	ES	Muniz Freire	FM	KRTV - Comunicações Ltda.	53000.032494/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 86-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº CEL/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
059/2009	SP	Santana da Fonte Pensu	FM	Sistema Max Digital de Comunicações Ltda.	53000.015612/2010

Considerando o disposto na NOTA Nº 0098-2.17/2011/SJL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, cujos fundamentos adoto como razões desta decisão, HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
088/2000	PR	Cidade Gaúcha	FM	Terra FM Comunicações Ltda.	53740.000684/2000

Considerando o disposto na NOTA Nº 77-2.17/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, cujos fundamentos invoco como razões desta decisão, HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Conc. nº SSR/MC	UF	Localidades	Serviço	Proponente Vencedora	Nº do Processo
135/2001	SP	Rosana e Sagres	FM	Rádio Imprensa de Vargem Grande do Sul Ltda.	53830.000497/2002

Considerando o disposto no PARECER Nº 0184-2.17/2011/SJL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, adotando seus fundamentos como razões desta decisão, para julgar os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência 003/2009-CEL/MC, conforme indicado nos Anexos I e II, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS
COORDENAÇÃO DE OUTORGA E CONSIGNAÇÃO DE CANAIS
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 300 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF
Fone: (61) 3311-6358 – Fax: (61) 3311-6560

NOTA TÉCNICA Nº 580 /2011/COCAN/CGLO/DEOC/SCE

Referência Processo nº : 53000.031098/2010 (original)
Assunto : Encaminhamento de processo e minutas de atos de outorga – Conc.
034/2010-CEL/MC – Serviço: FM
Interessada : Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda


Trata-se de processo licitatório, visando a outorga de permissão para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para a entidade citada acima, vencedora da Concorrência 034/2010-CEL/MC, para a localidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, conforme despacho de homologação de 30 de março de 2011, publicado no DOU de 31 subsequente.

Tendo em vista a preparação das minutas dos atos da referida outorga, opina-se pelo seu encaminhamento, juntamente com o original do processo, ao Sr. Secretário de Serviços de Comunicações Eletrônica, para despacho com o Senhor Ministro das Comunicações.

Brasília, 26 de abril de 2011.

Conferido.

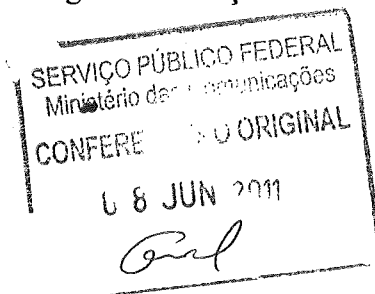

ALICIONETE DA S. LUZ
Agente Administrativo


ANA PATRICIA S. ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. A apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 29 / 4 / 2011


VANEA RABELO
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas



PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 09/06/11
Página: 138 Seção: 1
ANOTADO POR: *M. B. Silva*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 218 , DE 6 DE JUNHO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.031098/2010, Concorrência nº 034/2010-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA



PORTARIA Nº 217, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.030174/2010, Concorrência nº 031/2010-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rede Brasil de Radiodifusão Limitada para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 218, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.031098/2010, Concorrência nº 034/2010-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 219, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.009055/2010, Concorrência nº 041/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 220, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000497/2002, Concorrência nº 135/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada, no município de Rosana, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 221, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000497/2002, Concorrência nº 135/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sagres, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 222, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.015612/2010, Concorrência nº 059/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Max Digital de Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santana da Ponte Preta, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.607, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Processo nº 53500.027178/2010. Aplica à ALFA CONSERVADORA LTDA., CNPJ/MF nº 04.145.490/0001-75, FISTEL nº 50014044102, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço Limitado Privado Estações Itinerantes, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no art. 16, do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do ConselhoDESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 1º de abril de 2011

Nº 2.654 - Processo nº 53500.005913/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESER, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto apuração de infração ao inciso VII do art. 59 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, decidiu, em sua Reunião nº 598, realizada em 3 de março de 2011, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 103/2011-GCJR, de 11 de fevereiro de 2011.

Em 27 de abril de 2011

Nº 3.425 - Ref.: Processo nº 53500.015264/2005 e conexos

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.421.421/0001-11, autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nos Setores 1 a 34 (Região IV) do Plano Geral de Outorgas - PGO, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 8.935/2010-CD, de 29 de setembro de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 603, realizada em 19 de abril de 2011, conhecer do Pedido apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 292/2011-GCJV, de 7 de abril de 2011.

Em 13 de maio de 2011

Nº 3.756 - Ref.: Processo nº 53500.002353/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PI, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Local, LDN e LDI, no setor 12 do Plano Geral de Outorgas - PGO, CNPJ/MF nº 33.000.118/0010-60, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 10.491/2010-CD, de 12 de novembro de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 605, realizada em 5 de maio de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 334/2011-GCJV, de 20 de abril de 2011.

Em 24 de maio de 2011

Nº 4.136 - Ref.: Processo nº 53500.014136/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração e as Alegações Adicionais apresentadas pela BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 76.535.764/0321-85, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado, nos Setores 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27 e 29 do Plano Geral de Outorgas, contra decisão exarada pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 4.454/2010-CD, datado de 1º de junho de 2010, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 605, realizada em 5 de maio de 2011: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e b) não conhecer da petição intitulada "Alegações Adicionais ao Pedido de Reconsideração", protocolada sob o nº 53508.012428/2010, pelas razões e fundamentos constantes do Voto nº 46/2011-GCER, de 29 de abril de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

ATO Nº 3.917, DE 7 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução nº 489, de 05 de dezembro de 2007, e CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Portaria MC nº 652, de 10 de outubro de 2006, que estabeleceu critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública nº 13, de 04 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 09 subsequente, referente ao planejamento de canais para uso da Televisão Digital no Estado de São Paulo; resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTVD, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos Anexos I, II e III deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do presente Ato, para que as entidades executoras do Serviço de Transmissão de Televisão e as do Serviço de Retransmissão de Televisão nos canais distribuídos, respectivamente, pelo PBTVD e pelo PBRTV, cujas características técnicas ora estão sendo alteradas, apresentem ao Ministério das Comunicações a documentação necessária à regularização de suas novas condições de operação, incluindo o formulário padronizado, conforme a legislação vigente.

Art. 3º O prazo para alteração de frequência de que trata o artigo 2º será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de aprovação das novas características técnicas das emissoras.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE HENRIQUETA COSSETIN SCHOLZE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 000120110609001381) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas da Prata	26	21S5527	46W4335	1,000	135 a 209 270 a 294 327 a 114	0,500 0,500 0,100	Coordenada pré-fixada: 21S5527 46W4335 Colinear com o canal 40E
SP	Mogi das Cruzes	38+	23S2840	46W1202	50,000	225 a 75	0,500	Coordenada pré-fixada: 23S2840 46W1202 Co-localizado com o canal 46-E

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Águas da Prata	18	21S5527	46W4335	1,000			Coordenada pré-fixada: 21S5527 46W4335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 300 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF
Fone: (61) 3311-6358 – Fax: (61) 3311-6560

NOTA TÉCNICA Nº 017 /2011/CEL/SCE

Referência Processo nº : 53000.031098/2010 (cópia 1)
Assunto : Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais – Serviço: FM – Concorrência nº 034/2010-CEL/MC - Localidade: Alto do Rodrigues/RN
Interessada : Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.


Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 218, de 6 de junho de 2011, no Diário Oficial da União de 9 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, opino pelo encaminhamento do presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para que seja remetido à Presidência da República.

Brasília, 9 de junho de 2011.


ALICIONETE DA SILVA LUZ
Agente Administrativo

De acordo. Prossiga-se conforme proposto.

Em 9 / 6 / 2011


DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 034/2010 - CEL/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

Brasília (DF), _____ de _____ de 2010.

ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 034/2010 – CEL/MC

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, **EM DIA E LOCAL CONSTANTES DE AVISO A SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade a seguir indicada.

UF	Localidade	Canal	Classe	Grupo	Preço Mínimo
RN	Alto do Rodrigues	207	C	A	93.468,95

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade indicada no preâmbulo, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
LICITAÇÃO N.º ____/____ - CEL

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja
Edifício Sede do Ministério das Comunicações
70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.

2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.

2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.

2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.

2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.

3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.

4.2.1 Que não tenha sido recadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o cadastramento.

4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.

4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.

4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.

4.2.7. Cuja falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.

4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.

4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.

4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência *causa mortis*.

4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.

5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.

5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.

5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.

5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.

5.1.5.2 A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

- a) em caso de omissão em sua apresentação;
- b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;
- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;

e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;

f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.

5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.

5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.

5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.

5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:

a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.

b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:

a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:

b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

Se $PC + ELP = 0$, será considerado o fator 1 como divisor

5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitem 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.

5.4.2 Caso os documentos mencionados nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:

6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.

6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).

6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).

6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) de documento de identidade;

b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;

c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.

8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> Conjunto 1 – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica; Qualificação Econômico-Financeira; Regularidade Fiscal.

CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> Conjunto 2: Proposta Técnica.

CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>

Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<u>Conteúdo:</u>	
Conjunto 3:	
Proposta de Preço pela Outorga.	

8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada sequencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.

9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.

9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.

9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.

10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.

10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.

10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.

10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à

publicação dos conceitos “**HABILITADA**” e “**NÃO HABILITADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).

11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subsequentes da licitação.

11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.

11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.

11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.

11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.

12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.

12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.

12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.

12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos “**CLASSIFICADA**” e “**NÃO CLASSIFICADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:

13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65,0 \times [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

$$\%T1 = T1 \times 100 / 1440$$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \times [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

$$\%T2 = T2 \times 100 / 1440$$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

$$\%T3 = T3 \times 100 / 1440$$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \times [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \leq T4 \leq 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:

T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4) \text{ pontos.}$$

13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4º do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.

13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.

13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.

14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.

14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.

14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.

14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.

14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\begin{aligned} PP &= 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento A}) \\ PP &= 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento B}) \\ PP &= 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento C}) \end{aligned}$$

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vnim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

Ledenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.

15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias a documentação necessária para obtenção de Assentimento Prévio.

15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.

16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de

Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.

16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.

16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.

16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.

16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.

16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.

16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêm os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.

17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:

a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.

17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.

17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.

17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)

18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação da Licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.

18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da Proponente interessada;

b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) pedido e sua fundamentação.

18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.

18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.

18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas “a” e “b”, terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:

- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;
- e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

f) provocarem incidentes manifestamente infundados;

g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.

18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.

19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.

19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).

19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.

19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

20 ANEXOS

20.1 ANEXO I – Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.

20.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.

20.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.

20.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão.

20.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF), _____ de _____ de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

ANEXO I

Modelo de Declaração

Ref.: Concorrência ____/____-CEL/MC

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO II

Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

_____,
(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º _____/_____

Localidade: _____ UF: _____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ: _____ Data: ____/____/____.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) $T1 \times 100 / 1440$

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) $T2 \times 100 / 1440$

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) $T3 \times 100 / 1440$

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)

5. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-CEL/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO V

Minuta de Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO
E A _____ PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO _____, NA CIDADE D
_____ ESTADO D _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Termo de Adesão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pela Portaria n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial da União do dia _____, aprovada pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, para explorar o serviço de _____, na cidade de _____, Estado de _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado de _____, o serviço de radiodifusão _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.

Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edital de Concorrência nº ____/_- CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, apresentadas na Licitação, pela permissionária, documentos esses que acompanham o presente Contrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.

Cláusula Segunda - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula Terceira - O preço ofertado pela permissionária pela outorga objeto do presente Contrato foi de R\$ _____ (_____), em duas parcelas de igual valor, corrigidas nos termos do Edital, da seguinte forma:

a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ _____ (_____) foi pago concomitantemente à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

b) A segunda parcela no valor de R\$ _____ (_____) deverá ser paga em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Oficial da União.

Cláusula Quarta - A permissionária é obrigada a executar o serviço segundo as condições técnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de _____, bem como a:

a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO III do Edital de Concorrência;

b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.

e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;

f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.

l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;

s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea "e" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; **(Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV));**

g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A permissionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO III do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprido reiterado dos compromissos assumidos pela permissionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.

Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Contrato.

Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____ /__ - CEL/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas, sendo os 3 (três) - ANEXOS, compostos de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Permissionária

Testemunhas:

ANEXO VI

Modelo de Procuração

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/_-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 11 /2011/GM-MC

Brasília, 8 de julho de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha anexo(s)

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00322 2011

- 53000.033766/2004

MC 00323 2011

- 53000.045073/2009

MC 00324 2011

- 53830.000005/2000

MC 00325 2011

- 53000.027335/2009

MC 00326 2011

- 53000.038758/2007

MC 00327 2011

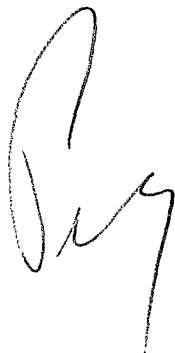
- 53000.029527/2009

MC 00328 2011

- 53770.000343/1999

MC 00329 2011

- 53740.000684/2000



MC 00330 2011

- 53000.030174/2010

MC 00331 2011

- 53830.000497/2002

MC 00332 2011

- 53000.031098/2010

MC 00333 2011

- 53000.009055/2010

MC 00334 2011

- 53000.032018/2010

MC 00335 2011

- 53000.032494/2010

MC 00336 2011

- 53000.004050/2010


MC 00337 2011

- 53830.000497/2002

MC 00338 2011

- 53000.030654/2010

Atenciosamente,



PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto